

**Fernando Augusto Albuquerque Mourão**

**OS PESCADORES DO LITORAL SUL DO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO I**

Descrições Complementares

Levantamento e dados sobre a área pesquisada  
– de Santos a Paranaguá –

São Paulo, 1971.

## ÍNDICE

1 – COMUNIDADES PESQUEIRAS PESQUISADAS .....	6
A – ZONA DO LITORAL DE ITANHAÉM .....	6
I – Praia Grande .....	6
II - Mongaguá .....	6
III – Itanhaém.....	7
IV – Peruíbe .....	8
RESUMO .....	9
B – ZONA DO LITORAL DE UNA .....	10
I – Una .....	11
Peruíbe a Vila de Una.....	11
II – Praia da Juréia .....	13
1. Da serra da Jureia até Porto do Prelado:.....	13
2. Porto do Prelado: .....	13
3. Do Porto do Prelado á barra do Ribeira: .....	14
C – ZONA LAGUNAR IGUAPE-CANANÉIA.....	15
I – Área de Iguape.....	15
1 – Iguape, cidade e Rocio .....	15
2 – Pontal.....	15
3 – Icapara .....	16
4 – Iguape – Jurumirim.....	16
5 – Iguape – Tombo das Águas .....	17
6 – Iguape – Barra de Icapara.....	18
RESUMO: PESCADORES .....	18
II – ÁREA DE CANANÉIA.....	21
1 – Bairro de Carijó, Acaraú e Rocio: .....	21
2 – Prainha.....	21
3 – Guaraparim.....	22
4 – São Paulo, Guaxixi, Pissarro .....	22
5 – Ponta do Aroeira.....	23
6 – Estaleiro.....	23
Ilha Comprida .....	23
7 – Pedrinhas .....	23
8 – De Pedrinhas ao Morretinho.....	24
9 – Trincheira .....	25
10 – Praia de Fora.....	25
11 – Vila de Cubatão .....	26
12 – Restante do Município da Cananéia .....	26
ZONA LAGUNAR IGUAPE - CANANÉIA .....	28
III – ÁREA DA ILHA DO CARDOSO .....	28
Salvaterra:.....	28
Pereirinha: .....	28
Andradas:.....	28
Marujá: .....	28

Enseada da Bahia:.....	29
Pontal de Leste: .....	29
Cadastro do S.V.R.: .....	29
D – ZONA DA BAÍA DE PARANAGUÁ.....	31
I – ÁREA CONJUGADA AO VALE DO RIBEIRA.....	31
1 – Estirão do Ararapira .....	31
2 – Ararapira.....	31
3 – Vila Fátima .....	31
4 – Tibicanga.....	32
5 – Guaraqueçaba .....	32
II – ÁREA DO LITORAL .....	33
6 – Superagüi.....	33
7 – Povoado das Peças.....	33
8 – Ilha do Mel .....	33
2 – O MEIO NATURAL .....	33
3 – PROBLEMAS DE TRANSPORTES, PORTOS E COMUNICAÇÕES.....	36
4 – POPULAÇÃO .....	49
5 – AGRICULTURA.....	99
6 – COMÉRCIO E INDÚSTRIA .....	102
7 – TURISMO .....	107
8 – PESCA .....	110
9 – Estatísticas: Pescadores, Pesquisa, Embarcações, etc.....	113
10 – ESTATÍSTICA DE PESCADO.....	129
ANEXOS .....	136

## INTRODUÇÃO

Neste volume reunimos uma série de informações fruto do levantamento de campo realizado pelo autor no período da pesquisa, paralelamente aos dados recolhidos na pesquisa bibliográfica.

Além dos resultados da pesquisa de campo propriamente dita, esta parte do trabalho reflete ainda o resultado do levantamento de dados e informações obtidas junto a numerosas instituições, tais como Secretarias de Estado, SUDEPE, Entrepósitos de Pesca, CEASA, Colônias de Pescadores, Prefeituras e ainda junto a entidades particulares. Os dados obtidos foram ainda comparados com o resultado de dois levantamentos realizados na região de Cananéia, um primeiro levado a cabo por uma equipe do Serviço do Vale do Ribeira, entidade subordinada ao D.A.E.E., em fins de 1969 sob a orientação do sociólogo Galileu Fidelis, e, um segundo, o cadastramento de Pescadores que Entregam Pescado no Entrepósito Federal de Cananéia, realizado parte no âmbito do Serviço do Vale do Ribeira – S.V.R., – e parte já âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista – SUDELPA – no decorrer de 1969 e 1970, sob a orientação do sociólogo Antonio Carlos Diegues que, gentilmente, se propôs a fazer uma série de cruzamento dos dados obtidos pelo Cadastramento a fim de atender meu pedido no sentido de ser possível comparar os resultados do levantamento por mim realizado com os seus.

A divisão territorial em Zonas, Áreas e Setores obedeceu ao resultado, da pesquisa de campo, não sendo tanto preocupação oferecer uma divisão de cunho geográfico, mas de que a mesma fosse representativa da problemática em termos de diferenças e em função das variáveis econômicas e humanas da região, especialmente da pesca.

Tomamos, ainda, a liberdade de estampar uma série de dados referentes ao Terminal Pesqueiro de Cananéia, relatórios sobre ostras e piscicultura em geral, a par de outros dados, uma vez que temos consciência da dificuldade de consulta desse material pelos estudiosos, boa ainda inédita, acreditando que assim contribuiremos não só para um melhor conhecimento da região, como ainda no sentido de encaminhar hipóteses de solução dos problemas desta região do Estado, com a qual temos o dever de não nos limitarmos a realizar um simples trabalho de cunho acadêmico, uma vez que, se este trabalho surgiu em grande parte graças à excelente cooperação da população local, temos a obrigação de, na medida de nossas possibilidades, contribuir para encontrar soluções no sentido de elevar o nível sócio-econômico dessas mesmas populações, dentro de seu quadro de aspirações. Em função dos objetivos previstos, mas limitado à natureza deste trabalho, deixamos de apresentar nesta altura um plano de articulação da atual pesca artesanal com a pesca industrial. Contudo, os dados levantados e as hipóteses estampadas ao longo de todo o trabalho, uma vez que se definam os objetivos da pesca industrial na região a par do levantamento dos barcos pesqueiros, permitirão, em breve período de tempo, elaborar um Plano de Articulação da Pesca Artesanal com a Pesca Industrial no Litoral Sul do Estado de São Paulo.

Na elaboração deste trabalho utilizamos alguns elementos já estampados em um relatório que escrevi em 1967, “A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo e o Pescador da Região Lagunar de Iguape-Cananéia”, Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Estes elementos, que foram ao nível deste trabalho reelaborados e atualizados, quando necessário, encontram-se assinalados ao longo do texto com o sinal <sup>+</sup>.

## AGRADECIMENTOS

Nossos melhores agradecimentos às entidades que possibilitaram a realização desta pesquisa:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Superintendência do Vale do Ribeira, órgão do D.A.E.E. Secretaria de Obras do Estado de São Paulo.

Antiga Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P.

Pela orientação recebida e total apoio a nosso trabalho os nossos mais sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Ruy Galvão de Andrada Coelho e ainda ao Senhor Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Professor Doutor Eurípedes Simões de Paula.

Pela cooperação oferecida nossos agradecimentos a Sara-Fassa, Paulette Berger, Cleide Betti, Francisco Valente, Almir Vieira, Guida Grin, Lila Sobron, Maria Margherita de Luca, Antonio Cyro Junqueira Azevedo, Fernando Pereira, Carlos M.H. Serrano e Antonio Carlos Diegues. A cooperação dos primeiros, quando da pesquisa de campo em suas várias fases e a dos dois últimos me ajudando a montar as tabelas, merece destaque especial. Pela cooperação na revisão do texto nossos agradecimentos a Gilberto da Silva Alves e Maria da Conceição Quinteiro.

Ao Dr. Eduardo Ramos, do I.O. da USP; Drs. Vitor Sadowski e Alexandre Radasewski, da Base Oceanográfica de Cananéia do I.O. da USP; Dr. Alvaro da Silva Braga, diretor do Departamento de Pesca da Secretaria da Agricultura; Sr. José Augusto Alves, diretor da Cooperativa Mista de Pesca Nipo Brasileira; Dr. Tinone, ex-economista de pesca do CEASA; Prof. Ary França, da FFLCH da USP; profa. Gioconda Mussolini, da FFLCH da USP; – falecida –; Prof. José Francisco Camargo, da FCEA da USP; jornalista José Manuel dos Reis Araujo – falecido –; engenheiro Antonio Augusto Nogueira do Laboratório de Hidráulica da Escola Politécnica da USP Dr. Tsugio Hatanaka, diretor da S.A. Pescas Oceania; profa. Maria Regina da Cunha Rodrigues, da FFLCH da USP; P. Gerard Guerin; especialista em ostreicultura; engenheiro agrônomo Jorge Swierczski; prof. Pasquale Petrone, da FFCH da USP; Dr. Wladimir Pereira, ex-diretor do Departamento Estadual de Estatística; Dr. Armando Costa, ex-diretor substituído da SUDEPE. Dr. Darcy de Barros Gomes, secretário do T.R.E.; Sr. Darcy Oliva, encarregado de Entreposto de Pesca de Iguape; Sr. Darcy Vargas ex-encarregado do Entreposto de Pesca de Cananéia; Dr. Antonio Pádua Ribeiro, do Serviço de Erradicação da Malária e ainda ao funcionário desse serviço, Manuel Saturnino da Luz que nos conduziu de barco durante toda a pesquisa ao longo da zona lagunar, sem olhar o horário e dando a melhor cooperação na aplicação dos questionários; Dra. Martha Vanucci, ex-diretora do I.O. da USP e especialmente às funcionárias da Biblioteca do I.O.; Dr. Leopoldo Bevilaqua, diretor do Hospital Regional do Vale do Ribeira; Dr. Carlos Agostinho, delegado da SUDEPE em Santos. Engenheiro Schaia Akermam, ex-diretor da Superintendência do Vale do Ribeira, pelo seu pronto apoio e interesse pelo bom desenvolvimento da pesquisa; Sr. José Lobo, do S.V.R., Atusushi Ito, técnico de pesca da Cia. Oceânica; vereador Hildebrando Lippe, de Cananéia, que hospedou gratuitamente toda a equipe na ilha do Cardoso – Marujá –; Sr. Mário Kumesaburo, de Cananéia; Engenheiro Nobre Mendes, diretor da E.F. Sorocabana; Sr. Carlos Fausto Ribeiro e Casimiro Ramos, respectivamente ex-prefeitos de Iguape e Jucupiranga; Casimiro Teixeira; ex-prefeito de Iguape; Dr. Geraldo Russomano, ex-prefeito de Peruíbe; Ademar Franqueiro, funcionário do Serviço de Navegação Fluvial da E.F. Sorocabana; Dr. Aradi Badini Tavares, DAEE; Dr. José de Mesquita, DAEE; Dr. José Brandão da Silva, DAEE; Dr. José Pereira Lima, Departamento Estadual de Estatística. Sr. Nadir de Oliveira; Sr. Francisco Antonio Ferreira, Secção de Publicações da FFLCH da USP; Cecílio Laguna, secção gráfica FFCH da USP; Dona Elvira Roberto Silveira. Noemy Pinheiro, José Vito, Sr. Oswaldo Savoy e demais funcionários da FFLCH da USP, pelo auxílio prestado.

Nossos especiais agradecimentos aos pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo e da Baía de Paranaguá que, durante sete anos nos atenderam o melhor possível, possibilitando a realização deste trabalho.

## **1 – COMUNIDADES PESQUEIRAS PESQUISADAS**

### **A – ZONA DO LITORAL DE ITANHAÉM**

#### **I – Praia Grande**

O setor pesquisado coincide com a área situada entre o extremo Norte da Praia Grande e Mongaguá.

Os últimos arrastões de terra desapareceram totalmente desta área do Litoral Sul. Apenas se registra a presença no Boqueirão de cinco canoas, movidas a motor de centro, tipo catarinense, <sup>(1)</sup> de oito H.P. (Ido dono de um restaurante; um do dono de um bar; um de um pescador nortista; dois de pescadores catarinenses). Ao todo registramos nove pescadores, dos quais podemos considerar como verdadeiros profissionais, apenas cinco, que são “colonizados” <sup>(2)</sup>; descontam para o I.A.P.M. <sup>(3)</sup>; os quatro restantes são “clandestinos” <sup>(4)</sup>.

Todos os pescadores entrevistados declararam que pescam todo o ano, embora mais no tempo quente. Trata-se de pesca de anzol, e de armação – rede de pesca de espera –. Embora durante a temporada de praia que, em parte, coincide com o chamado tempo quente, se vende mais peixe – “peixe fresco” –. Os pescadores encontram mercado durante todo o ano no local. Quando sobra algum pescado há possibilidade de venda para Santos, o que é raro. O tipo de peixe mais comum é cação pequeno.

#### **II - Mongaguá**

O setor pesquisado coincide com a área situada entre o extremo Norte do município de Mongaguá e a praia dos Pescadores, em Itanhaém.

Dois “arrastões de terra” atuam, alternadamente, na praia de Mongaguá. A operação simultânea dos dois arrastões não é possível, devido à falta de braços. Embora o número de “companheiros de terra”, ou seja, os que arrastam os cabos em terra, esteja situado em torno de oito, é difícil encontrar quem esteja disposto a trabalhar com base no resultado aleatório do lance. É comum o dono de um dos arrastões recorrer à cooperação de turistas que ajudam, a puxar os cabos gratuitamente, por mero prazer.

Durante todo o ano se registra este tipo de pesca, que vem declinando, não só em razão da falta de peixe na costa, como pela dificuldade de recrutar os “companheiros de terra” que encontram, entre outras tarefas, na construção civil, melhor salário. Apenas consideramos como pescadores profissionais dois elementos locais, aliás, os donos dos arrastões, que são “colonizados”; os oito restantes são “clandestinos”. Registramos, contudo, a existência de mais de uma dezena de redes de espera para robalão.

A exemplo do que dissemos a respeito da pesca na Praia – Grande, trata-se antes de um complemento de paisagem turística, não apresentando a pesca local qualquer interesse econômico, embora por vezes, a pescaria apresente bom rendimento.

---

<sup>(1)</sup> Motor a 2 Tempos “Stooll”, fabricado em Joinville.

<sup>(2)</sup> Matriculados na Colônia de Pescadores.

<sup>(3)</sup> Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos, hoje integrado ao I.N.P.S.

<sup>(4)</sup> Não matriculados na Colônia de Pescadores.

### III – Itanhaém

A área pesquisada compreende: 1) o setor situado entre a Praia dos Pescadores e o município de Peruíbe; 2) o setor ribeirinho aos rios que cortam a planície entre o litoral e a serra.

Praia de Itanhaém: Os pescadores locais estão agrupados na Colônia de Pescadores “Padre José Anchieta”, Z-13, que voltou recentemente a funcionar após um período de natividade, durante o qual os pescadores locais se registravam na Colônia de Pescadores “Julio da Conceição”, Z-5, em Peruíbe.

Nº de pescadores matriculados .....	45
Nº de pescadores não matriculados ou “clandestinos” .....	80
Total.....	125

A maior parte dos pescadores matriculados não paga quota à Colônia. Atualmente ainda ninguém desconta para o I.A.P.M., embora se aguarde a vinda de um delegado do Instituto. Segundo o chefe da Colônia local, cerca de 50 pescadores, ou seja, os que se podem considerar profissionais, poderão vir a ser aproveitados a curto e longo prazo na pesca de alto mar. Contudo nos parece tal cálculo otimista. De acordo com nosso levantamento esse número deve ser reduzido para 25.

Encontramos 20 canoas motorizadas com motor de centro de tipo catarinense, a maioria de oito H.P. Dessas 20 canos, cinco pertencem a um descendente de italianos; dois a um cidadão de origem russa; oito a pescadores catarinenses e 5, a pescadores locais. Registramos também a existência de três embarcações médias para pesca: dois de H.P., de um cidadão de origem russa a um de 15 H.P., que vem sendo explorada por um pescador associado com um comerciante local. Um arrastão de terra, explorado pelo descendente de italianos já citado, que havíamos já registrado em 1965, após uma paralisação, voltou a funcionar em 1968, embora subsista o problema da mão de obra, aliás, comum em toda a região litorânea onde se verifique uma certa dinamização na construção civil.

Entre as espécies pescadas aparece em primeiro lugar, com 90% da produção, o cação e depois a corvina, o roncador, o bagre, o robalo, a pescada, a pescada cambucu e o camarão sete barbas. O cação pequeno, também conhecido por caçonete, que é o peixe mais pescado, não alcança bom preço. Trata-se de pescado popular – de 2ª categoria que encontra mercado entre a população local e turistas de menos posses.

A maioria dos pescadores entrega o pescado à esposa, ou a outro familiar que se encarrega da venda numa barraca instalada à beira-mar, onde apenas se vê uma balança de pratos, além de alguns caixotes que servem de banca. Os pescadores, que utilizam principalmente espinhel, segundo suas declarações, poderiam produzir muito mais. Só não o fazem por falta de mercado ou de gelo para acondicionar o pescado. Como vimos a maior parte do pescado é de segunda, servindo só o turismo mais pobre ou a população local. Apenas um ou outro pescador conhece bem as técnicas de pesca e os pesqueiros, chegando a capturar garoupa e outros peixes finos.

Não se trata de verdadeiros profissionais, isto é, de homens que além de viver da profissão a conhecem bem. Com a vinda de pescadores catarinenses alguns pescadores locais foram-se habituando ao uso de espinhel; contudo apenas encontramos dois pescadores que conhecem bem as técnicas de pesca. A maioria dos pescadores catarinenses está residindo em definitivo em Itanhaém; apenas encontramos um pescador catarinense que, fora da época, regressa a Santa Catarina. Voltando ao problema da comercialização do pescado registramos a presença de duas peixarias no Mercado Municipal, equipadas com câmaras frigoríficas, onde se vende, principalmente, peixe de primeira adquirido em Santos. Seus proprietários não compram nada, ou muito raramente, dos pescadores locais, alegando que o seu mercado é de peixe de primeira que só Santos pode fornecer, por oposição aos pescadores locais que só capturam peixe de segunda apesar de, nas redes de espera, por vezes, aparecem de primeira.

Rio: Este setor integra cerca de 100 “pescadores”, todos “clandestinos”, ligados à pesca fluvial. Esta, economicamente não represente praticamente nada. Trata-se do resultado da atividade complementar a que os ribeirinhos recorrem como meio de subsistência, a par do precário amanho da roça ou de alguns dias de trabalho alugados no bananal. Em certas épocas a pescaria chega a ser razoável; o excesso, raramente verificado, é levado até Itanhaém em busca de mercado. Entre as espécies pescadas temos: bagre cabeçudo (nas águas de encontro, ou seja, onde se dá a junção da água doce com a água salgada); bagre branco, tainha, caratinga, escrivão, bagrinho, traíra, cará, lambari, tajá. Estes dois últimos

aparecem muito pouco. A pesca é realizada através de cercos, covos e redes, das quais a que mais aparece é a chamada “feiticeira”; para a traíra usa-se a rede de “três malhas”. Os principais locais de pesca são: O Bairro de Cima; rio Preto, até à barra do rio Boacica – Lagoa – o povoado da Barra do Boacica; no distante Bichoró encontramos duas famílias que se dedicam à pescaria, vendendo periodicamente em Mongaguá.

A pesca fluvial registra-se num raio de 5 a 8 km a partir da foz, ou seja, até onde se faz sentir a influência da maré, isto é, até à foz do Aguapé com o Branco, onde aquele deságua, bairro do rio Acima, onde se forma uma ilha cercada pelo rio Branco, Preto e Itanhaém. Nesta área vivem cerca de 100 famílias, sendo que a pesca é normalmente só praticada pelo chefe da família. Esta população vive à beira dos bananais e não se integrou até hoje no trabalho assalariado, no bananal, preferindo manter sua individualidade. Aos poucos estão abandonando os sítios e os pequenos bananais, vindo aumentar a população de Itanhaém e de outros locais. A produção local de esteiras está a braços com a concorrência do artesanato organizado de Poços de Caldas, do Litoral Sul-Registro –, e de outras regiões que abastecem em quantidade e regularmente as lojas locais. Com o palmito já esgotado resta esta ainda a caixeta, mas esta se encontra em locais de difícil acesso.

A falta de gelo é um dos problemas mais apontados pelos pescadores locais. Enquanto isso o Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura, que há anos mantém um funcionário permanente no Entreposto de Pesca – que nunca funcionou –, determinou em 1968 a transferência das máquinas para o Entreposto de Iguape.

Em Itanhaém há a registrar a presença de um estaleiro de construção naval em madeira onde, em 1967, foi construído pela primeira vez um barco pesqueiro de arrasto.

#### IV – Peruíbe

A área pesquisada compreende os locais situados entre a divisa Norte de Peruíbe e ao Sul, a serra de Itatins.

Parte dos pescadores locais estão integrados na Colônia de Pescadores Z-5 “Júlio da Conceição”, que atualmente conta com 65 pescadores dos quais:

pescadores que pagam quota – 15;

pescadores que não pagam quota – 50.

Além destes pescadores colonizados temos ainda a assinalar 15 “clandestinos”. De todos esses pescadores apenas se podem considerar profissionais uns 20. Os proprietários de canoas motorizadas já descontam mensalmente a aposentadoria para o I.A.P. MP.

Embarcações:

seis canoas de oito H.P., duas das quais da família Vital;

uma canoa de um catarinense (Júlio); uma do David;

uma do José do Prado (não é pescador); uma do Linardi (presidente da Colônia).

Dois barcos equipados com motor de 10 H.P., um da família Vital e um de Juvino Inocêncio.

Arrastão de terra: um do velho Zacarias e o segundo do Vitoriano. Apesar de grandes dificuldades, principalmente mão de obra e custo das redes, o segundo continua funcionando. A família Vital, por sua vez, abandonou a pesca de arrastão de terra por não compensar. Deram preferência às canoas motorizadas. O “arrastão de terra” desaparecerá no litoral Sul com os seus velhos proprietários que hoje dificilmente se poderão adaptar a outro tipo de pescadoria. Realizam-se em média quatro lances diários – na temporada –, com a duração de uma hora. Os companheiros de Terra, como ganham muito pouco, preferem trabalhar na construção civil. Nas canoas e nos “barcos” a divisão do resultado do pescado, depois de descontadas todas as despesas (não entra uma taxa para fundo de manutenção) é feita em três partes: uma do barco; uma do primeiro pescador; uma do segundo pescador. Normalmente o primeiro pescador é o proprietário. No caso de trabalharem três pescadores a divisão é feita por quatro.

Espécies mais pescadas: cação; roncadour; misturada; corvina; camarão sete-barbas (bastante); carapau; pescada (pouca).



Ostra: está diminuindo, contudo continua sendo tirada, em pequena quantidade, no rio Guaraú, nas pedras do fundo.

A tainha, que ultimamente aparece em menor quantidade, possivelmente por causa dos barcos que operam em grande número rente à costa, é apanhada em cercos. O número de canoas, que em 1966 foi de 20, passou em 1967, para 8. A construção dos cercos no rio Guaraú, é feita por sorteio.

Calendário da pesca: (segundo a espécie predominante):

nov. dez. jan..... Corvinha; cação  
fev. março. abril..... bagre; Roncador; goete;  
maio – junho e julho..... Tainha  
julho – nov..... cação; roncador.

No período quente, que corresponde à época de férias o “peixe fresco” é todo vendido no local; de agosto a novembro – pouco peixe – vende-se para Ana Dias, Miracatu e mesmo Mongaguá.

Em Peruíbe havia uma peixaria dotada de câmara frigorífica, que pertencia à família Vital. Sobre a possibilidade da vinda de peixe de Santos, alega-se que durante as férias os turistas exigem “peixe vivo” e não querem o de Santos, que já tem vários dias entre o porão do barco e o consumidor. Contudo, quando falta o peixe ou o número de turistas aumenta, têm já adquirido o peixe de Santos – de primeira.

Recentemente a família Vital encerrou a peixaria e passou a vender o pescado junto ao atracadouro das canoas, no rio Negro, a fim de não pagar imposto. Paralelamente, foi inaugurada no centro da vida uma nova peixaria, que opera com pescado de Santos e abastece o mercado local com pescado de primeira, à semelhança das peixarias de Itanhaém.

As principais reivindicações locais referem-se ao desejo de dispor de gelo a bom preço para acondicionar o pescado e melhoria das condições da barra do rio Negro.

## RESUMO

Em relação a toda a Zona A: LITORAL DE ITANHAÉM, podemos afirmar que estamos perante uma zona que pelas condições apresentadas não merece ser considerada como zona de pesca, de um ponto de vista continental. A pesca, nas áreas pesquisadas deve antes ser consideradas como atividade complementar da indústria do turismo ou de subsistência, portanto sem interesse e perspectiva – comercial, principalmente no setor 2 da área III – Itanhaém (pesca de rio).

Pescadores que poderão vir a ser aproveitados na pesca de alto mar.

	<b>Imediatamente</b>	<b>A curto e médio prazo:</b>
Praia Grande	3	2
Mongaguá	—	1
Itanhaém	20	5
Peruíbe	10	8
	—	—
Total	33	16

## **B – ZONA DO LITORAL DE UNA**

## I – Una

### Peruíbe a Vila de Una

A zona compreendida entre Peruíbe e a Vila de Una depende hoje unicamente de turismo. Dezenas de casas e inúmeros loteamentos são encontrados nesta área que compreende a Prainha e a praia do Guaraú, onde desemboca o rio do mesmo nome.

Não levando em conta a pesca praticada pelos turistas, numerosas embarcações a motor de popa sobem rio Guaraú – principalmente no tempo quente. – Apenas temos a registrar a presença de dois pescadores artesanais, que vendem o pescado ora no Guaraú, a um comerciante local – “o Grego” ou a comerciantes de Peruíbe. Cabe assinalar a presença de pescadores de Peruíbe junto à costa e, na época da tainha, a presença de cercos ao longo do rio. Estes cercos, em sua maioria de taquara, são motivo de constantes disputas entre os pescadores e os turistas proprietários de canoas a motor, pois os cercos atrapalham a navegabilidade. Por outro lado, os pescadores acusam os turistas de cortar as redes de espera com as hélices.

Até certo ponto os pescadores aceitam como uma realidade o advento do turismo náutico e a perda de seus pesqueiros no rio, até porque a tainha já “não entra em grandes quantidades como antigamente”. O número de cercos vem diminuindo de ano para ano.

Do Guaraú até à praia do Carambure apenas temos a assinalar a presença de dois pescadores artesanais que se dedicam especialmente à captura de venda de peixe salgado.

1. Vila de Una: Para atingir Vila de Una torna-se necessário proceder a uma penosa caminhada seguindo a trilha do antigo telégrafo. O principal obstáculo é a travessa do pântano localizado entre o rio Perereque e o chamado porto do Guaraú. Continuando pela trilha do telégrafo, agora em terreno firme, e aproveitando alguns pedaços da projetada estrada da Una, atinge-se o rio Comprido ou Una do Prelado. Do chamado porto de Una segue-se à Vila de Una, descendo o rio em canoa, o que leva aproximadamente umas 2 horas.

Entre o Perereque e o porto de Una apenas assinalamos a presença do encarregado da canoa que faz a travessia do Guaraú, em porto Guaraú; mais adiante um pequeno aglomerado de casas – cabanas – em torno de uma construção pertencente a um indivíduo de fora que comprou terras na área e, já próximo a porto de Una a casa do encarregado do telégrafo e duas mais de parentes seus. Em termos de pesca nada temos a assinalar. No percurso entre porto de Una e a vila de Una apenas se notou a presença de seis casas de caiçaras, que, em seus deslocamentos, utilizam canoas. Vivem de agricultura de substâncias e no tempo da tainha salgam algum peixe para uso durante o ano e vendem um pouco de preferência a pessoas que passam, também levando algum pescado para vender no Guaraú ou em Peruíbe.

A vila de Una está localizada na foz do rio Comprido ou Una do Prelado, do Norte. Trata-se de uma vila antiga. Contudo a grande maioria de seus antigos moradores já de lá saíram. Atualmente conta com cerca de 20 casas de madeira construídas com tabuado que veio dar na praia – aliás, a norma nas construções do litoral até a baía de Paranaguá. A madeira, que dava á praia em boa quantidade, está desaparecendo, pois o seu transporte entre o Paraná e São Paulo é, agora, feito de preferência por caminhão. Antigamente era comum em períodos de tempestade, que grande número de tabuas caíssem ao mar vindo, posteriormente, a dar na costa.

Casas .....	20
Vendas .....	2
Número aproximado de habitantes .....	60
Pescadores .....	20
Colonizados .....	6
Não colonizados .....	14
Verdadeiros profissionais <sup>(5)</sup> .....	6

A foz do rio é piscosa. A maior parte do peixe aí capturado deve-se mais a pescadores de Peruíbe e mesmo de Itanhaém do que aos da Vila de Una. Apesar de a vila mostrar um certo aspecto – casas de madeira construídas sob a areia e divididas por cercas, entre árvores de algum porte – a situação da

---

<sup>(5)</sup> No sentido que vivem apenas da pesca.

população local até certo ponto pode ser caracterizada como de alumia. Dos antigos moradores e seus descendentes poucos restam. A maioria veio de outras áreas expulso pelos grileiros que, aos poucos, vêm se apoderando das terras. Estes novos moradores não são portadores de tradição de pesca.

Os progressos nas técnicas de pesca – uso de rede de nylon; pesca de espinhel – devem-se à presença entre eles de pescadores de Peruíbe que no tempo quente e no tempo da tainha aí se deslocam diariamente – de canoa – e, ultimamente, à presença de um armador de Itanhaém. Deve-se ainda assinalar a presença, fora da temporada, de um pescador catarinense (no tempo quente fica em Itanhaém). A presença, principalmente deste último, tem contribuído para a difusão da pesca com espinhel. Contudo, de um ponto de vista comercial, o pescado capturado na foz do rio e não no mar, o pescado capturado durante o tempo quente, não é em quantidade que mereça maior atenção. Nessa época ou o vendem a pescadores de Peruíbe ou, depois de atingir porto de Una em canoa a remo, rumam para o Guaraú ou Peruíbe onde vendem o pescado aos comerciantes. Devido à distância nem sempre o fazem; salgam então o peixe, perdendo assim a possibilidade de ganhar mais dinheiro, uma vez que para boa parte das espécies de pescado próprias do tempo quente, o preço do peixe fresco é superior ao do pescado salgado, além de este perder peso, acresce a operação da salga – escalar o peixe – e o custo do próprio sal. No período do tempo frio, que se caracteriza pela captura da tainha é que se pode falar em pesca com interesse comercial. Durante esse período a população inteira como que se mobiliza para se dedicar à captura da tainha, uns por conta própria, utilizando redes ou cercos, ou os dois sistemas simultaneamente e outros utilizando as redes de terceiros. Uma parte do pescado é vendida fresca, outra é destinada à seca, depois de devidamente salgado. É a época de maior animação (maio-junho e ½ de julho). Fora deste período a situação volta ao normal: luta pela subsistência que, por sinal, é bem difícil. É bom lembrar que estamos perante uma população que, em sua maioria foi expulsa do campo; sem tradição de pesca; e que, não tendo se transformado em pescadores, fica presa ao local onde não tem condições para fazer roça. Mesmo aqueles que ainda têm algum terreno, pouco plantam, pois o desestímulo é uma constante. Contudo, principalmente os mais velhos, não pretendem abandonar o local, pois têm consciência do seu despreparo para enfrentar a vida na cidade ou mesmo em outras regiões. Com a construção da estrada é natural que a vila se transforme num centro de abastecimento dos turistas durante o período de férias. Entretanto, dada a situação de alumia e o despreparo desta população, é igualmente provável que vila de Una venha a ser absorvida futuramente pelo turismo ou desapareça mesmo.

2. Praia de Una: Setor compreendido entre a vila de Una e a serra da Jureia. Esta área, de grande beleza natural, que já foi bastante povoada, caracteriza-se agora como um vazío demográfico. A vila do Verde, junto à foz do rio do mesmo nome, que deságua a Norte da ponta do Guajaúna, desapareceu. Com a vinda dos grileiros, a população foi expulsa e hoje apenas se encontram lá algumas casas de madeira em ruínas e já tomadas pelo mato. Aliás, é normal encontrar casas abandonadas ao longo da área de Peruíbe a Iguape. À exceção de uma única família, a de dona Maria Lara <sup>(6)</sup>, todos os demais moradores venderam, por valores irrisórios, suas posses.

A população encontra-se totalmente indefesa, pois sem estradas e comunicações, não pode pedir o auxílio a ninguém. Seria o caso mesmo de enfatizar que no caso de já haver uma estrada, a situação para os últimos posseiros que resistiram talvez fosse pior, a exemplo do que vem ocorrendo em outras áreas do litoral servidas por estradas. Por esta, para a população local, vem apenas o grileiro e o desenvolvimento que lhe sucede em nada vem beneficiar o caçara que nessa altura não está mais na terra, mas sim, nas favelas do Pae-Cará, em Vicente de Carvalho <sup>(7)</sup>, ou em outras.

Nº de casas .....	8
Nº aproximado de habitantes .....	45
Pescadores não profissionais .....	2
Profissionais .....	1
Venda .....	—

Dos 45 habitantes que encontramos na praia de Una, 16 pertencem à família de dona Maria Lara; os restantes são antigos posseiros, guardas dos terrenos hoje na mão de grileiros.

<sup>(6)</sup> A quem muito ficamos devendo, pois nos tratou de um ataque do fígado, que me obrigou a permanecer 3 dias em sua casa, juntamente com uma equipe de 6 estudantes.

<sup>(7)</sup> HUPER/PLANTEC, A.A. Pae-Cará –, São Paulo, 1968.

Do ponto de vista da pesca artesanal a área não têm interesse, pois se trata de uma costa retilínea sem entradas. Apenas na foz do Rio Comprido ou Una do Prelado se pratica a pesca. Seria possível ir pescar no mar de canoa, mas a população – em vias de desaparecimento – está mais voltada para a agricultura (aliás, apenas a família de dona Maria Lara). O pouco que se pesca é capturado num riacho que corre paralelamente à praia – de uma ponta a outra, como que dividindo as dunas da terra firme.

No caso já indicado – Maria Lara – encontramos uma razoável plantação de arroz, produto que vende para Peruíbe. O arroz é transportado às costas até Porto do Prelado, onde atravessa o rio para depois, novamente às costas, ser levado até Peruíbe. Viagem longa e penosa para vender um punhado de arroz! Na área em apreço encontramos mandioca; milho – para as galinhas –; feijão; algumas verduras e algumas qualidades de frutas.

É, contudo, necessário enfatizar que nos encontramos em uma região abandonada; os que tomam conta das terras dos grileiros nada ou quase nada plantam; “até os mortos fogem!”.

É verdade. Numa das últimas marés vivas o mar avançou e levou parte do cemitério com alguns corpos. O mesmo ocorreu em vila do Prelado!

## II – Praia da Juréia

Após a travessia da ponta do Guajaúna e da praia que fica entre esta e a serra da Juréia, entramos na praia de Juréia. A região é da grande beleza natural. A travessia da serra, coberta de mata virgem atapetada de musgos e avencas lembra a Amazônia pela intensidade de seu verde. Não o verde triste do mato ralo do litoral. Na serra, onde encontramos vestígios de antigas habitações, hoje nada resta. Apenas no morro, do lado Norte uma cabana de um pescador temporário – tainha – e no lado Sul a casa do encarregado do posto do antigo telegrafo.

A área pode ser dividida em 3 setores <sup>(8)</sup>

1. da serra da Jureia até o Porto do Prelado;
2. Porto do Prelado;
3. do Porto do Prelado até a barra.

### 1. Da serra da Jureia até Porto do Prelado:

Casas .....	8
Nº aproximado de pessoas .....	40
Pescadores .....	—
Vendas .....	—

O setor já está loteado. Os posseiros abandonados à área e os que aí habitam tomam conta das terras de terceiros.

### 2. Porto do Prelado:

Casas .....	12
Nº aproximado de pessoas .....	60
Vendas .....	2
Pescadores .....	2
Colonizados .....	—
Não colonizados .....	2
Profissionais .....	1

<sup>(8)</sup> Em termos de pesca só consideramos um setor, ou melhor apenas consideramos a área em si.

Porto do Prelado é uma antiga vila, agora em total decadência, ribeirinha a um braço morto do Comprido ou Una do Prelado.

A vida, onde antigamente se reuniam os pequenos produtores de arroz, que era exportado pelo rio, hoje totalmente assoreado e tomando por aguapé, está sendo abandonado aos poucos.

De um total de 60 moradores, cerca de metade são crianças em idade escolar. Os jovens emigram ou encontram trabalhando numa empresa pioneira na região a “Sapebra”, onde trabalham na industrialização do palmito.

Os velhos fazem um pouco de agricultura de subsistência – (arroz, mandioca, feijão) e pescam para o consumo próprio na praia, onde arrastam a rede – 2 homens – ao longo da praia, respeitando os setores de cada um.

Uma atividade relativamente rendosa é a da apanha do marisco na rocha. Meninos em idade escolar e até 16 anos, em média, vão até as rochas do costão da serra da Jureia e mesmo até à ponta do Grajauna para colher o “marisco da pedra”. Depois de limpos são enfiados numa varinha muito fina e colocados no fumeiro. Estes “rosários”, como alguns o chamam, são vendidos nas duas lojas e nos bares de Iguape. Talvez esta atividade ajude a compreender distribuição da população por faixa etária. Os velhos, que nada podem fazer ou são totalmente despreparados ficam; os jovens ou saem da região ou vão trabalhar na “Fazenda Sapebra” e as crianças ficam com os avós, sendo que a atividade da apanha do marisco não é desprezível em termos da renda familiar. A renda familiar conta ainda com o resultado da apanha do palmito. Atividade dura, pois os moradores não podem apanhar palmito nos terrenos litorâneos, hoje com novos proprietários, e são obrigados a se entranhar pelo interior. O palmito é comprado pela “Fazenda Sapebra”, em cuja sede localizada às margens do Ribeira de Iguape na confluência com o Suá-Mirim, está instalada uma indústria de tratamento e preparo de palmito.

Em resumo: trata-se de uma população em vias de desaparecimento e caracterizada por uma total falta de expectativas. Basta citar a seguinte passagem para ilustrar a situação: Na primeira manhã que passamos em Porto do Prelado, ao acordar fomos inquir: dos se pretendíamos lavar o rosto. Conduziram-nos até uma ponte de madeira que passa por cima do que já foi um rio a confluência do Acaraú com o Pequeno. Afastados alguns aguapés tiramos um pouco de água para nos lavarmos. Então, alguém que passava advertiu para lançar a água na estrada e não de volta ao “rio”, pois era dali que tiram, a água para beber! Claro que, espantados, fizemos o que nos pediram. Apenas uns tantos patos continuaram a chafurdar no local!!

Este exemplo mostra bem a que situação chegou esta população que agora não pesca mais no mar com canoa, como faziam alguns antigos, pois a população “perdeu a farsa”, no dizer do mais velho morador.

### 3. Do Porto do Prelado á barra do Ribeira: <sup>(9)</sup>

Nº de casas .....	20
Nº aproximado de habitantes .....	100
Nº de pescadores .....	—
Vendas .....	—

A população aqui, ao contrário dos outros setores, interessou-se e construiu as suas casas ao longo da estrada de terra que liga a “Fazenda Sapebra” a Porto do Prelado. Trata-se de pequenos agricultores (arroz, mandioca, milho, feijão) que dada à proximidade da estrada e o fácil escoamento da produção vêm aumentando a área de cultivo e a produção.

Resumo: Do ponto de vista da pesca artesanal, a zona **B** – Litoral de Una, de Peruíbe a Iguape não apresenta o mínimo interesse. O despovoamento da zona litorânea é patente. A abertura de uma estrada ligando Peruíbe a Iguape tem muito interesse para o futuro turismo e visando ainda o desenvolvimento da agricultura na vasta planície localizada entre a serra dos Itatins ao Norte, o Ribeira do Iguape ao Sul e a BR-116 (antiga BR-2). Essa zona é atingida, de preferência, por barco. A conjugação da futura estrada com a regularização do leito dos rios e a abertura da ligação do Despraiado com o rio das Pedras, se impõe.

<sup>(9)</sup> Não incluímos o Pontal neste levantamento; ver Iguape.

## C – ZONA LAGUNAR IGUAPE-CANANÉIA

### I – Área de Iguape

#### 1 – Iguape, cidade e Rocio

Morando na cidade propriamente dita ou no Rocio, na margem fronteira depois de atravessar o Valo Grande, calculamos a população piscatória em cerca de 355 indivíduos, dos quais 105 são colonizados.

Em relação à população da cidade e que mora no Rocio, cabe colocar em relevo que, se nos outros setores cabia à mulher auxiliar e, mesmo em alguns momentos – como no período da safra da manjuba substituir o homem em alguns aspectos da faina agrícola, aqui, onde a maioria dos habitantes não tem terrenos para cultivar, a mulher no período da manjuba contribui para a renda familiar, trabalhando nas salgas dos “industriais” locais. Fora do período da safra da manjuba o desemprego é notório e as condições sociais de vida são precárias.

Na Área de Iguape, I da Zona C, tirando até certo ponto os setores 2 e 3, na época da safra da manjuba, assiste-se à chegada de numerosos indivíduos que vêm fazer a época, ou aí ficam apenas um período ou vão e vêm alternadamente o que, somados àqueles moradores dos setores em estudo que só pescam na época da manjuba dá um número aproximado de 1.500 pessoas além dos que indicamos como pescadores, ou seja, alquiles que de certo modo, regularmente, se encontraram mais ou menos ligados à pesca. Em relação ao município de Iguape o número de encarregados de rede, ou seja, aqueles pescadores que recebem o material de pesca dos donos das salgas e que normalmente, pescam com mais dois camaradas, andam a volta de 250. O número de embarcações a remo-canoa – é aproximadamente de 500 e o número de canoas motorizadas anda a volta de 150.

#### 2 – Pontal

Embora geograficamente esta localidade devesse figurar no que convencionamos chamar de Zona B, Litoral do Una, Área II. Juréia, em face ao seu maior relacionamento com Iguape, preferimos localizá-la no quadro da Zona C, Zona Lagunar de Iguape – Cananéia, Área I Iguape.

Encontramos cerca de 50 casas, com – aproximadamente 300 habitantes e algumas vendas e bares. A população embora se dedique à pesca, principalmente de manjuba e da tainha, esta em segundo plano, mas com importância local, ainda se encontra muito ligada a um quadro agrícola, sendo de pôr em relevo a produção de farinha de mandioca. A pesca é feita na foz velha do Ribeira ou mesmo no Ribeira, não se arriscando o pescador a sair para o mar alto, onde às vezes lança o arrastão de terra. Enquanto que a pesca da tainha já tem uma certa tradição à da manjuba é relativamente recente, pois tal espécie até a bem poucos anos aparecia só em quantidade apreciável no Mar Pequeno, no lado de Icapara. A pesca da tainha, como se sabe, é, em nosso litoral, uma atividade sazonal, até há pouco tempo complementar de uma agricultura de subsistência, não podendo caracterizar, em termos profissionais, seus praticantes, como pescadores. O equipamento destinado à captura da manjuba é normalmente fornecido pelo “industrial” enquanto que o equipamento, aliás, rudimentar, destinado à captura da tainha é do próprio pescador que, além da tainha captura ainda alguns robalos no cerco ou na rede de espera. O que captura de outras espécies normalmente não tem grande significado comercial. Fora do autoconsumo apenas se pode indicar a farinha de mandioca e o arroz, no setor agrícola e, no setor pesqueiro, a manjuba e a tainha, que lhes permitam vender os excedentes que lhes possibilitam uma maior relação com o mercado, indiretamente através do vendeiro local ou do industrial de manjuba que lhes dá vales que podem descontar em algumas casas comerciais do Iguape ou, diretamente, junto ao comércio de Pontal, o que é

mais raro. Pelos nossos cálculos o número de indivíduos que se dedicam à pesca, dentro do conceito explicitado, anda a roda de 70 indivíduos, dos quais cerca de 20 exercem as funções de chefes de grupo – sendo que 15 pegam quota à Colônia de Pescadores, 23 são colonizados – ou seja, organizadores das pescarias de manjuba, utilizando e se responsabilizando pelo equipamento posto à sua disposição pelos industriais da manjuba, ou por seus intermediários: Estamos perante uma população de tipo misto de agricultor-pescador que, às vezes ainda se dedica ao corte do palmito e da caixeta, atividade que vem abandonando aos poucos os moradores do Prelado, uma vez que o palmito, cada vez mais, não só está desaparecendo, como para o cortar tem de se embrenhar nos matos interioranos, bem distantes de sua moradia. Recorrem a esta atividade fora da época da safra da tainha e da manjuba, sendo que a captura desta coincide com o calendário agrícola, período de extrema atividade local. Registramos ainda a existência de dois arranhões de terra que operam normalmente durante o tempo quente.

### 3 – Icapara

O povoado de Icapara, de forte tradição agrícola, constitui-se num núcleo onde a pesca já é uma atividade saliente, embora, a exemplo do núcleo anterior, a pesca se limite ao mar interior, não se registrando normalmente pescaria no mar alto. A população que duplica a do Pontal, cerca de 500 pessoas, está espalhada por aproximadamente 100 casas; mais ou menos 120 pessoas se dedicam à pesca, 30 aproximadamente, como chefes de pescaria e 25 pagam quota à Colônia de Pescadores; o número de colonizados atinge 45. A pesca oceânica é apenas praticada por algum catarinense que se encontra temporariamente no local ou, por vezes por algum elemento local que já trabalhou com os catarinenses. Encontramos um pescador de Cananéia que se havia transferido para Iguape, que, por vezes, pescava fora. O pescador local raramente vai ao mar, ao mar alto, e quando vai somente o faz em dias de calmaria.

A pesca da manjuba tem tradição no local, mais de 20 anos. É a que comercialmente determina o tipo de pesca local: e a atividade principal. A pesca da tainha, no tempo frio, do robalo, e ainda de outros peixes aparece em posição subalterna, a par da antiga atividade principal: a agricultura, a qual continua a ser praticada com dificuldade, pois o período da safra da manjuba coincide com a lavoura, plantando e comercializando o excedente do arroz, plantando mais para o gosto a mandioca, o feijão e o milho para a criação. Em torno de Icapara encontramos campos muito bem cultivados. As mulheres aqui e no Pontal dedicam-se mais à agricultura, enquanto as de Iguape – cidade – durante a época da safra da manjuba trabalham nas salgas preparando o peixe. Também encontramos alguns casos de pescadores, não tantos quanto no Pontal, que declararam que quando o “tempo aperta” vão cortar palmito.

Icapara fica mais próximo de Iguape, que se pode atingir pela estrada, pela barca da Sorocabana ou de canoa, enquanto que o Pontal se encontra mais isolado, uma vez que dado o receio que os moradores têm de enfrentar o mar, preferem subir o Ribeira e entrar em Iguape depois de passar o Valo Grande, no que lavam cerca de 6 horas em média.

A par das pescarias de redes, que, no caso da manjuba, são normalmente fornecidas pelo industrial, contamos numerosos cercos de pesca que, em certas épocas do ano fornecem boa renda aos seus donos. O número de cercos no lado de Icapara é superior aos que encontramos no Pontal.

### 4 – Iguape – Jurumirim

Subindo o rio Ribeira de Iguape até Jurumirim, localizado no município de Registro, encontramos alguma atividade piscatória, mas praticamente restrita à captura da manjuba. Esta, em tempos idos subia o Ribeira. A localização das salgas, em 1949, mostra claramente: Barra do Ita, 1; Sete Barras, 4; Itamirim, 1; Barrando Juquiá, 1; Jurumirim, 1; Lagoa Nova, 1; Estaleiro, 2; Gipurava, 1; Bracacem, 1; Baixo Ribeira, 1; Porto do Ribeira, 1; Iguape, 4. Já em 1966 a situação era a seguinte: Registro 1; Iguape 17, passando a manjuba a ser capturada no canal da barra do Ribeira, Icapara, Baixo Ribeira, desde o povoado do Estaleiro, Valo Grande e Mar Pequeno, até a área do Tombo das Águas, principalmente nos “pesqueiros” Sorocabinha, no chamado baixo de Areia e no Manjubeiro. Em 1970 registramos 16 salgas em Iguape e 1 em Jiporuva. Em Registro, em 1970, a produção foi de apenas 34 toneladas capturadas por 15 pescadores. Da cidade de Iguape a Jurumirim, passando por Jaerê e Estaleiro, onde existe uma pequena salga, onde o pescado é industrializado, enquanto o de Jaerê vai diretamente para Iguape, deparamos não com pescadores, mas com agricultores que, a par da labuta diária, pescam a manjuba na época que, aliás, corresponde mais ou menos ao período de trabalho agrícola mais intenso, ou seja, de setembro a março. Tal fato, em boa parte deve explicar que apenas – 30,0% dos moradores ribeirinhos



pesquem manjuba, número que se aproxima dos 39,9% encontrados por uma equipe de pesquisadores de Sociologia Rural <sup>(10)</sup>. O número dos que se dedicam à pesca, em toda esta área, anda à roda de 55, não sendo nenhum colonizado, atualmente. Pode chamar a atenção que, no período da safra da manjuba, numerosos moradores em áreas não ribeirinhas para aqui se deslocam, aumentam o número de pescadores da área que, nesta hipótese, passam de uma centena.

A maioria dos que atuam nesta pesca utiliza material, principalmente redes, dos compradores, isto é, das salgas, através dos intermediários. Dadas as características deste grupo, mais virado para a agricultura do que para a pesca, não procedemos a uma análise mais profunda.

### 5 – Iguape – Tombo das Águas

Este setor, que já foi muito rico em pesca, devido principalmente à água doce do Ribeira – decorrente da abertura do Valo Grande – presentemente não tem muito interesse para a pesca. A manjuba aparece um pouco na época da safra. Quando da abertura da estrada que liga Pariquera-Açu a Iguape, os moradores da Ilha Comprida, entre Iguape-cidade – e o Tombo das Águas, deslocaram-se para o continente, pois assim passaram a ter o acesso mais facilitado.

Nº aproximado de casas .....	80
Nº aproximado de habitantes .....	450
Nº de vendas .....	5
Pescadores .....	90
Colonizados .....	15
Não colonizados .....	75
Profissionais .....	2

Temos ainda a assinalar a existência de habitações provisórias utilizadas apenas no período da pesca da tainha e da manjuba por caiçaras vindos de outras zonas. Não foi possível levantar o número destas, mas, por alto, podemos calcular em cerca de 20. Acresce que dada a precariedade destas construções, as intempéries as destroem com facilidade. Normalmente, após a temporada, os próprios moradores se encarregam de as destruir, não vá o casebre “chamar” novos moradores e assim perder o ponto na próxima safra.

### ***Pesca:***

Tainha – na temporada; “despescada” no cerco, normalmente localizado do lado da ilha Comprida; manjuba – vendem para os intermediários das “fábricas” ou trabalham diretamente para as “fábricas”; robalo; bagre – aparece nas “águas turvas”;

### ***Tipos de pesca:***

Cêrco; rede de espera (robalo); currico; picaré – ao longo da Praia do Comprido (apenas dois pescadores o fazem).

Comercialização do pescado: A maioria pesca só para uso; quando sobra vende aos comerciantes ou leva o pescado diretamente a Iguape utilizando a estrada. No tempo de manjuba vêm os compradores das “fábricas” ou salgas que instalam reservatórios onde acondicionam o pescado em salmoura até ser transportado para Iguape.

Com a venda dos terrenos ao longo do mar Pequeno, em talhões perpendiculares, na faixa localizada entre porto Subaúna e Iguape a população caiçara que se deslocara da Ilha Comprida para lá, ou se integra na qualidade de assalariado agrícola ou tende a sair do setor. Assim a pesca artesanal, com base na margem continental no setor de Iguape a porto da Sabaúna, tende a desaparecer. Neste setor estão aparecendo lavradores vindos de outras regiões alemãs, japoneses e mesmo brasileiros – que estão mudando a fisionomia do local. Plantações de abacaxi; horticultura; galinhas e patos em grande quantidade aparecem agora até onde há pouco tempo era tomado pelo mato. Alguns desses agricultores solicita a instalação de uma cooperativa de energia elétrica, para introduzir novos tipos de exploração

<sup>(10)</sup> Queiroz, Maria Isaura P. de – *Vale do Ribeira – Pesquisas Socioclas* –, Secretaria dos Serviços e Obras Públicas e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Convênio DAEE-USP), São Paulo, 1969, pág. 71-72-73.

agrícola. O dinamismo desses lavradores levou-os a conseguir a instalação de uma escola primária, através da qual pretendem melhorar a condição do caçara e mais tarde vir a aproveitar essa mão de obra que, segundo eles, com o advento da escola, melhorará, mesmo admitindo que a escola venha a determinar a saída, futura, de uma boa parte de seus ex-alunos, para áreas de melhor ganho, onde se exige um mínimo de preparação.

#### 6 – Iguape – Barra de Icapara

(Ilha Comprida): Levantamos as populações que vivem na Ilha Comprida entre a barra do Icapara e o local frente à cidade. Encontramos cerca de 30 casas, das quais metade em muito bom estado. Aí se localizam famílias de pescadores, umas ligadas a Icapara e as mais próximas a Iguape, à própria cidade, aonde vêm vender o pescado.

Nº aproximado de casas .....	30
Nº de habitantes .....	150
Pescadores .....	60
Colonizados .....	12
Não colonizados .....	48
Profissionais .....	8
Canga a motor .....	10

Os pescadores deste setor podem vir a ser agrupados, em termos de organização da pesca artesanal, ao núcleo de Icapara. Pelo menos cerca de metade, ou seja, alquiles que vivem mais próximo a esse povoado de pescadores.

#### **RESUMO: PESCADORES**

Colonizados.....	200
Que pagam quota .....	—
Manjubeiros .....	1.500
Clandestinos .....	550
Com a situação realizada na Sub-Capitania de Iguape .....	256
Profissionais .....	130
Que podem vir a pescar no alto mar .....	50
Mestres de rede .....	255 <sup>(11)</sup>

Em virtude de uma cláusula recente da Diretoria da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca as Capitânicas dos Portos só podem registrar “como pescadores” alquiles que efetivamente façam prova de que sua atividade principal é a pesca. Deste modo cremos que o número dos “pescadores” que aparecem nas estatísticas irá diminuir em muito.

#### ***Embarcações:***

Os donos das salgas ou “fabricas” – estufas – de manjuba, para fugir à flutuação dos preços de manjuba passaram a fornecer além da rede, o motor. Assim o número de motores de popa aumentou substancialmente.

Motor de centro, tipo catarinense 8 H.P.

Utilizado para pesca e transporte .....	30
Motor de popa (manjuba) .....	150
Total .....	180

<sup>(11)</sup> Mais de 2/3 utilizam rede de “nylon” fornecida pelas salgas, enquanto o terço restante utiliza rede de algodão fornecida pelas salgas, em parte.

Além destas embarcações temos a registrar os barcos sardinheiros, que chegam a ir pescar no Mar de Cananéia:

20 HP .....2  
 39 HP .....1  
 52 HP .....1  
 TOTAL.....4

<b>Espécies capturadas:</b>	
<b>Espécie:</b>	<b>Período</b>
Bagre	Quente
Betara	"
Cação	"
Caçonete	"
Corvina	"
Caranha	"
Goete	"
Linguado	"
Pescada Amarela	"
Pescadinha	"
Pescada Cambuçu	"
Pescada Branca	"
Pescada Olhuda	"
Pescada Foguete	"
Pregereba	"
Raia	"
Robalo	"
Sardinha	"
Sargo	"
Siri	"
Sororoca	"
Viola	"
Manjuba	Ciclo especial: agosto a abril, especialmente de outubro a março
Anchova	Frio
Tainha	"
Sardinha	Ano todo
Bonito	" "

No tempo quente os peixes mais freqüentes são: robalo, pescada amarela, bagre.

A contínua invasão de água doce do Ribeira, principalmente no tempo das chuvas – tempo quente –, que é o melhor período de pescaria afugenta muitas espécies que necessitam de um maior teor de salinidade. A produção de plâncton – alimento dos peixes –, com a vinda das águas barrentas torna-se menor. Apenas o bagre se pesca bem nas águas turvas.

A própria manjuba, principal tipo de pescado da área está sofrendo alterações em relação aos locais e quantidade produzidas. A manjuba, que era capturada no Ribeira até Eldorado, só aparece agora em quantidade que mereça industrialização perto a Iguape. Daí a concentração das estufas e salgas na cidade e adjacências.

Embora a manjuba seja normalmente pescada em água doce, ou com pequeno teor de salinidade, o Dr. Álvaro da Silva Braga, do D.P.A., acha que deverá ser estudada a hipótese já levantada que, quando da migração da manjuba esta poderá ser capturada no mar à entrada da barra por barcos pesqueiros de médio porte, alterando, portanto, todo o processo de captura, comercialização e, possivelmente mesmo de sua industrialização.

Em médio prazo a industrialização do pescado deverá conjugar o período da manjuba com a da sardinha e ainda de outras espécies. A manjuba, peixe sazonal, é em si um mal social. Toda uma população fica aguardando a sua safra. Terminada, as salgas e estufas encerram as portas até ao próximo ano despedindo todo o pessoal. O pessoal fixo nas 17 indústrias não ultrapassa 50. Futuramente é natural que alguma das indústrias já instaladas venha a capturar industrialmente a manjuba no mar e a industrializar em conjunção com a sardinha, sendo que 2 a 3 pequenos barcos de Iguape vêm pescar no mar de Cubatão e em volta de Cananéia para levar a sardinha para Iguape. Trata-se de um tipo de

sardinha de baixa qualidade. No futuro, parece que Cananéia tende mais a se especializar na produção de pescado que Iguape que tende mais para a agricultura. Mesmo sem auxílio nenhum e ainda sem terem sido iniciadas as obras da barra de Cananéia registramos a instalação de um moderno estaleiro de barcos de pesca e de quatro indústrias de pescado, dos quais uma de pequeno porte. Analisando os questionários que aplicamos entre os pescadores vemos que a tendência em Cananéia é no sentido de passar para a pesca oceânica, ao passo que em Iguape, apesar da influência – menor – dos catarinenses, é no sentido de permanecer na pesca “interior”.

Por outro lado, a situação financeira, da maioria das salgas de Iguape é atualmente deficitária, entre outros fatores de corrente da cobrança do ICM sem que o preço de venda da manjuba seca tenha sofrido aumento. Algumas salgas conjugam a industrialização da manjuba com a do palmito que está dando melhores resultados. Outra solução a que se recorre consiste em diminuir o tempo de secagem da manjuba e assim, enquanto normalmente 30kg de manjuba fresca dão 20kg de manjuba seca, com a diminuição do período de secagem a perda de peso é menor, mas esta manjuba não tem grande durabilidade.

## II – ÁREA DE CANANÉIA

### 1 – Bairro de Carijó, Acaraú e Rocio:

Número aproximado de pescadores: .....	230
Verdadeiros profissionais: .....	16
Cadastro do Entreposto: .....	48
Cadastro do S.V.R.: .....	46
Nº de Canoas com motor: .....	5
Nº de Canoas com motor: .....	3 (Cadastro do Entreposto)
Nº de cercos de pesca: .....	11

Com a instalação dos estaleiros da Divisão Naval da Vigorelli do Brasil S.A. agora denominada Vigomar, a fisionomia do Bairro do Carijó alterou-se nos últimos anos. O estaleiro que dá trabalho a cerca de 150 pessoas, tem patrocinado, diretamente, através de empréstimos, a construção de casas e indiretamente, através dos salários que paga, tem contribuído para a construção de numerosas casas, a maioria das quais se localiza no Carijó, perto do estaleiro e, algumas no Rocio. Cerca de 60% do pessoal empregado pela Vigomar veio de fora. O velho Carijó, de bairro tradicional de pescadores – antigos sitiantes que haviam abandonado a zona rural ou seus descendentes – passou agora a ser, até certo ponto, o bairro operário local.

A situação ocupacional alterou-se substancialmente no decorrer do período da pesquisa e assim, em 1970, foram registrados 28 pescadores que entregaram pescado no Entreposto, dos quais três têm canoa motorizada e 20 pescadores no Rocio, dos quais dois têm canoa motorizada. O número de habitantes do Rocio tende a aumentar, em decorrência do abandono dos campos, principalmente após a determinação da proibição de cortar palmito e caixeta no município.

Um levantamento, inédito, realizado pelo Serviço do Vale do Ribeira dá um total de 46 pescadores (18 no Carijó, 2 no Morro de São João e 26 no Rocio). O fato é em parte explicado pela transferência de mão de obra para o estaleiro da Vigomar (ex-Vigorelli) e pelo trabalho no descasque de camarão e outras atividades recentes.

O bairro do Carijó está dividido em três zonas: Carijó “de Baixo”, o mais antigo, em que predominam as casas de tijolos e madeira, onde habitam os pescadores mais remediados; Carijó “do Meio”, habitações do mesmo tipo, mas mais esparsas; Carijó “de Cima”, zona mais pobre; barracos de colmo, onde habitam os pescadores chegados por último a Cananéia.

O velho bairro da Acaraú está hoje praticamente abandonado. Ainda aí vivem alguns pescadores. Está sendo loteado. Os últimos sitiantes que abandonaram suas terras, depois de terem vendido as posses a baixo preço, estão de preferência procurando o chamado Rocio. Agora, a maioria já não vem para a pesca – os que habitam no Rocio de preferência procuram outro serviço.

### 2 – Prainha

Distância de Cananéia .....	13 km.
Viagem até Cananéia .....	2 hs. a remo <sup>(12)</sup>
	40' a motor <sup>(12)</sup>
Número aproximado de pescadores: .....	20
Verdadeiros profissionais: .....	5
Cadastro do Entreposto: .....	21
Cadastro do S.V.R.: .....	7
Nº de Canoas com motor .....	2 (Cadastro do Entreposto)
Nº de Canoas com motor de borda .....	1

<sup>(12)</sup> O tempo percorrido varia em relação à maré e direção do percurso, isto é, é menor quando realizado a favor da maré.

<sup>(12)</sup> O tempo percorrido varia em relação à maré e direção do percurso, isto é, é menor quando realizado a favor da maré.

Trata-se de uma pequena comunidade protestante localizada na extremidade da ilha de Cananéia, na direção da barra. Os moradores distribuem-se por cinco casas. A comunidade apresenta características especiais, principalmente em decorrência de dois fatores: Primeiro, a estrutura tradicional mantém-se graças à liderança do velho tio Pedro, chefe da família, líder social e religioso; segundo, a abundância de pescado graúdo, dada a proximidade da barra. Além de todas as técnicas de pesca comuns na região, este grupo tem redes de espera que coloca no meio da baía. Tem também roças no interior da ilha, onde cultivam produtos necessários à sua alimentação.

### 3 – Guaraparim

Viagem até Cananéia: 2,30hs ..... a remo  
 40' ..... a motor  
 Número aproximado de pescadores: .....15  
 Verdadeiros profissionais: ..... 2  
 N° de canoas a motor: ..... 1  
 N° de canoas a motor ..... (cadastro do Entreposto)

Este setor compreende a área que vai desde o Estaleiro até à Prainha. Em frente à ilha a de Guaraparim, de onde denominamos o setor, registramos especialmente a presença de uma família de pescadores de Iguape, há longos anos radicados em Cananéia, neste local. Além da pesca de rede e anzol dedicam-se muito êxito à pesca de cêrco (13)<sup>1</sup>

### 4 – São Paulo, Guaxixi, Pissarro

Dentro deste setor, o que vai desde a cidade de Cananéia até à ponta NW da ilha), temos a assinalar: São Paulo:

Distância até Cananéia .....8 km  
 Viagem até Cananéia .....1,20 hs, a remo  
 30' a motor

#### **Guaxixi de Fora:**

Distância até Cananéia: .....15 km  
 Viagem até Cananéia: .....3hs. a remo  
 40' a motor

#### **Pissarro:**

Distância até Cananéia: .....20 km  
 Viagem até Cananéia: .....3,30 hs. a remo  
 45' a motor

#### **Todo o setor:**

Número aproximado de pescadores: .....25  
 Verdadeiros profissionais: .....5  
 Cadastro do Entreposto: .....25  
 Cadastro do S.V.R.: .....45  
 N° de Canoas a motor: .....3  
 N° de canoas a motor: .....3 (cadastro do Entreposto)  
 Cercos: .....2

<sup>(13)</sup> Currel de pesca ou cêrco. Construída com taquara. Localizado nas margens. Existem muitos sobretudo na ilha Comprida. A paliçada que forma o corredor varia de 5 a 20 metros e a área do currel de 5 a 10 metros quadrados. Os maiores estão localizados em Iguape no Valo Grande e à entrada do mar Pequeno. Alguns ficam afastados das margens, pelo que a operação de “despesca” é feita utilizando a canoa.

O número de pescadores locais poderá ser aumentado no caso de se utilizar um critério mais elástico, isto é, todos aqueles que de algum modo pescam durante o ano, mesmo aqueles que só auxiliem a pescaria no tempo da tainha, passem a ser considerados pescadores. O Cadastro de Pescadores do SVR constata 3 pescadores em Cocaia, 22 em São Paulo, 15 no Guaxixi, e 5 no Pissarro, o que dá um total de 45 pescadores. O Cadastramento dos Pescadores que Entregam Pescado no Entrepasto registra apenas 25 pescadores (15 em São Paulo e 10 no Guaxixi) Cabe, contudo, esclarecer que boa parte do pescado de Guacici é comercializada por um comerciante local que o leva ao Entrepasto.

#### 5 – Ponta do Aroeira

Viagem até Cananéia: ..... 4 hs a remo  
 ..... 50' a motor  
 Nº aproximado de pescadores: ..... 20  
 Verdadeiros profissionais: ..... -

A pesca, na medida em que nos afastamos da cidade de Cananéia em direção ao mar Pequeno, através do mar de Cananéia, que banha esta parte da costa da ilha, vai decrescendo em virtude da diminuição da salinidade. Assim nas principais comunidades a pesca é a atividade principal, ao passo que na Ponta da Aroeira, onde encontramos 5 casas dispersas só se pesca para consumo – exceto no tempo da tainha – e seus habitantes vivem principalmente da exploração de pequenas roças. Constata-se uma alteração nos utensílios de pesca. Impera principalmente o espinhel de espera que não demanda gastos de conservação.

#### 6 – Estaleiro

Distância até Cananéia: ..... 15 km (3 km a pé)  
 Viagem até Cananéia: ..... 3 hs a remo  
 ..... 50' a motor  
 Número aproximado de pescadores: ..... 30  
 Verdadeiros profissionais: ..... -  
 Cadastro do Entrepasto: ..... 21  
 Cadastro do S.V.R.: ..... 25  
 Número de canoas a motor: ..... 1  
 Número de canoas a motor: ..... (cadastro do Entrepasto)  
 Número de canoas com motor de borda: ..... 1

Trata-se do setor que vai desde do “ferry-boat” até à extremidade Sul, da ilha, banhada pelo mar do Cubatão e pelas águas da baía do Itapitangui. É a antiga zona da ostra. Hoje em dia, apesar da falta de ostra, a atividade principal desta população, principalmente do Estaleiro – hoje reduzida é ainda a apanha ou “cata” da ostra, que vendiam para a Cia. Oceania e mais dois compradores. É uma zona insalubre, onde se registram “cortinas” de mosquito tipo “pólvora”, principalmente nos primeiros 2 quilômetros a partir do “ferry-boat”. Não pode ser considerado um setor de pesca, sua população vive mais da coleta de ostra e de espécies vegetais.

### **Ilha Comprida**

#### 7 – Pedrinhas

Distância de Cananéia: ..... 26 km  
 Viagem até Cananéia: ..... 5,30 hs. a remo  
 ..... 2,30 hs. a motor  
 Número aproximado de pescadores: ..... 50  
 Verdadeiros profissionais: ..... 2  
 Cadastro do Entrepasto: ..... 9  
 Cadastro do S.V.R.: ..... 41  
 Nº de canoas a motor: ..... 3  
 ..... 3 (cadastro do Entrepasto)  
 Nº de canoas com motor de bordo: .. 1

A discrepância entre o nosso cálculo do número de pescadores, cerca de 50 e o cálculo do Cadastro do Entreposto, 9, deve-se ao fato de que a população deste setor praticamente não faz agricultura, vivendo da pesca, autoconsumo, vendendo o excedente no tempo da tainha. A produção de pescado comercial, pouco se deve aos que designamos de profissionais. A par dos elementos locais que migram para Iguape no tempo da manjuba, boa parte da população local ganha algum dinheiro guardando as casas dos turistas ou os ajudando nas pescarias ou mesmo preparando isca para alquiles.

Já próximo à divisa com o município de Iguape, entre Pedrinhas e a divisa, há ainda a assinalar Ubatuba, com oito casas e Ponta Grossa, com três casas. Pedrinhas têm atualmente 20 casas, das quais várias de turistas. Conforme a época do ano dedicam-se a um dado tipo de pesca, que vai da tainha, à manjuba, passando pelo peixe de mar. Quando os cardumes de tainhas passam na costa, instalam-se no lodo do mar lançar a tainha. Nessa ocasião as mulheres atravessam a ilha e vão à praia ajudar a puxar a rede, ou melhor, os cabos que prendem a rede. O comércio é centralizado numa pequena venda e o peixe é vendido para Cananéia enquanto a manjuba é vendida para Iguape. Um dos maiores comerciantes de pescado de Iguape mantém tanques, onde os pescadores guardam a manjuba em sal até que vem o barco. A salinidade das águas é bastante pequena, o que prejudica a pesca no mar de Dentro ou mar Pequeno.

### 8 – De Pedrinhas ao Morretinho

A partir de Pedrinhas aparecem as comunidades de Vamiraga, 5 casas; Saco Grande, 2 casas; Algodoal, 2 casas; Juruvaiva, 5 casas; Papagaio, 9 casas – de onde 5 famílias saem anualmente para Iguape na época de manjuba; Garcia, 2 casas; Boa Vista, 11 casas; e ainda as instalações de Iate Clube – zona de loteamento –.

#### ***Vamiranga:***

Distância de Cananéia: .....20 km  
Viagem até Cananéia: .....4 hs. a remo  
1,50 a motor

#### ***Papagaio:***

Distância de Cananéia: .....10 km  
Viagem até Cananéia: .....2 hs. a remo  
40' a motor

#### ***Algodoal:***

Distância a Cananéia: .....2 km  
Viagem até Cananéia: .....30' a remo  
15 a motor

#### ***Garcia:***

Distância até Cananéia: .....8 km  
Viagem até Cananéia: .....1,40 hs. a remo  
0' a motor

#### ***Morretinho:***

Distância de Cananéia: .....1,5 km  
Viagem até Cananéia: .....20' a remo  
5' a motor

#### ***Todo o setor:***

Número aproximado de pescadores: .....30  
Verdadeiros profissionais: .....25 (12 em 1967)  
Cadastro de Entreposto: .....22  
Cadastro do S.V.R.: .....23  
No de Canoas a motor: .....8 (Morretinho)  
Cercos: 17 (Morretinho): .....8 (Cadastro do Entreposto)





Durante algum tempo viveram na ilha do Bom Abrigo, mas dificuldades em vir vender o pescado a Cananéia, determinou que voltassem para a ilha Comprida. Um comprador local passou a financiar a pescaria e, diariamente um trator vinha buscar o pescado através de uma picada aberta ao longo da ilha. Pescadores de Cananéia, financiados por esse mesmo comerciante, foram aí se instalar e aos poucos aprendendo as técnicas de pesca costeira com os seus companheiros de Santa Catarina. Junto à praia, um comerciante de Iguape, o mesmo que mantém os tanques para a manjuba no ilha, às margens do mar Pequeno, construiu uma instalação para secar camarão. Encontra-se paralisada, pois, a oferta de camarão é toda vendida aos compradores de camarão fresco, que podem oferecer um preço mais compensador. Talvez tivesse êxito em relação ao camarão ferro, de preço muito baixo, mas de difícil tratamento, pouco durável. Encontramos um especialista em pescado na ilha das Peças que aproveita esse tipo de camarão para secar.

Este setor pode ser conjugado, em termos de pesca como Morretinho e Trincheira, registrando-se uma grande mobilidade dos pescadores locais, encontrados ou em mar de Fora, ora em frente ao Morretinho e à Trincheira, de acordo com a migração dos peixes, período e outras variáveis.

## **Continente**

### 11 – Vila de Cubatão

Distância de Cananéia: por terra, depois de atravessar o “ferry-boat”

4,0 km

Viagem até Cananéia: .....5’ – “ferry-boat”

.....30’ – a pé

.....3,5 hs a remo pelo mar de Itapitangui

.....1,20 hs a motor pelo mar de Itapitangui

Número aproximado de pescadores: .....25

Verdadeiros profissionais: .....4

Cadastro do Entreposto: .....4

Cadastro do S.V.R.: .....6

Nº de canoa a motor: .....1

Os antigos moradores internaram-se um pouco, localizando-se suas moradias ao longo da estrada de acesso à faixa litorânea, hoje cheia de casas de turistas. Localiza-se no continente, bem próximo ao “ferry-boat”, sendo banhada pelo mar de Cubatão. Um pouco mais adiante se localiza o porto de minérios da Cia. Serrana, hoje paralisada, mas em bom estado de conservação. Vivem aí famílias ligadas à pesca que é comercializada por um comerciante local. Parte do pescado não consta das estatísticas de Entreposto de Cananéia. Alguns dos moradores mantêm pequenas roças de feijão e mandioca mais para o interior. A maioria daqueles que denominamos de pescadores tratam das casas dos turistas e preparam a isca e o material de pesca daqueles.

### 12 – Restante do Município da Cananéia

Nº aproximado de pescadores: ..51

Verdadeiros profissionais: .....6

Cadastro do Entreposto: .....–

Cadastro do S.V.R.: .....10

Nº de canoas a motor: .....4

A discrepância apresentada resulta do fato de que o Cadastro do Entreposto e o realizado pelo SVR não levaram de fato em conta este setor com população normalmente dispersa e comumente caracterizada pela agricultura. O setor compreende não só o chamado Guaxixi de Dentro, as áreas banhadas pelo chamado mar de Cubatão, pelo mar de Itapitangui, mar do Taquari, rio das Minas e, no

extremo Sul, a localidade do Ariri. Pesca-se mais a tainha, algum bagre e “catam ostras”, a par das fainas agrícolas, atividade principal, principalmente após a portaria que proibiu o corte do palmito e da caixeta no município de Cananéia. A maior parte da população desta área, que havia abandonado a agricultura há longos anos para se dedicar ao corte do palmito e da caixeta, que lhes proporcionavam um rendimento imediato, com a proibição, ou migrou para Cananéia, onde se instala no bairro do Rocio, local onde construiu casas com o resultado da venda do sítio tendo recebido o novo terreno da Prefeitura pagando somente uma taxa, ou, os que ficaram, estão voltando à agricultura de subsistência.

O Ariri, especialmente, é uma região agrícola por excelência, que foi objeto de colonização lá para os idos de trinta, encontrando-se hoje o projeto de colonização totalmente abandonado, embora ainda encontramos em estado de relativa conservação a usina de descasque de arroz e outras instalações da antiga Colônia de Ariri.

Com a proibição do corte de palmito e da caixeta, os que não migraram estão voltando à agricultura de subsistência.

## ZONA LAGUNAR IGUAPE - CANANÉIA

### III – ÁREA DA ILHA DO CARDOSO

#### Setores:

1. Entrada da Barra – Andradas
2. Andradas – Marujá
3. Marujá
4. Enseada da Baleia e Pontal Leste
5. Lages – Foles – Camboriú
6. Ipanema e Itacurussá
7. Itacurussá – Barra

#### Casas, n° de habitantes, pescadores e embarcações, por setor:

Setor:	Casas <sup>(15)</sup> :	Habitantes:	pescadores <sup>(14)</sup> :	Embarcação a motor em 68 <sup>(16)</sup> :		
1	5	20	5/2/3/2	1	2	(70)
2	19	65	7/2/5/2	–	–	
3	12	60	7/1/6/2	4	4	
4	14 (3+11)	90	29/3/26/29	3	3	
5	15	80	10/–/10/–	–	1	
6	4	25	10/1/9/–	–	–	
7	3	16	2/1/1/2	1	1	
Total	72	356	70/10/60/10/	9	11	(70)

#### Salvaterra:

Distância de Cananéia: .....7,00km  
Viagem até Cananéia:.....1,30 hs. a remo  
.....40' a motor

#### Pereirinha:

Distância de Cananéia: .....5 km  
Viagem até Cananéia:..... 1,20 hs. a remo  
30' a motor

#### Andradas:

Distância de Cananéia: .....8 km  
Viagem até Cananéia:..... 1,50 a remo  
50' a motor

#### Marujá:

Distância de Cananéia: .....32 km  
Viagem até Cananéia:.....7,00 horas a remo

<sup>(14)</sup> total/colonizado/não colonizado/profissional

<sup>(15)</sup> Não contamos com os turistas, suas casas e embarcações

<sup>(16)</sup> Este levantamento de embarcações a motor apresenta algumas discrepâncias com o cadastro do Entreposto, onde o critério utilizado foi o de local de pesca e não o da morada do pescador.

3,30 hs. a motor

Enseada da Bahia:

Distância de Cananéia: .....45 km  
Viagem até Cananéia:.....9 horas a remo  
5 horas a motor

Pontal de Leste:

Distância até Cananéia: .....50 km  
Viagem até Cananéia:.....11 hs. a remo  
6 horas a motor  
O Cadastro do Entreposto apresenta os seguintes dados:  
Local .....pescadores  
Andradas .....19  
Pareirinha ..... 3  
Camboriú .....13

A discrepância refere-se ao fato de que o critério do Cadastro levou mais em atenção, no caso da ilha do Cardoso os locais de pesca dos pescadores que entregam o pescado no Entreposto do que o local de moradia.

Cadastro do S.V.R.:

Local .....pescadores  
Andradas .....9  
Salvaterra .....2  
Enseada da Baleia .....7  
Marujá .....9  
Pereirinha .....3  
Pontal Leste.....13

Neste caso a única discrepância digna de registro deve-se ao fato de que juntamos no setor 4 não só nos pescadores da Enseada da Baleia com ainda os do Pontal Leste.

Embora tivéssemos dividido a ilha em sete setores, de acordo com o tipo de vida e produção principal, vamos abordar os principais problemas de forma global.

Trata-se de população antiga que vive, de preferência em volta da ilha, não se internando na serra, aonde só iam para caçar, quando esta era permitida. Com a transformação da ilha em Parque Nacional e ainda devido ao seu isolamento a população atual, excetuada a que vive na restinga do Marujá e Enseada da Baleia, é constituída na sua maioria por pessoas idosas. No setor 5 (Foles, Lages e Camboriú) ainda se encontra muitas crianças e pessoas em idade ativa. Os jovens em idade de trabalhar começaram a abandonar a ilha e foram, de preferência, morar em Cananéia. Ante o total despreparo dos moradores atuais, que dificilmente teriam condições para morar em outros locais recomenda-se que se permita a sua permanência na ilha. O tempo se encarregará de regularizar o problema. Sua transferência para Cananéia apenas iria aumentar o contingente daqueles que “expulsos da terra” com a proibição de cortar palmito vivem hoje em condições precárias no Rocio de Cananéia. Sua situação piorou muito desde que foram proibidos de caçar. A caça era o complemento natural da sua alimentação. Agora a fome os ronda boa parte do ano. Não podem fazer novas derrubadas – as “taperas” para a roça. A produção de alimentos diminui consideravelmente.

Os setores 1 e 7 são os que ficam mais próximos a Cananéia. Contudo em termos de pesca só nos interessa o setor 7 e ½ do setor 1 (mais próximos à barra), onde se fazem boas pescarias. Os setores 5 e 6 são os mais isolados. A população, que vive em função do Marujá, pesca para uso e o que sobra salga e vende no Marujá. A distância e a dificuldade de acesso a Cananéia não lhes permite vender pescado fresco em Cananéia ou a algum comerciante. Alguns dos melhores pescadores do setor 1 e 7 já saíram e se instalaram na ilha Comprida, do lado do mar, praticando a pesca da barra, que aprenderam com os catarinenses. O setor 2, fora tainha, não tem grande interesse para a pesca. Não porque não tenha peixe. Fica longe e só no tempo da tainha, dada a grande quantidade vale a pena ir tão longe. Contudo, há

pescadores que trabalham no setor. Enfim, dada a lei que transformou a ilha em Parque Nacional, e em decorrência de suas conseqüências mais ou menos próximas, em termos de pesca artesanal e em função das comunidades locais, podemos eliminar sumariamente os setores 1 – 2 – 5 – 6 – 7.

Restam apenas os setores 3 e 4. Estes estão localizados na restinga que nasce ao Sul da ilha após o rio da Tapera e o morro da Tapera. Nessa ponta de areia encontramos em primeiro lugar o balneário Marujá. Balneário muito bem cuidado e que em breve será um centro de atração turística. Mais ao Sul, a Enseada da Baleia em cuja ponta – que vem crescendo anualmente com a adição de areias tiradas à chamada praia do Deserto, no lado do Paraná; a barra do Ararapira nestes últimos anos deslocou-se de 8 a 10 quilômetros para o Sul! – encontramos uma comunidade virada para a pesca. Em relação a estas duas comunidades pode-se pensar num pequeno programa de pesca artesanal, ou melhor, na extensão do programa indicado de financiamento de material de captura, a esses dois pequenos núcleos.

No Marujá a presença dos turistas alterou por completo a situação anterior. Agora seus antigos moradores, localizados ao longo do canal interno em casas de madeira, com a situação patrimonial regularizada, pescam preferencialmente no tempo quente e no da tainha. Quando têm pescado em quantidade levam-no fresco a Cananéia, quando é pouco ou não têm transporte salgam o peixe, o que consideram um mal, principalmente quando se trata de espécie com um bom preço, como peixe fresco. Tivemos ocasião de fazer os cálculos em relação a vários tipos de peixe e verificamos que a salga (custo da escalação, do sal, e perda no peso), não é um bom negócio em relação à possibilidade de vender o peixe fresco. Fora da pesca e de alguma agricultura de subsistência (mínima: arroz, mandioca, feijão), quando há trabalho no Balneário (abertura de ruas, capina, construção de casas, etc.) a situação melhora bastante. Graças ao que ganham neste período ou com a venda de peixe aos turistas alguns conseguiram comprar canoa com motor de centro de 8 a 12 H.P.. Contudo apenas um a utiliza na pesca e mesmo assim no canal. No mar só pescam de picaré – cada um tem local próprio na praia para arrastas –, de barco têm medo. A tradição agrária desta população mais uma vez vem à superfície.

O setor 4 subdivide-se em dois subsetores: Enseada da Baleia propriamente dita e Pontal Leste. Trata-se de uma comunidade virada exclusivamente para a pesca – seca e salga –. Poucos fazem agricultores devido à natureza arenosa do terreno, o pouco que produzem – arroz, mandioca, feijão – é obtido em pequenas roças localizadas no lado do Paraná. Como vivem longe – do outro lado do mar do Ararapira – as roças ficam abandonadas por largo tempo e o cateto e outros animais se encarregam de comer da população.

Em Enseada da Baleia vive-se mais de pesca no mar de Ararapira, principalmente da captura do chamado “Írico”, que é apanhado com uma rede finíssima de filó. Trata-se, ao que dizem, de manjuba pequena em fase de crescimento e talvez de metamorfose. Seria interessante que o Instituto Oceanográfico da USP estudasse o assunto (17).

A utilização da rede de filó é proibida, pois mata os filhotes dos peixes. O “Írico” depois de seco é vendido para ser servido nos bares e aos japoneses que fazem sopa. Na Enseada existe uma estufa própria para a secagem. Mais adiante o Pontal Leste, que vem crescendo anualmente, pois vem ganhando areias retiradas do lado do Paraná. A Vila do Pontal acompanha a mudança da barra e de tempos em tempos os pescadores desmontam as casas e aproximam-se novamente da foz. Trata-se de uma comunidade altamente integrada social e economicamente. Praticam a pesca de “arrastão de praia”. O peixe que sobra da dieta alimentar é salgado e posteriormente vendido em Cananéia. Toda a população ajuda a arrastar os cabos da rede para terra. Esta é de um pescador que, tirada a chamada parte da rede, divide o resto com os companheiros. Nesta comunidade pequena, fechada e isolada, todos têm consciência que fora da cooperação teriam condições para sobreviver no local. A liderança do proprietário da rede se exerce naturalmente.

---

(17) Em conversa recente com a ex-diretora do Instituto Oceanográfico da USP, Professora Martha Vanucci, esta afirmou que se impõe uma fiscalização eficaz, pois de contrário, a prosseguir tal prática, o “stock” de manjuba poderá tornar-se menor. A pequena manjuba cria-se na zona de junção das águas doces com a água salgada para depois ganhar o mar, voltando mais tarde para a desova.

## **D – ZONA DA BAÍA DE PARANAGUÁ**

### **I – ÁREA CONJUGADA AO VALE DO RIBEIRA**

#### 1 – Estirão do Ararapira

Trata-se de uma pequena povoação de pescadores localizada na entrada da barra do Ararapira, antes de se entrar na praia do Deserto, composta por sete casas, com uma população aproximada de 50 pessoas, das quais podemos considerar pescadores uns 10. As casas são de madeira e encontram-se localizadas fora da área da barra do Ararapira, pois anualmente verifica-se que as areias do lado do Paraná são arrastadas para a ponta da ilha do Cardoso, o chamado Pontal de Leste.

A população local é aparentada da população de Ararapira, povoado que visita freqüentemente. Mantém boas relações com a população do Pontal do Leste e vende o peixe, seco, de preferência a algum comerciante da redondeza ou mesmo ao principal comerciante e pescador do Pontal de Leste. Boa parte dos moradores do Pontal de Leste – pescadores – tem pequenas roças de feijão e mandioca neste setor. Algumas habitações temporárias podem ser observadas, locais onde alguns dos membros da família permanecem algum tempo quando os produtos, principalmente os mais perecíveis e mais facilmente atacados pelos bichos do mato, se encontram em fase de amadurecimento.

Além de numerosas canoas simples, utilizadas como meio de transporte e para a despesca dos cercos, encontramos uma única canoa a motor.

#### 2 – Ararapira

Trata-se de uma vila tipicamente litorânea, com casas de madeira alinhadas em torno de quatro ruas principais, gravitando em torno de uma capela de madeira. Localizada em pleno barranco, que a protege das águas do canal do Ararapira, fica localizada mais ou menos na direção do Ariri, um pouco antes, quando se vem do lado da Barra. Calculamos o número de pescadores, cerca de 30 em uma população de aproximadamente 250 pessoas. Este número é um flutuante, pois saem normalmente, por período mais ou menos curtos, ou mesmo definitivamente, para trabalharem em Paranaguá e em outros locais do Paraná. O corte do palmito e da caixeta constitui atualmente a principal ocupação desta população que se dedica ainda à agricultura de subsistência. Aquilo que no contexto local se poderia denominar de excedente, com o que compram roupas e outros objetos, excedente em relação a um mínimo biológico, resulta do corte do palmito e da caixeta e da pesca da tainha, no tempo frio, quando salgam e secam esse peixe. Registramos uma canoa a motor e um com motor de popa.

Os locais de pesca variam consoante a época do ano, desde o curso de água em frente à vila até às pescarias na barra do Ararapira, onde se localizam alguns cercos de pesca pertencentes a moradores da vila de Ararapira.

#### 3 – Vila Fátima

Trata-se de uma vila de pescadores, cuja formação data de 1960, aproximadamente, constituída por cerca de 25 casas que se dispõem paralelamente ao canal artificial do Varadouro, canal que liga o mar (interior) do Ararapira ao sistema lagunar de Paranaguá: Sua população é de cerca de 150 pessoas, sendo que o número de pescadores anda à volta de 35. Encontramos três canoas a motor, sendo que uma delas é utilizada especificamente para o transporte de mercadorias. Registramos um motor de popa. As relações comerciais fazem-se em parte com Paranaguá, principal fornecedor e com Cananéia. Dado a grande distância de Paranaguá e de Cananéia os pescadores locais não têm possibilidade de vender o peixe fresco, trabalhando praticamente só com o peixe seco e salgado. Se a venda do pescado comum, seco ou salgado se mostra menos compensadora do que a venda do pescado fresco, a ocorrência de uma espécie de manjuba, conhecida localmente por “irico”, mostra-se francamente compensadora. Trata-se de um pequeno peixe, que, depois de seco é vendido por muito bom preço a comerciantes locais ou diretamente para Registro, São Paulo e Paranaguá, onde é vendido entre a comunidade japonesa e nisseis. Esta espécie, que também aparece em quantidade na Enseada da Baleia – ilha do Cardoso – e mesmo em frente a Ararapira, é pescado com redes de filó, extremamente finas para que não escape. Trata-se de um tipo de pesca que vem sendo realizado ilegalmente, pois não é permitido a utilização de redes tão finas. Em

decorrência deste fato a população local nega que pesque o “irico”. A pesca desta espécie é que explica o nível de renda local. Fora de pesca e de alguma roça de mandioca dedicam-se ao corte do palmito e da caixeta que vendem ora para Paranaguá, ora para Cananéia.

#### 4 – Tibicanga

Trata-se de uma vila fundada por volta de 1955, com cerca de 40 casas dispostas paralelamente à bacia do Pinheiros, que já integra o sistema lagunar de Paranaguá. Com uma população de cerca de 200 pessoas e cerca de 45 pescadores, encontramos 6 canoas a motor das quais 2 se dedicam especialmente ao transporte de mercadorias e ainda 2 baleeiras a motor, 1 canoa com motor de centro.

Embora se registrem algumas roças de mera subsistência trata-se de uma população especialmente dependente da pesca, esta já localizada no sistema de Paranaguá e numa dependência mais estreita em relação ao porto de Paranaguá, onde é vendido o pescado fresco, à par do pescado seco e salgado. Sempre que dispõem de transporte dão preferência à venda do pescado fresco, que rende mais. Dedicam-se igualmente à captura da ostra e, fora das pescarias apanham palmito e cortam caixeta que vendem ora para Paranaguá, ora para Guaraqueçaba e mesmo para Cananéia. A localidade pode ser considerada como um ponto de pesca, que deu origem à vida, tal como ocorreu posteriormente com Vila Fátima.

#### 5 – Guaraqueçaba

Trata-se de uma velha cidade do período colonial enquistada no continente sobre as águas da bacia das Laranjeiras. Só muito recentemente, há menos de um ano, é que passou a ter ligação por terra com Paranaguá. Durante séculos a cidade ficou como que ilhada, dispondo apenas de ligação por mar com Paranaguá. Além de ser um centro agrícola, média propriedade, à par de grandes glebas inexploradas, se caracteriza por um centro de industrialização do palmito que exporta através de Paranaguá. Com a abertura da estrada é natural que a produção agrícola passe a tomar posição de destaque, pois a falta de transporte constitua-se no seu verdadeiro e real estrangulamento.

Na parte baixa da cidade, paralelamente às margens da baía das Laranjeiras, dispõem-se as casas dos pescadores, cujo número anda à roda de 150, registrando-se a presença de cerca de 40 embarcações motorizadas utilizadas nas pescarias e em transporte, registrando-se 7 motores de popa.

É curioso salientar o fato de que para justificar a manutenção de um ginásio no local as autoridades fizeram uma campanha no sentido de atrair a maioria dos jovens do local que, mais tarde, ante a falta de trabalho, chegam mesmo a seguir a profissão dos pais: a pesca. Trata-se de uma minoria que se encontra nestas condições, mas é curioso salientar a presença de jovens pescadores locais com o curso ginásial.

Não aplicamos entrevistas nem questionários entre as populações localizadas entre Guaraqueçaba e a cidade de Paranaguá, isto é, as populações localizadas no continente às margens da baía em torno da Serra Negra, pois estas se dedicam especialmente à agricultura. As águas da baía, nesta área, são de baixa salinidade entre outros motivos devido aos numerosos cursos de água que descem das serras em volta, principalmente no tempo das chuvas.



## II – ÁREA DO LITORAL

### 6 – Superagüi

Superagüi, ilha das Peças constitui-se na principal área de pesca da baía de Paranaguá, quer praticando a pesca nas águas da própria baía, quer praticando a pesca oceânica, embora esta mais rara.

O povoado de Superagüi fica localizado no canal de Superagüi, entre ilha das Peças e a extremidade Sul da praia do Deserto. Trata-se de uma localidade piscatória por excelência, pois de uma população calculada em aproximadamente 300 pessoas, cerca de 100 são pescadores, espalhando-se por umas 50 casas de madeira. Registramos aproximadamente 37 canoas a motor, que utilizam nas pescarias e em transporte.

### 7 – Povoado das Peças

Localizado na ilha do mesmo nome, na baía das Laranjeiras, o Povoado das Peças constitui-se, igualmente numa comunidade de pescadores que, além da pesca, sua principal atividade e. em alguns casos a única, um ou outro morador tem alguma roça de subsistência. O corte do palmito e da caixeta depende hoje em dia de autorização dos donos das terras que é difícil de se obter. Boa parte das terras ao longo da praia do Deserto, ao que consta no local, pertence a um ou dois proprietários.

Uma população de cerca de 350 pessoas distribui-se por umas 65 casas de madeira ao longo da praia, registrando-se 14 canoas a motor, seis baleeiras e um bote. O número de pescadores é de aproximadamente 150. Trata-se, igualmente assim como as outras duas da Área II, de uma comunidade essencialmente piscatória. O relacionamento econômico da Área II faz-se totalmente em relação à Paranaguá.

### 8 – Ilha do Mel

Localizada na ilha de mesmo nome, no braço Sul do mar de Dentro, entrada da baía de Paranaguá, encontramos o Povoado do Mel, com cerca de 200 habitantes, espalhados numa 35 casas, dos quais 75 se dedicam à pesca, como principal meio de vida. O número de canoas a motor é de 14, sendo que cinco pertencem a proprietários que residem em portos da vida propriamente.

Toda a população local praticamente vive da pesca que pratica principalmente, no canal Sul da baía de Paranaguá.

Por já se encontrar fora do sistema lagunar da baía de Paranaguá, que através do canal artificial do Varadouro, está em comunicação com o sistema lagunar Iguape-Cananéia, deixamos de estudar as vilas piscatória litorâneas ao Sul de Paranaguá, na costa oceânica, que já pertencem a um outro sistema, que se conjugou com as pescarias e praias de Santa Catarina.

## 2 – O MEIO NATURAL

A área compreendida por nossa pesquisa vai desde a extremidade Norte do município de Praia Grande até Paranaguá, no Estado do Paraná. Diferenças importantes se registram na morfologia da costa ao longo de toda esta área, embora se registrem alguns pontos comuns. De toda área vamos ater com mais cuidado à chamada zona ou complexo lagunar de Iguape-Cananéia, especialmente da área próxima à Cananéia, muito bem estudada por Besnard, W. (18), uma vez que corresponde à área central de nossas pesquisas.

O tipo da costa, suas características geográficas e o teor de salinidade das águas, a par de outros elementos bioquímicos relacionados com a produção de plâncton, estes últimos aspectos em relação principalmente à zona lagunar, são de extraordinária importância, uma vez que o tipo de vida econômica dominante, o tipo de pesca específico e, conseqüentemente, o tipo de organização dos grupos humanos que aí habitam, em boa parte se prende ao enquadramento geográfico. Numa perspectiva ecológica os

---

<sup>(18)</sup> Besnard, W. – “Considerações gerais em torno da região lagunar Iguape-Cananéia”, in Boletim do Instituto Paulista de Oceanografia, Tomo I, fasc. 2, S. Paulo, 1950.

estudos de Paulo Fernandes de Lago (19), Bernardes, Lysia Maria Cavalcanti e Bernardes, Nilo (20) e alguns dos trabalhos de Gioconda Mussolini <sup>(21)</sup> são exemplos claros da importância que o fator geográfico assume como determinante de tipos específicos de pescarias e de captura.

O fato de a costa ser escarpada, reentrada por baías ou não, ou de ser plana ou, então, em vez de se tratar da costa oceânica, se tratar dos limites lagunares, determina, de fato, áreas ecológicas diferentes. Os tipos de pescaria e meios de captura a que se refere Gioconda Mussolini no Litoral Norte do estado de São Paulo, não se registram no Litoral Sul, onde o tipo de costa é bastante diferente. A importância do meio para a maior parte das sociedades humanas e a sua contribuição à sociologia foi posta em relevo pelo Professor Choelley (22), sem que se pretenda assegurar um determinismo do meio sobre a organização social, tal como o pretenderam vários autores do século passado, principalmente os geógrafos alemães, mas antes nos colocamos na posição de aceitar que “... o problema consiste em dosar as influências sofridas pelo homem, em aceitar que um certo gênero de determinismo atuou no decurso dos acontecimentos da História” (23). Mas, por outro lado, deixamos claro que se o fator geográfico é determinante, relativamente, do nosso ponto de vista, em nada impede a distância ao nível organizatório das comunidades humanas. Uma vez que estamos tratando de comunidades pesqueiras, numa fase artesanal, o fator geográfico toma uma importância decisiva na medida em que, em boa parte, a tecnologia da captura até certo ponto foi determinada pelo meio natural, ou tipo de costa, que no nosso caso se apresenta normalmente retilínea e plana, cortada por alguns rios que se constituem normalmente em pontos de apoio à atividade pesqueira.

Num trabalho, já clássico, sobre o Litoral Paulista, o Professor Azis Ab’Saber (24) coloca em evidência a caracterização de nossa costa marítima, especialmente “as áreas onde hoje se situam as baixadas de Santos, Itanhaém e de Cananéia-Iguape”, que “constituíram extensos, profundos e recortados galpões e enseadas que se iam encostar às escarpas esporões principais da Serra do Mar” (25). É nesta área se planície costeira arenosa que se desenrola nosso trabalho de campo.

Vamos nos ater, uma vez que se trata da área central de nossa pesquisa, à região lagunar de Iguape-Cananéia, com uma atenção especial nos reportando a um dos estudos do falecido professor. W. Besnard.

+ A região lagunar, hoje protegida pelos mangues, “durante o período pré-histórico-corresponde à fase do homem dos sambaquis – era sistema de lagunar e canais de área lagunar um tanto maior que a atual. Havia uma espécie de geografia de contornos em relação aos bordos internos das planícies de restingas regionais. Onde hoje existem externos manguezais estrangulando os “marigots” (26) devia ter existido há alguns séculos, ou dezenas de séculos, suaves e calmas enseadas, circundadas por baixos terraços arenosos...” (27).

Aos poucos a zona foi-se alterando pela formação de restingas e pelo aparecimento dos extensos mangues. De acordo com o professor W. Besnard (28), podemos dividir a região lagunar em 4 zonas acrescentamos uma quinta zona a essa divisão.

1ª: zona do Canal Principal – É a zona abrangida entre as duas barras, que recebe o nome do mar Pequeno. O canal recebe influência direta das marés, o que progressivamente vai diminuindo em virtude

---

<sup>(19)</sup> Lago, Paulo Fernando de – “Contribuição geográfica ao estudo da pesca no litoral de Santa Catarina”, in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XXIII, Jan./Março de 1961, Ano 1, págs. 121 a 215.

<sup>(20)</sup> Bernardes Lysia Maria Cavalcanti e Bernardes, Nilo – “A Pesca no Litoral do Rio de Janeiro” in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XII, Jan./Março de 1950, n° 1, págs. 17 a 53.

<sup>(21)</sup> Mussolini, Gioconda – “O cerco da tainha na ilha de São Sebastião” in *Sociologia*, vol. VII, n° 3, S. Paulo, 1945.

<sup>(22)</sup> Choelley, André – “Géographie et Sociologia” in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. V, Paris, 1948, págs. 2 a 20.

<sup>(23)</sup> Blache, Vidal da la – *Princípios de Geografia Humana*, Edições Cosmos, Lisboa, 1946, pág. 25.

<sup>(24)</sup> Ab’Saber, Azis – “Contribuição à geomorfologia do Litoral Paulista” in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XVII, Jan./Março de 1955, n° 1.

<sup>(25)</sup> Ab’Saber, Azis – op. cit. pág. 23.

<sup>(26)</sup> Pequenos riachos, ricos em placton.

<sup>(27)</sup> Azis Ab’ Saber e W. Besnard, “Sambaquis da região ao lagunar de Cananéia”. In *Boletim do Instituto Oceanográfico da U.S.P.*, tomo IV, fasc. 1 e 2.

<sup>(28)</sup> Besnard, W. – “Considerações Gerais em termo da região lagunar Iguape-Cananéia” in *Boletim do Instituto Paulista de Oceanografia* Tomo I, fasc. 2, São Paulo, 1950.

do assoreamento das barras. A influência da maré fazia-se sentir até 36 quilômetros da barra de Icapara e a 44 – quilômetros para além de Cananéia, local que foi demarcado pelo Serviço Hidrográfico da Marinha (29) e passou a se denominar Pedra do Tombo das águas. A influência da água doce do Ribeira do Iguape, agora impedia de chegar ao mar pelo seu caminho natural, em virtude do assoreamento das barras, decorrente da abertura do Valo-Grande, veio a alterar a posição do divisor da maré e, sobretudo, da salinidade, aproximando-o de Cananéia. “As águas salgadas e salobras, pelo menos as superficiais, recuam, ficando a laguna totalmente tomada de água doce. Nesse momento presencia-se importante fenômeno biológico, todos os representantes de peixe marítimos, mesmo os eurialianos, abandonam a laguna, onde a pesca fica paralisada”.

**2ª zona** – A zona do canal que contorna a ilha de Cananéia, mar de Cubatão. Trata-se de uma zona determinada por dois fatores principais: existência de um estrangulamento próximo à junção com o mar de Cananéia e uma maretta que tem de percorrer 22 quilômetros, antes de ingressar no mar de Cubatão. “Essas duas circunstâncias, contribuindo para reduzir a velocidade das correntes de enchente e de jusante, restringem a ventilação, aumentando a influência das águas continentais que vêm montanha compacta representada pela serra de Itapitanguí que lhe fica próxima”. Toda esta zona se encontra coberta de mangue. Na ilha o manguezal é mais denso às desembocaduras dos “marigots”.

**3ª zona** – Baía do Trapandé, mar de Itapitanguí e mar de Cananéia. Têm cerca de 60 quilômetros quadrados e é sujeita a fortes correntes decorrentes dos movimentos de água entre a barra de Cananéia, o mar de Itapitanguí, o canal de Ararapira e o mar Pequeno na sua desembocadura Sul, através do mar de Cananéia. É a zona de maior salinidade, o que permite bons resultados na pesca, principalmente utilizando redes de espera, colocadas para lá da Prainha. A zona que vai do morro de São João até à Ponta do Perigo, forma um extenso baixio, formado de areia e lodo mole, ocupando uma área de cerca de 7 quilômetros quadrados. Para além do baixio, a profundidade da baía atinge de 7 a 12 metros. Trata-se de uma região propícia à cultura da ostra. A entrada do canal de Ararapira apresenta “a mesma floresta de mangue depois de contornar o cabo, exhibe raízes totalmente recobertas por verdadeiros cachos de ostras cujo aspecto é completamente diferente. A vegetação é sadia e viscosa; os moluscos que nelas se fixam são sadios. Essa modificação coincide com a alteração do caráter e perfil do fundo, nas proximidades da margem, que por sua vez está sujeita aos movimentos das águas. De fato, já nas cercanias da curva da margem ocasionada pela entrada do canal do Ararapira, torna-se manifesta a influência das correntes; nesse canal as correntes da maré são muito fortes. Elas mantêm, em primeiro lugar, águas profundas com fundos em grande parte rochosos que provavelmente representam leitos primordiais do tempo de formação da laguna (30) “...” As coerentes conservam a água sempre renovada. O estado do mangue é excelente, achando-se suas raízes providas de belíssimas ostras de mangue e de grande quantidade de craca” (31).

**4ª zona** – Os “marigots”.

Toda a zona está coberta de “marigots”, quer a ilha Comprida, quer a ilha de Cananéia, que mesmo o continente. Os “marigots” são um meio, onde se conservava a existência de grande riqueza planctonológica, o que é de grande importância para a alimentação da fauna marítima. Diz Besnard “afíguas nos trata-se de verdadeiras sementeiras de plâncton vegetal e em particular de Diatomáceas”. Impõem-se, pois, defender os mangues. A região ocupada pelos “marigots” é hoje ocupada por uma flora rica. De acordo com os diversos teores de salinidade, segundo Besnard essa flora, representada por espécies de pequeno porte estende-se por três tipos de manguezal: 1) o mangue manso (*Laguncularia racemosa*); 2) o mangue bravo (*Rhizophora Mangle*); 3) a siriúba (*Avicennia tomentosa*). A primeira forma é dada pelas moitas compactas, cujas frondes se erguem de 2 a 3, ou mais metros de altura. A segunda caracteriza-se por possuir o sistema de raízes adventícias mais amplo do que a própria copa. A terceira é representada por uma planta que atinge 5 a 6 metros, apresentando aspecto piramidal. Sobre o caule liso dessa vegetação típica do mangue, se fixa, embora muito raramente, sementes de Aráceas, Bromeliáceas e Orquídeas”. O que importa contudo salientar mais uma vez, é que se trata de um autêntico viveiro de

(29) Carta n° 1702, elaborada pelo Serviço de Hidrografia do Ministério da Marinha, segundo o levantamento de 1938.

(30) Êsses fundos rochosos são favoráveis a criação da chamada ostra de fundo.

(31) É interessante notar que, quase duas décadas após o prof. Besnard ter escrito este trabalho, as condições mudaram, como podemos ver mais adiante. As ostras estão desaparecendo o dando lugar à “craca”.

plâncton, mais ou menos rico, de acordo com a localização e que se “acha em relação direta com o teor de salinidade. A redução constante do teor de salinidade nas águas lagunares afetou diretamente os “marigots”, onde nas raízes das espécies de mangue se fixaram as ostras, vindo a contribuir, a par de outras causas, que veremos mais adiante, para o desaparecimento da ostra e sua substituição pela “craca”.

#### **5ª zona** – Do canal do Ararapira à baía de Paranaguá.

Entre a baía de Trapandé e a barra do Ararapira vão aproximadamente 32,5km. Trata-se de uma área aquática de grande salinidade (S=23, em média), o que favorece as condições naturais da pesca, apesar de sua distância em relação ao centro comprador que é Cananéia. Importa aqui salientar um dado posto em relevo por Besnard e que diz diretamente respeito à produção de ostras. Em virtude de um fenômeno físico, a corrente de água de bom teor da salinidade não comunica o seu movimento às águas que ficam sob as árvores marginais na ilha do Cardoso. “Essa particularidade parece ter grande importância sob o ponto de vista ostreícola. De fato, apesar do conjunto das condições biológicas muito favoráveis para a ostra e grande quantidade de lavras ainda em estado livre que constatamos no plâncton, durante a época da reprodução, não se encontra esse molusco nessas regiões. Fizemos tentativas de colocar aí alguns coletores empregando raízes limpas de mangue. E, menos de uma semana foram recobertas por uma espécie de ganga esponjosa de vasa e detrito. É evidente que, ainda mesmo que a fixação da lavoura se dê por acaso, ela será recoberta e abafada imediatamente por novos depósitos de vasa. Disso resulta que se um dia uma indústria ostreícola se instalar nessa região, aliás, indicada para exploração dessa natureza, os coletores deverão ser colocados ou em plena corrente ou nas margens do mangue que se acham sujeitas à ação de correntes fortes” (32). É curioso notar que passados tantos anos sobre o trabalho do notável cientista francês, a quem a oceanografia brasileira tanto deve, a ostra desapareceu em grande parte da zona lagunar.

A ligação do canal do Ararapira à baía do Paranaguá é feita pelo canal artificial do Varadouro, que nasce no rio do mesmo nome – o Varadouro de Cima – conjugado como rio Varadouro. Desde a baía de Paranaguá até ao extremo Norte do Estado, nasce uma baixada que se alarga e penetra pelo interior, na chamada região do Ribeira estreitando-se ao atingir a serra dos Itatins indo progressivamente diminuindo para Norte. O sistema lagunar Iguape-Cananéia-Ariri, principalmente o trecho Iguape-Cananéia é de origem arenítica, constituída por solos Podzólico (Hidromórfico) (33), de pouco interesse para a agricultura, ao passo que já fora a zona lagunar a Baixada do Ribeira apresenta solos ricos do tipo salmorão e massapé. +

### **3 – PROBLEMAS DE TRANSPORTES, PORTOS E COMUNICAÇÕES**

#### **<sup>+</sup>A – Navegação fluvial**

O Ribeira de Iguape é sem dúvida o mais importante rio do Litoral Sul do Estado de São Paulo. São seus principais tributários praticamente todos os rios que banham os municípios do Alto Ribeira, ao que acresce o volume de águas oferecido por seus afluentes. Da margem esquerda: Taquari, Juquiá – e de maior importância –, Itapirapua, Claro, Cordas, Iporanga, Criminosas, Gatas Altas, Tijuca, Pilões, Ivaporundava, Indiatuba, Pedro Cubas, Xiririca, Aboboral, Etá, Laranjeiras, Guaviruva, Brasjaituva, Peroupava, Una da Aldeia e o Suamirim. Na margem direita: Rocha, Corumbá, Tatupeva, Pardo, Nhunguara, André Lopes, Ostras, Sapatu, Café, Batatal, Fazenda, Jaguari ou Feital, Meninos, Jacupiranga – e mais importante – Pariquera – Açú e Momuna.

Dos seus 400 quilômetros, cerca de 150, Ribeira acima, eram navegáveis no início do século. E, com algumas obras, há condições de aumentar a quilometragem navegável. Entretanto, devido á vários problemas, entre os quais o fechamento das barras, decorrência da abertura do chamado Valo Grande, a navegação hoje em dia é difícil. O assoreamento é, contudo mais acentuado nos afluentes. Um rio como o Peroupava, navegável há alguns anos atrás, encontra-se hoje impraticável para a navegação de calado médio. Este fenômeno se repete praticamente em todos os tributários.

---

(32) Besnard, W., Texto citado, pág.24.

(33) Carta de Solos, Instituto Agrônomo de Campinas.

Uma das causas principais, se não a principal, deve-se à abertura do chamado Valo Grande. Na segunda década do século passado, o centro da navegação fluvial era o velho Porto do Ribeira, localizado no local onde agora o Ribeira “entra” no Valo Grande. Já nos últimos anos da primeira metade do século passado o povoamento apresentava um relativo desenvolvimento. Em 1825 foram iniciados os trabalhos para a abertura de um canal ligando Porto Ribeira ao porto de mar da cidade. O Ribeira de Iguape, antes dessa obra desaguava no oceano a Norte da cidade, contornando o morro dos Engenhos, em cujo do pé Sul a cidade se ergue. Para facilitar o acesso das mercadorias vindas por mar, ou escoamento da produção agrícola, foi deliberado romper um canal entre o porto de mar e o Porto do Ribeira. Em 1837 a obra estava pronta. As grandes canoas escavadas em madeiras de lei passaram a navegar até ao porto de mar, entreposto desta zona, demandado por veleiros e navios a caldeira. Arroz, feijão, milho, madeira, toucinho, e outros produtos passaram a chegar diretamente ao porto de mar, através da barra do Icapara, e aí embarcados para o Rio de Janeiro. Em contrapartida as canoas regressavam carregadas de sal, tecidos e outros produtos fornecidos pela praça do Rio de Janeiro.

Aos poucos o canal foi-se alargando e aprofundando em virtude da sua posição de desnível em relação à antiga foz do Ribeira de Iguape. De 5 metros de largura, iniciais, o canal passou a ter uma largura de 200 metros. As margens arenosas e os barrancos mal defendidos começaram a ser tragados. Dia a dia a largura do Valo vai aumentando, causando o pânico entre as populações ribeirinhas.

A par do assoreamento da velha foz do Ribeira, a do Icapara também começou a ficar assoreada. As águas do Ribeira passaram a irromper pelo mar Pequeno abaixo, ao mesmo tempo em que a barra do Icapara se ia assoreando, impedindo o acesso da navegação. Este fato e a construção da estrada de ferro Santos-Juquiá determinou o encerramento de muitas casas comerciais e abandono em massa da cidade de Iguape, em boa parte em favor do Rio de Janeiro. Só os pequenos sitiante é que não se mudaram por falta de posses. Iguape aos poucos ia morrendo. As águas do Ribeira de Iguape provocaram a destruição da fauna marinha que habitava as águas da barra do Iguapepara e do mar Pequeno, ricas em plâncton, principal alimento dos peixes.

Nos fins do século passado as autoridades de Iguape, cientes da presente necessidade de resolver o problema, iniciaram em 1890 o enrocamento do Valo na zona do velho Porto do Ribeira. As obras, morosas, ante a falta de recursos, foram paralisadas em 1900. Anos mais tarde foi feita outra tentativa e elaborados novos estudos. Entretanto até hoje nada foi feito de concreto e as populações ribeirinhas vão sofrendo, não só pela falta de peixe, como pela crescente dificuldade de navegação. Aos poucos, além das barras do Ribeira e do Icapara, o próprio mar Pequeno está também sofrendo um progressivo assoreamento, prejudicial à navegação e para o plâncton, alimento predileto dos peixes (34). Aos poucos a água doce do Ribeira do Iguape começou a entrar no mar Pequeno, que por sua vez foi perdendo a salinidade, afastando grande número de espécies da fauna marinha. Atualmente, a água doce já atinge cerca de 10 quilômetros abaixo do chamado Tombo das Águas. Na época das grandes chuvas, o mar Pequeno é inundado pelo barro arrastado pelas enchentes que afetam as zonas da bacia do Ribeira do Iguape, e afluentes. Grande número de pescadores, principalmente da ilha Comprida, nos afirmou que quando se verificam enchentes a pesca desaparece. Estes pescadores vivem e pescam na zona compreendida entre o Tombo das Águas e Cananéia. A parte da ilha Comprida entre o Tombo das Águas e Iguape é praticamente desabitada. Por aqui podemos ver a importância do problema da salinidade em função da economia regional. E isto numa zona em que chegou a ser instalada uma salina durante a última grande guerra, que veio a ser abandonada mais tarde. A salina ficava localizada na Ilha Comprida, próximo a Iguape. Acresce ainda que os esgotos das cidades ribeirinhas do Ribeira do Iguape e seus afluentes estão contaminando as águas, sendo o problema grave principalmente em Cananéia, onde os esgotos prejudicam a boa qualidade das ostras. O esfriamento das águas e, até certo ponto, as enxurradas contaminadas pelos produtos químicos utilizados nos banais contra o mal do Sigatoga são também responsáveis pelo desaparecimento ou empobrecimento de algumas espécies (35). “A variação da salinidade está de acordo com o tipo de águas estuárias, sofrendo alternativas produzidas pelos

---

(34) A importância da corrente no transporte do plâncton: “conjunto de organismos marinhos ou de água doce, suspensos na espessura do líquido, isto é, flutuando passivamente, pois possui uma capacidade de nado muito fraca, inferior a velocidade das correntes e dos deslocamentos da água e do vento”. Besnard, W. “A pesca no Brasil.”, artigo XIV in Suplemento Agrícola de “O Estado de São Paulo”, de 13 de junho de 1956.

(35) Informação prestada pelo Dr. Álvaro Braga, diretor do Departamento de Pesca e Caça da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

contingentes continentais da época de maior precipitação cuja influência alcança o mês de março” (36). Dado o fato de o ponto de junção das águas, ou seja até onde se faz sentir os efeitos da maré, o chamado Tombo das Águas, ter mudado de posição, aproximando-se agora de Cananéia, ao que acresce o fenômeno do enrocamento progressivo da barra de Cananéia, todo o sistema da propagação da onda da maré está profundamente alterada, com conseqüências imediatas para a economia pesqueira e para a ostreicultura (37). A zona lagunar do Sul de Cananéia, que a baía do Tranpandé, quer, sobretudo o canal de Ararapira, até à sua confluência com o mar do mesmo nome e o começo do canal artificial do Varadouro, está sofrendo igualmente com o progressivo fechamento da barra de Cananéia e com o aumento do débito de águas doces.

## ***B – Histórico***

O sistema lagunar, aliado ao Ribeira de Iguape e seus afluentes é, ainda hoje, e apesar de tudo, a grande estrada para as populações ribeirinhas. Estrada e fonte de riqueza. A navegação nesta zona de nosso estado remonta à época do Brasil colônia. Entretanto, para efeitos de nosso estudo vamos nos deter apenas sobre a navegação no século passado. Os 150 quilômetros navegáveis do Ribeira de Iguape foram, inicialmente a grande estrada da região. Pesadas canoas, escavadas em madeira de lei, transportavam os produtos agrícolas além de gado, desde Xiririca até ao velho Porto do Ribeira e, mais tarde, com a abertura do Valo Grande até ao porto do Iguape. Em 1839 chegava ao porto de Iguape o primeiro barco a vapor, o “São Salvador”. Em 1854 assistimos ao estabelecimento de uma linha de navegação a vapor, regular, entre Xiririca e Iguape. Os vapores dessa companhia faziam, inicialmente duas viagens mensais. E os tributários e afluentes do Ribeira do Iguape também passaram a ser demandados pela navegação a vapor. Em 1844, o Una da Aldeia era navegado pela primeira vez por um navio a vapor, o “Voador”. Com o desenvolvimento progressivo do comércio, a linha de navegação de Xiririca a Iguape foi-se expandindo, passando a ser explorado pela Companhia Sul Paulista de Navegação e Mineração A Cia. Sul Paulista inaugurou linhas entre Juquiá e Prainha, entre Iguape e o Rio Una da Aldeia – até Cambicho – e entre Iguape e Jacupiranga. De 1857 a 1865 a região passa a ser servida pela Companhia Intermediária, que também recebia subsídios do governo da Província. Mais tarde, em 1874 assistimos ao nascimento de uma empresa formada com capitais locais, a Iguapense. Novas linhas de navegação foram estabelecidas: ligação entre o velho porto da Ribeira com o porto de Iguape; ligação com a cidade de Cananéia, com paradas nas barras dos rios Taquari, Minas e Itapitangui, que deságuam no mar de Itapitangui e na baía do Trapandé. O problema dos déficits constantes, quer da Companhia Iguapense, quer da Companhia Xiririquense e ainda da firma Mendes, Lemos e Garcia, levou o governo da Província a entregar e exploração da navegação no Ribeira e seus afluentes e no mar Pequeno à firma Walter John Hammond, em 1887. Uma nova crise surge e, em 1902, época em que estava quase extinta a navegação no Ribeira de Iguape (38) surge uma nova empresa, a Companhia de Navegação Sul Paulista. Com o aparecimento desta empresa a navegação fluvial em toda a região atinge o seu período áureo. Entretanto inicia-se o assoreamento da barra do Icapara, deixando o porto de Iguape de ser demandado por navios costeiros, o que conjugado com a abertura ao tráfego da ferrovia Santos-Juquiá, veio a determinar uma crise na empresa que culmina com a sua venda à Estrada de Ferro Sorocabana.

Segundo relatórios de 1909 as linhas cobriam 624 quilômetros (39).

Iguape-Xiririca .....	144 km
Iguape-Juquiá .....	137 km
Iguape-Jacupiranga .....	92 km
Iguape-Prainha .....	177 km
Iguape-Itamirim .....	54 km
Iguape-Sabaúna .....	20 km
Iguape-Cananéia (inaugurada em 1910) .....	60 km
Iguape-Ararapira .....	100 km
Iguape-Morro das Pedras (rio Peroupava) .....	38 km

(36) Machado L. de Barros – “Pesquisas Físicas e Químicas do Sistema Hidrográfico da Região Lagunar de Cananéia” in Boletim do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, Fasc. 1, Tomo I, 1950; fasc. 1 e 2, Tomo III, 1952.

(37) Miniussui, I.C. – Propagação da onda de maré em torno da Ilha de Cananéia, Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959 Publicações Avulsas do I.O., n° 2.

(38) Almeida, Paulino – “O Ribeira do Iguape” in Revista do Arquivo Municipal, vol. CII. São Paulo, 1945.

(39) Almeida. A. Paulino – “O Ribeira de Iguape” in Revista do Arquivo Municipal, vol. CII. São Paulo, 1945.

## Linhas fluviais em 1914 <sup>(40)</sup>.

Rio Juquiá .....	56,964 km
Rio São Lorenzo .....	50,988 km
Rio São Lourençinho .....	83,600 km
Outros rios: Azeite, Peixe, Quilombo, Fauí, Itaryry, Guanhanhan, Ribeirões: Arcoverde, Pedreado, Boca para Cima, Aroado, Sobe e Desce	

Aos poucos a navegação fluvial foi desaparecendo, estando hoje praticamente reduzida a duas linhas mantidas pela Estrada de Ferro Sorocabana, a linha Registro-Iguape, para atender à exportação da banana e a linha Iguape-Paranaguá. Esta última foi iniciada após a abertura do canal artificial do Varadouro ligando o sistema lagunar à baía de Paranaguá. Projetado em 1942 pela Inspeção Nacional de Portos e Canais foi aberto ao tráfego em 16 de julho de 1954 (41). Com a abertura de Regis Bittencourt o canal do Varadouro perdeu praticamente sua função econômica, de unir duas regiões, tendo hoje mais uma função social, a de servir as pequenas populações isoladas do Litoral Sul, Ararapira, Ariri, Vila Fátima e até certo ponto Guataqueçaba, esta já no Estado do Paraná, em plena baía de Paranaguá. O canal, que mede cerca de 3 quilômetros de comprimento, por 100 metros de largura, inicialmente tinha apenas 12 metros de largura em média. O canal é um prolongamento do rio Varadouro de Cima, que vem desaguar no mar de Ararapira, onde este encontra o canal natural do mesmo nome.

O sistema lagunar foi recentemente objeto de estudo tendo em vista a criação de uma hidrovía ligando Santos a Ariri, extremo Sul de nosso Estado (42). Esta obra, designada por Hidrovía Bertioga-Ariri, teria conexão com o sistema de navegação dos rios Ribeira de Iguape e Juquiá. A obra que foi posta a concurso pela Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo no governo Ademar de Barros, está agora fora de cogitações, tendo a concorrência sido sustada, sob a alegação de que se tratava de uma obra muito dispendiosa e que não poderia ser iniciada em fim de governo. A obra, tal como está projetada tendo apenas em vista as relações em Santos e Paranaguá, não atende à promoção do desenvolvimento econômico integrado da região. A principal crítica a ser apresentada é a de que se trata de uma hidrovía paralela ao mar.

Há ainda a citar o interesse turístico da linha fluvial praticamente desconhecida nos grandes centros. Partindo semanalmente de Iguape a barca a motor, sulca o mar Pequeno até Cananéia cerca de 7 horas dependendo da maré e de não encalhar nos baixios. De Cananéia, onde se pernoita, parte de madrugada para Paranaguá, aonde chega ao fim da tarde, depois de uma maravilhosa viagem, de indescritível beleza, através dos canais. Apesar das dificuldades e precariedade das acomodações e falta de alimentação é uma viagem muito agradável. Parece-nos que, no início do século, essa viagem seria bem mais cômoda, eram utilizados os velhos barcos a vapor, movidos por roda, com os que ainda hoje encontramos ao abandono junto ao estaleiro da EFS, em Iguape.

O principal problema que afeta a navegação fluvial; não só na região, como em todo o Brasil, refere-se às leis trabalhistas, que sujeitaram este tipo de navegação a uma lei geral, que a onera de tal fora com taxas, que a tornou economicamente impraticável. Felizmente o problema está em vias de solução.

### ***C – Os portos de Iguape e Cananéia***

Os portos, quer de Cananéia, quer de Iguape têm a sua história. De centros comerciais de razoáveis dimensões e mesmo de centros de construção naval, principalmente Cananéia, onde a carpintaria naval atingiu grande desenvolvimento, transformaram-se em meras recordações históricas de um passado rico em acontecimentos. O esplendor atingido durante o período colonial vai-se esvanecendo ante a centralização do comércio marítimo em Santos, tornado obrigatório por lei. Em 1839 inicia-se o renascimento com a chegada dos primeiros navios costeiros, que se prolonga até 1920, época em que o assoreamento das barras além de uma série de outros acontecimentos dificulta a navegação.

---

<sup>(40)</sup> Krone, Ricardo – “Exploração do Rio Ribeira de Iguape” in Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1914.

<sup>(41)</sup> Rodrigues, Maria Regina da Cunha. “O Canal do Varadouro” in Folha de São Paulo; 2/11/1958, 2º caderno, pág. 5.

<sup>(42)</sup> SAGMAS, Mercado de transporte na Futura Hidrovía Ariri - Bertioga, Secretaria dos Transportes do Governo do Estado de São Paulo, 1964.

O porto de Iguape começou a ser demandado por navios a vapor, em 1839, da linha Rio de Janeiro - Porto Alegre. Iguape tornou-se o centro comercial do sistema hidrográfico do Ribeira de Iguape. Enquanto isso, Cananéia progredia. Em seu porto, os barcos a vapor da praça do Rio de Janeiro descarregavam tecidos e outros produtos de consumo e carregavam arroz, farinha de mandioca, banana e outros produtos agrícolas, inclusive laranjas, que hoje não mais se encontram. As casas comerciais progrediam. Os sitiantes demandavam em Cananéia embarcações a remo – as canoas de um só pau – levando a sua produção e, em troca, recebiam tecidos e outros produtos, tais como sal, potes, lona para velas, etc. O dinheiro praticamente não circulava, a não ser entre o comerciante local e o da praça do Rio de Janeiro. A circulação fiduciária em Cananéia só toma alento mais tarde. A forma de comercialização pelo porto de Iguape é um pouco diferente. No que diz respeito à zona próxima à cidade o esquema é idêntico. Os sitiantes, utilizando as canoas, demandam o porto, onde junto às casas comerciais, procediam às trocas. Mas no que diz respeito ao movimento comercial do Alto Ribeira, este é centralizado por casas comerciais que se localizavam nas cidades ribeirinhas, principalmente em Xiririca – que perde mais tarde para Juquiá com a chegada dos trilhos –. Os comerciantes dessa cidade centralizam o comércio e se encarregam do transporte dos produtos até ao porto de Iguape.

Para atestar o que era o movimento, no velho porto lá estão os velhos casarões que serviram de armazéns. Basta recorrer aos antigos relatórios e estatísticas para avaliar o desenvolvimento atingido.

Para termos uma idéia do movimento de ambos os portos nosso período observamos os seguintes dados:

Cananéia de abril de 1836 a março de 1837, (43).

#### **Exportação:**

Arroz .....	2.250 alqueires	.....	4.080\$000
Taboado .....	1 dúzia	.....	2\$000
Farinha de mandioca .....	264 alqueires	.....	211\$600
Erva mate .....	21 alqueires	.....	13\$440

A maior parte desses produtos foi enviada para o Rio de Janeiro, e uma pequena parte para Santos e Paranaguá. Nesse período entraram no porto 10 barcos.

#### **Importação**

Um total de 8.472\$000, dos quais 7.800\$000 em fazendas, o restante com destaque para o fumo, aguardente e vinho.

Iguape, mesmo período

#### **Exportações:**

Arroz .....	58.835	Alqueires .....	93.976\$000
Farinha de milho .....	449	" .....	—
Casa .....	60	" .....	—
Gôma .....	23	" .....	—

#### **Importações:**

Café .....	160	arrobas	—
Erva mate .....	70	"	—
Toucinho .....	30	"	—
Açúcar .....	10	"	—
Cravatá .....	328	libras	—
Madeira .....			379\$000
Milho .....	321	arrobas	—
Fumo .....	16	rolos	—
Peles .....	383		—
Cascos .....	298		—
Melado .....	12	medidas	—

<sup>(43)</sup> Muller, Daniel Pedro - Ensaio de um Quadro Estatístico da Província de São Paulo segundo as leis provinciais de 11 de abril de 1836, a 10 de 1937, Tipografia de Costa Silveira. S. Paulo, 1838.



Achas de lenha .....	1000	---
Dinheiro em cobre .....		2.250\$980
		98.250\$980

A maior parte de arroz, 53.142 alqueires, foi exportada para o Rio de Janeiro e o restante para Santos, Montevidéu, Paranaguá, Rio Grande e São Sebastião.

### Importações:

Do Rio de Janeiro .....	90.029\$600
Do Paranaguá .....	5.324\$000
Do Santos .....	14.476\$000
Do Santa Catarina .....	158\$400
Do Porto Bello .....	172\$800
Do São Francisco .....	190\$000
Do Camboriú .....	167\$600
Do Itapicuru .....	288\$000
Total	110.806\$400

O Rio de Janeiro é que fornece, fazendas, ferro, chumbo, pólvora, ferragens, farinha de trigo, louça e quinquilharias. De Santos vem o açúcar, carne seca, fumo, toucinho e sal. De Paranaguá a farinha de mandioca.

As estatísticas referentes às exportações pelos portos de Iguape e Cananéia refletem diferenças profundas na exploração agrícola nos dois municípios. Iguape importa farinha de mandioca do porto de Paranaguá, produto que atinge o segundo lugar nas exportações do porto de Cananéia. A dimensão da propriedade era maior em Iguape do que em Cananéia. Este último município era caracterizado pela exploração agrícola de pequenos sítios espalhados desde Cananéia até ao extremo Sul da Ilha do Cardoso, quer na ilha, quer no continente. A cultura da mandioca caracteriza a produção desses pequenos sítios, a par da do arroz, enquanto que na Ribeira, o arroz, principal produto, era produzido em propriedades de maior dimensão, algumas das quais de propriedade de ricas famílias de Iguape. Ainda hoje encontramos “tráficos” de mandioca no município de Cananéia, ao passo que na zona lagunar adestrada ao município de Iguape encontramos muito poucos.

Com a chegada dos trilhos a Juquiá, o porto de Iguape sofreu um grave revés, pois os comerciantes do Alto e Médio Ribeira passaram a orientar o seu comércio através de Juquiá, abandonando o porto de Iguape. A par deste aspecto econômico acresce o fenômeno físico consubstanciando no assoreamento progressivo da barra do Ribeira e, posteriormente da barra do Icapara. Em Cananéia, também devido a fenômenos de natureza física, o porto deixou de ser praticável para a navegação de maior calado. As duas cidades portos voltaram à condição de cidades fantasmas.

O rio Ribeira de Iguape, correndo através de uma planície quaternária, encontra agora escoamento de suas águas em duas saídas não originais (44), o mar Pequeno e uma parte menor do seu débito pela barra do Icapara, hoje parcialmente assoreada. A velha barra do Ribeira ficou assoreada e grandes ilhas nasceram no seu leito, enquanto que a do Icapara, já no início do século, “graças às flexas e restingas que se formaram, se deslocou centenas de metros para nordeste” (45). A entrada Norte do mar Pequeno também passou à fase de assoreamento. O mar Pequeno entre a ilha Comprida e o continente, situa-se numa zona, onde a faixa continental coberta de restingas cobre uma área de 8 a 10 quilômetros apenas cortada por duas cativas. O mangue, viveiro natural das ostras, começa a ser invadido pela água doce. “Para os pontos de águas menos movimentadas, lentamente, caminha o material mais ele e assim surgem os pântanos. Esta imensa construção, porém, é obstáculo ao escoamento de grande quantidade de águas deslizantes da serra. Os rios, em luta contra depósitos marinhos, encontram dificuldade para manter suas embocaduras. Mesmo o Ribeira de Iguape sofre o entrave, sua foz é comprimida entre barras arenosas”

(44) Silveira João Dias – Baixadas Litorâneas Quentes e Unidas, Boletim nº 152 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., São Paulo, 1962.

(45) Relatório sobre a Exploração do ribeira de Iguape, Comissão Geográfica do Estado de São Paulo, 2ª edição, São Paulo, 1914, pág. 708.

(46). A alteração do curso do rio, ou melhor, de sua foz, veio a levantar três problemas fundamentais: erosão e progressiva destruição da cidade de Iguape; e assoreamento da barra do Ribeira e da barra do Icapara, que tornou o Porto Grande impraticável para a navegação; o assoreamento da entrada Norte do mar Pequeno e conseqüente lançamento das águas doces do Ribeira nesse mar interior provocando a queda da salinidade.

Em Cananéia observou-se fenômeno semelhante. Aos poucos o mar passou a destruir os barracos de “piçarra”, na ponta da Trincheira, entre a praia do Pontal e a Ponta da Praia, na Ilha Comprida. O trabalho das águas, acrescido ao carreamento de depósito marinhos arrastados desde a boca Norte do mar Pequeno veio a determinar o assoreamento da barra localizada entre a ilha Comprida e a ilha do Cardoso. Aí “nasce” uma restinga, fenômeno ímpar em nosso continente (47), registrando-se o aparecimento da “remirea marítima”, única espécie de vegetação que consegue as condições de vida “nos embriões da ilha Nova” (48). A pequena largura do canal sujeita as águas a um ímpeto muito grande, lançado as embarcações contra os bancos de areia, localizados entre os Dois Moleques. Bom conhecedor da região, diz o prof. Vitor Sadowsky, “a barra de Cananéia, situada entre a Ilha Comprida e a Ilha do Cardoso, tem por si só, considerável importância para todo o sistema lagunar do Litoral Sul do Estado de São Paulo, não somente do ponto de vista oceanográfico, mas também o aspecto estritamente econômico”. (49) Em 1953 o DAEE assinou contrato com um grupo francês para proceder ao levantamento hidrológico da região de Cananéia e Iguape. A missão francesa, sob a chefia do professor Henri Gridel, do Laboratório Nacional de Hidráulica, da ilha de Chateau, iniciou os estudos e elaborou um projeto que previa a passagem pelo mar Pequeno, com saída pelas duas extremidades, de navios de 12 metros de calado. O estudo foi depois retomado pelo Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica de U.S.P. (50). Em 1961, o então governador Carvalho Pinto abriu um crédito assim distribuído: 1) Levantamento topográfico, estudos geológicos e estudo dos portos de Cananéia e Iguape, cem milhões de cruzeiros; 2) – aterro e Cananéia, 350 milhões; 3) estudo para a estabilização do Valo Grande e remoção do assoreamento junto à barra de “Iguape” (Icapara), 700 milhões de cruzeiros. No governo do Dr. Ademar de Barros, o Laboratório de Hidráulica da Escola Politécnica da U.S.P. retomava o projeto, desta vez sob a orientação do engenheiro Antonio Augusto Nogueira. Um modelo reduzido foi construído e a conclusão dos estudos anunciada para 1965. Depois se passaria a fase da construção do porto. Quanto ao porto de Iguape, seus estudos ficaram afetos ao órgão competente do governo federal +.

Os estudos do porto de Cananéia já haviam sido ordenados pela Lei federal 4242 de 5/1/1921, publicado do Diário oficial de 5/1/21. Três meses mais tarde o Prof. A.J. Carvalho Del Vecchio, de Vecchio, do Rio de Janeiro, terminou os referidos estudos (51).

Um estudo recente sobre a viabilidade do Terminal Pesqueiro de Cananéia recomenda que a obra deverá ter lugar perto do porto de Cubatão, isto é no continente. O problema merece melhor reflexão.

O tempo que demanda o percurso entre a entrada da barra de Cananéia e o local onde se pretende erguer o Terminal Pesqueiro, depois de se atravessar a baía do Trapandé e o mar de Itapitangui, para um barco de 40 H.P., ida e volta, é de aproximadamente 4 horas. Eliminar ao máximo os tempos “mortos” de uma embarcação pesqueira fora de faina da pesca e do período de “seco” a que temporariamente se tem que submeter para reparos de rotina é medida a recomendar. No caso do projetado Terminal Pesqueiro de Cananéia vir a ter a dimensão prevista no projeto, na verdade, ante a necessidade de grandes obras de infra-estrutura talvez seja aceitável a localização em Cubatão. Trata-se, contudo, de uma variável que os economistas poderão reexaminar, já contando com os estudos de barra, praticamente terminados, o que lhes permitirá indicar a melhor localização. Por outro lado argumentou-se que a localização do Terminal Pesqueiro na cidade de Cananéia, ou mesmo perto, seria altamente prejudicial para a vida societária da

---

(46) Silveira, João Dias – obra citada.

(47) Sadowsky, Vitor – “Novas contribuições para o Estudo da Entrada da Barra de Cananéia” in Boletim do Instituto Oceanográfico da U.S.P., tomo V, fasc. 1 e 2. São Paulo, 1954.

(48) Sadowsky, Vitor – idem.

(49) Sadowsky, Vitor – “Observações sobre modificações em curso na entrada de Cananéia, de sua barra e da região adjacente”, in Boletim do Instituto Oceanográfico da USP., tomo III, fasc. 1 e 2. São Paulo, 1952.

(50) In a “A Gazeta”, 7 de agosto de 1961, declarações do Prof. Carlito Pimenta, diretor do Laboratório de Hidráulica da Escola Politécnica da U.S.P.

(51) Correio de Cananéia, 3/7/1921.

cidade, uma vez que esta passaria a ser demandada por dezenas de barcos e passaria a ter uma produção flutuante muito grande que poderia, entre outras conseqüências, levar à perturbação da ordem todos os pontos de vista. Não será o fato de levar o Terminal Pesqueiro para Cubatão que irá impedir as tripulações de tomar um bote, ou seguir mesmo pela estrada, que fica a meia hora a pé e a apenas 5 minutos de condução, de atingir Cananéia quando muito bem o entenderem. Por outro lado, pensar em conservar Cananéia com um museu não é aceitável. Que se protejam seus monumentos, que se obrigue a preservar o traçado externo das velhas construções coloniais, é medida que se impõe, desde que o Estado coloque à disposição da população local orientação arquitetônica. De nada vale proibir de tocar nas construções levando os atuais proprietários a deixar cair a casa para, posteriormente, justificar a sua reconstrução no melhor "estilo litorâneo".

Poder-se pensar num terminal pesqueiro médio, entrosado com o posto pesqueiro da Santos, localizado próximo à atual cidade, de modo a que a função habitual, função turismo, função comercial e função industrial, se entrossem oferecendo reais condições de vida econômica e urbana e não partir para uma solução infeliz de zoneamento: zona habitacional, zona industrial, zona comercial, zona turística. Trata-se de uma falsa concepção de vida urbana. Basta lembrar os centros turísticos de boa parte do litoral europeu, onde a função se mistura com a função turismo e habitação.

O restaurante mais demandado é o que fica junto ao porto, onde o turista sente o pessar de uma atividade que o atrai. Ao invés de se pensar que o turista deverá ser isolado da possibilidade de ter acesso aos momentos finais da faina pesqueira, a descarga, por exemplo, cremos que tal medida deve ser incentivada, a exemplo do que ocorre em grandes centros de recreação-produção, localizados na Europa, quando turismo e pesca artesanal e industrial se complementam. Quanto à fabricação de farinhas de pescado, então sim, se justifica até certo ponto, sua localização em áreas um pouco mais distante levando em conta o regime dos ventos, o que não apresenta dificuldades. A localização do Terminal Pesqueiro de Cananéia na área contígua ao atual campo de pouso resolveria este problema a atender à necessidade de entrosar as várias funções enunciadas. A opção entre esta área e a área contígua ao Estaleiro da Vigomar depende dos estudos da barra e de sua viabilidade relativamente à profundidade que atende ao calado das embarcações. Sob este ponto de vista a segunda opção nos parece mais difícil, mas é problema a resolver pelos especialistas.

Passados os anos o problema encontra-se praticamente na estaca zero. Apesar dos estudos de viabilidade do Terminal Pesqueiro de Cananéia (52), dos estudos da barra que vêm levados a cabo pelo Laboratório de Hidráulica da USP e dos Estudos sobre o Complexo do Valo Grande (53) no plano das realizações não só nada foi realizado, como as perspectivas não são das melhores. Ultimamente fala-se da abertura de um porto pesqueiro em Santos, que centralizaria a descarga do pescado da frota paulista. Uma relativa falta de reflexão nos parece estar na base de tal medida. O projeto de construção do Terminal Pesqueiro em Cananéia foi simplesmente abandonado. O problema mereceria uma análise menos apaixonada e mais refletida. Cremos na possibilidade de criação de 2 ou 3 terminais pesqueiros: um em Santos, outro em Cananéia e um terceiro no Litoral Norte, de dimensões variáveis, quanto à capacidade de fornecimento de gelo, óleo, estocagem de pescado obras de infra-estrutura, atendendo ainda à necessária elasticidade decorrente de vários tipos de pesca e da própria captura, especificamente dos tipos de barco. Navegar até Santos com os porões carregados de peixe de pequeno valor comercial, com a sardinha em boa parte do ano – tipo de pescado que representa mais de metade da captura no Litoral Paulista – quando o barco poderia descarregar esse pescado num porto mais próximo, ganhando horas de viagem o que resulta em uma economia maior do que o aumento do frete rodoviário decorrente da descarga num porto mais distante de São Paulo, não é medida economicamente recomendável. De tal forma, que, como é do conhecimento dos especialistas em pesca, boa parte dos barcos devolvem ao mar, já mortos, toneladas e toneladas de peixes de pequeno valor comercial apenas estocando nos porões as espécies de maior valor comercial. Tal prática, criminosa, é a todos os títulos condenável. Por outro lado não cremos que o porto de Santos, já tradicionalmente congestionado pela navegação comercial – onde se registram os fretes mais caros do mundo – tenha condições de atender a uma moderna frota pesqueira, ou melhor, à sua totalidade, registrando-se ainda dificuldades relacionadas com a falta de água

---

<sup>(52)</sup> CONSULTEC – Centro-Pesqueiro de Cananéia – (estudo da viabilidade de um plano integrado de pesca vinculado ao desenvolvimento do Litoral Sul Paulista, Rio de Janeiro, 1967, 4 vol. mimeografado.

<sup>(53)</sup> GEOBRÁS – Complexo Vale Grande, Mar Pequeno, Rio Ribeira de Iguape, 2 vol., São Paulo, 1966.

bacteriológicamente pura e outras. Recentemente, um vendaval interrompeu parcialmente as ligações entre Santos e São Paulo. Parte do tráfego local foi desviado pela rodovia Pedro Taques atingindo São Paulo, depois de passar por Peruíbe, atravessar todo o Vale do Itariri e a rodovia Regis Bitencourt. O sistema de abastecimento da Capital e do Interior sofreu sérios prejuízos. Além de outros fatores de relevo, nos parece que uma certa acomodação e habitação, leva à defesa de concentrar todas as atividades permutarias, inclusive a frota pesqueira em Santos que se constitui na extremidade do gargalo do funil, que vêm a ser o traçado rodo-ferroviário do Estado de São Paulo e mesmo de outros estados vizinhos, totalmente virado para Santos, a exemplo do que ocorria no século passado, pondo em perigo todo o sistema de abastecimento se alguma catástrofe ocorrer ao longo desse gargalo.

Em relação ao projeto do Terminal Pesqueiro de Cananéia (54) nos escapam as bases sobre as quais o mesmo foi realizado. O projeto parte do pressuposto de que é possível, anualmente, pescar 60.000 toneladas de sardinhas e de outros peixes. É a partir desta constatação – que se procedeu à elaboração do referido plano. Não temos condições para afirmar que tal previsão está certa ou não. Aceitamos que o levantamento que levou a tal afirmação tenha sido bem feito, contudo somente o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, através de seu barco-laboratório está em condições de confirmar ou não tal número. Os pescadores, empiricamente acham que a pesca da sardinha é maior no Litoral Norte e que o desembarque em Cananéia oneraria seu preço. Também não temos condições para apoiar ou negar tal opinião. Igualmente o Instituto Oceanográfico poderá dar os esclarecimentos necessários. Cabe pôr em destaque as estatísticas do pescado do Litoral Sul, descarregado em Iguape e Cananéia, não mereciam até recentemente o menor crédito.

Mesmo que a base numérica de que parte o projeto não esteja correta, não vemos que tal fato possa abalar totalmente o projeto do Terminal Pesqueiro e, por outro lado, as obras, absolutamente necessárias, de melhorar a barra. Seu dimensionamento é que poderá variar em função das pesquisas sobre pescado. Sabido que Santos não oferece condições naturais para expansão cremos, e com aboio em relatórios técnicos, que cabe a Cananéia a função do porto pesqueiro, pelo menos ao nível complementar. O movimento da atual frota pesqueira é já de si grande para garantir uma demanda do porto de Cananéia. Alguns responsáveis pela pesca em nosso Estado – inquiridos sobre a possibilidade de aceitarem a hipótese de descarga em Cananéia, entre os quais o grupo mais importante, que é a Cooperativa Nipo – Brasileira, por intermédio de seu diretor, Senhor José Augusto Alves, respondeu que uma vez que Cananéia tenha um terminal de pesca, seus barcos, quando operando no Litoral Sul, descarregariam em Cananéia. É também sintomático que uma organização privada, habitada a planificar seus empreendimentos, a VIGORELLI, tenha escolhido Cananéia como, base para um estaleiro de construção de barcos de pesca em madeira, a Vigomar. Basta ver as tabelas sobre o número de unidades e tonelagem da frota de Santos (55) para vermos que não podíamos falar até bem recentemente em frota pesqueira. Somente agora com a aplicação do desconto do Imposto de Renda à pesca e com a criação de uma “filosofia do desenvolvimento da pesca” é que podemos pensar que, em médio prazo será possível contar com uma frota pesqueira embrionária. Basta lembrar que, por exemplo, em Portugal, a tonelagem mínima que se admite para a construção de um novo barco pesqueiro, é de 60 toneladas. Esta medida permite, a par de uma fiscalização da pesca eficiente, por parte da Marinha de Guerra, uma auto-oficialização, pois um barco de tal tonelada não tem condições para se aproximar demasiado da costa e arrastar os peixes em plena maturação. Com o desenvolvimento da frota pesqueira, Cananéia terá um papel muito importante na operação de descarga do pescado da frota paulista.

O Terminal Pesqueiro e a navegação na barra desde que técnica e economicamente viáveis não poderão ser analisadas apenas como obras em si. Segundo a pesquisa de campo lavada a cabo por uma equipe de sociólogos rurais sob a orientação da Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz e chefia da socióloga Darcy da Silva, da antiga Cadeira de Sociologia II, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (56), o meio rural de Cananéia apresenta-se bastante débil.

O Terminal Pesqueiro, por si só, não parece que seja capaz de contribuir de forma decisiva para melhorar a situação da população da região. Se atendermos para o exemplo do Peru, tão citado no Projeto

---

(54) CONSULTEC – Centro Pesqueiro de Cananéia, (Estudo de viabilidade de um plano integrado de pesca vinculado ao desenvolvimento do Litoral Sul Paulista), Rio de Janeiro, 1.967, 4 vol. (mimeografado)

(55) Projeto Pesqueiro do Estado de São Paulo, CEASA, São Paulo, 1964, 183 págs.

(56) Vale do Ribeira, Pesquisas Sociológicas, Convênio DAEE-USP., São Paulo – 1969, conclusões.

do Centro Pesqueiro de Cananéia – no Peru a indústria pesqueira desenvolveu-se com a migração da fauna marinha da costa da Califórnia para as áreas peruanas; - veremos que o aumento da pesca e a renda que dela advém não estão contribuindo muito para alterar a situação social do habitante das vilas litorâneas peruanas. O fato pode ser facilmente verificável in loco, mas escapa nas publicações sobre comercial. Não é que não admitamos que indiretamente, inclusive pela estrada de divisas advindas da exportação da farinha de peixe, a situação geral do Pará não venha a ter benefícios.

Construir uma cidade, onde a renda média prevista é superior à de São Paulo! – Capital – incrustada numa área em que a renda média é a mais baixa do Estado e sabendo-se que, a permanecerem as atuais condições, a influência da renda gerada em Nova Cananéia não terá repercussão nas áreas vizinhas, pois o sistema de abastecimento dependerá sem dúvida de São Paulo, impõem-se que certas medidas completamente e paralelas, não paternalistas, tal como sugere o já citado projeto, sejam tomadas. Tais medidas referem-se principalmente ao meio rural, pois, em relação à pesca, admitimos também que dado o seu volume – mínimo comercial necessário para garantir a rentabilidade do projeto – não se projetar o empreendimento em função da região, mas sim necessariamente em função do mercado à escala de São Paulo e mesmo de estados vizinhos.

Cabem, pois, medidas complementares e paralelas a vários níveis:

Na zona rural:

1° – Construção de estradas vicinais, entre as quais a ligação entre Itapitanguí e Ariri (veja-se o desenvolvimento que a agricultura voltou a ter nas terras marginais à ligação entre Iguape e Biguá).

2° – Convênio com o INDA para aplicação, no município, da lei de reforma agrária, que uma vez aplicada determinará certamente a exploração racional de imensas glebas de terra – boas – e que se encontram abandonadas pelos proprietários que apenas visam sua valorização.

3° – Divulgação efetiva de práticas agrícolas e pecuárias através de agrônomo e veterinário competente e interessado em efetivo trabalho de campo.

4° – Criação de cooperativas agrícolas.

Em relação aos pescadores artesanais, que não puderem vir a ser aproveitados direta ou indiretamente em relação ao terminal Pesqueiro e captura industrial do pescado:

1° – Determinação de uma época de defesa da pesca do camarão na região lagunar, a exemplo do que ocorria antigamente; ou proibição da pesca na zona lagunar.

2° – Dar efetivação a um projeto de ostras e de piscicultura em geral na região lagunar.

3° – Dar preferência aos pescadores da região nos projetos do Terminal Pesqueiro, quer em terra, quer na captura.

4° – Nas obras do Ribeira de Iguape (barragens) e do Valo Grande, levar em conta além da relação com as barras do Ribeira, Icapara e principalmente Cananéia, a possibilidade de atender á necessidade de melhorar o teor de salinidade das águas do mar Pequeno, viveiro natural de peixes, que hoje é base de uma economia de subsistência de uma parte da população lagunar e que, mais tarde, com o desenvolvimento do turista e conseqüente absorção desta população por outras atividade será uma reserva potencial para a pesca esportiva – aumentando assim a área de lazer, e ainda uma reserva ou centro de “repovoamento” do mar.

5° – Mesmo com a construção do Terminal Pesqueiro em Cubatão deverá ser mantido o atual Entreposto de Pesca, isto é, as câmaras frigoríficas, ficando o Terminal Pesqueiro obrigado a fornecer o gelo, sempre que necessário. O atual Entreposto de Pesca, pela sua localização favorece mais a pesca artesanal – mesmo a que resistir ao advento do Terminal Pesqueiro –, podendo aí ser frigorificado o pescado destinando em parte do abastecimento de Cananéia “Velha”. Note-se que não estamos propondo nada que envolva gasto suplementar de verbas, pois o Entreposto – apenas a aparte central – poderá ser simplesmente transformando numa peixaria que poderá ser explorada: a) por participar, sob controle da Prefeitura e da Colônia de Pesca; b) pela Prefeitura e preferencialmente c) pela Colônia ou Cooperativa de Pesca Artesanal, sob fiscalização da Prefeitura e demais órgãos sanitários e controladores de preços.

6° – Auxílio no sentido de criar uma Cooperativa de Pescadores Artesanais (pesca, piscicultura e ostras).

No caso de se desistir da construção do Terminal Pesqueiro, a par das medidas de caráter geral recomendadas, caberia neste caso, atender a necessidade imperiosa de aumentar a produção de gelo, em barra e em escama, reconstruir o a “píer” de atracação e construir uma carreira para reparos nas embarcações. A falta de gelo – atualmente o Entrepasto produz 5 toneladas diárias – obriga as embarcações a aguardar, por vezes até 3 dias, pelo gelo, para voltar à faina pesqueira, o que acarreta sérios prejuízos. Segundo cálculos do Entrepasto seria necessário pensar numa produção mínima de 30 toneladas diárias. Como não se torna necessária essa produção durante todo o ano, os períodos de menor procura de gelo podem ser reservados para reparos e conservação do maquinário que, nesses períodos poderiam funcionar apenas parcialmente. Cabe também reformar as atuais câmaras frigoríficas e ampliar a capacidade de refrigeração. As atuais câmaras frigoríficas têm as seguintes dimensões: n° 1, - 2, 26 x 1,50 m.; n° 2 - 2,30 x 5,70 m; n° 3 - 3,80 x 6,30 m.; n° 4 - 3,40 x 3,90. A situação do Entrepasto de Iguape é muito pior, pois só tem uma câmara, com capacidade de frigorífico de cinco toneladas, e fabrica apenas 156 toneladas de gelo por ano, o que é insuficiente. A construção de uma carreira para reparações, do caso principalmente, e alinhamento de motores, se impõe, pois os barcos pesqueiros são obrigados periodicamente a interromper a faina da pesca para se dirigirem a outros portos, a fim de proceder a reparos, perdendo dias de trabalho, o que em plena época da captura representa sérios prejuízos em termos da rentabilidade anual da unidade pesqueira.

Mesmo que se desista ou se adie a construção do Terminal Pescadores nos termos propostos pela CONSULTEC, cremos defensável que se mantenha o projeto de melhorar a barra, da qual depende o estaleiro da Vigomar e a pesca industrial que, aos poucos, e em decorrência das condições de mercado se vem estabelecendo em Cananéia a partir de 1968.

Em relação à Cananéia “Velha”:

A cidade antiga, não tem condições de infra-estrutura para competir com a projetada cidade nova. A chagada de numerosos barcos de pesca aponta um perigo potencial, temido por alguns de seus atuais habitantes. Isto é, a vinda de embarcados cujas atitudes são por vezes duvidosas – é tomada na cidade com um perigo à sua atual estabilidade – estagnação –, daí que alguns de seus habitantes por sesta razão preferiram a solução da ligação por ponte ao continente através da ponta da Aroeira ao ponto do “ferry-boaty”, a fim de isolar a cidade antiga o mais possível do Terminal Pesqueiro. Contudo se forem postas em prática as medidas indicadas a fim de fortalecer e dinamizar a infra-estrutura da zona agrária, indireta e diretamente estamos fortalecendo a infra-estrutura econômica de Cananéia Velha que assim mais condições para agüentar o impacto.

Atualmente a situação da cidade de Cananéia pode ser resumida no seguinte esquema:

- pecadores estabelecidos a partir de 1.910 (bairro de Carijo e Acaruaru);
- sitiantes e roceiros que abandonaram mais recentemente a zona rural e que habitam no Rocio;
- comerciantes – o volume do comércio é irrisório –;
- a) “grandes” e médios comerciantes integrantes das “tradicionais” famílias de Cananéia;
- b) pequenos comerciantes – ex-pescadores; ex-agricultores reformados, etc.;
- c) funcionários públicos – em grande quantidade, quer em nível estadual, quer federal. As famílias, através da política, conseguiram e conseguem nomeações. Uma das maiores expectativas dos entrevistados é conseguir “um serviço” ou nomeação para repartição do “Govêrno”.

Estamos perante uma população economicamente indefesa. No dia seguinte à Festa de Nossa Senhora dos Navegantes fica-se com a impressão que deu “peste” na cidade, isto porque em 50%, no mínimo, das casas das ruas que correspondem ao velho traçado da cidade, as portas se encerram, pois seus proprietários, terminado o período das festas, que se encerra com a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, regressaram a São Paulo e a outras cidades para onde foram “atirados” há muitos anos, ante a inviabilidade econômico de Cananéia.

#### ***D – O sistema rodoviário***

Só relativamente há poucos anos, com a abertura da Regis Bittencourt, principalmente do trecho que liga São Paulo a Cubatão, a região voltou a reingressar, embora titubeamente, numa fase do relativo progresso. O fenômeno não afetou ainda as zonas litorâneas, servidas apenas por estrada não asfaltadas e pelo sistema lagunar.

Iguape, contudo, está fugindo um pouco àquilo que é regra no Litoral: atrofiamento de todas as tentativas do desenvolvimento por falta de estradas para escoar a produção. Enquanto que a cidade continua isolada, uma parte do município, graças à estrada Iguape-Biguá, encontrou aí o seu pólo de progresso. Estrada de Terra, com 55 quilômetros, veio reerguer a economia agrária do município. Além de campos de arroz, produto tradicional da região, encontramos agora inúmeras chácaras produtoras de legumes que abastecem o mercado de São Paulo. Apesar o mau estado desta rodovia, principalmente na zona “da serra”, ela é demandada diariamente por dezenas de caminhões de chacareiros. A estrada que se estende ao longo de 45 quilômetros de zona agrícola, já que os 10 restantes, dados os acidentes do terreno não se prestam para a agricultura, substitui parcialmente o antigo sistema da navegação fluvial dos fluentes do Ribeira, Una da Aldeia, rio das Pedras, Itinguaçu, Itimirim e o Espraiado.

Seguindo a Regis Bittencourt, a 13 quilômetros de Registro nasce outra ligação com Iguape e que serve igualmente Cananéia. Estrada de terra batida, passando por Pariquera-Açú – 14 quilômetros alcança a cidade de Iguape, distante desta última 46 quilômetros. No último trecho encontramos fazendas de imigrantes japoneses que, em sua maioria compram as terras a uma empresa japonesa, que praticamente é a detentora das terras entre a margem esquerda da estrada e o Ribeira de Iguape. Esta é a segunda zona agrícola do município que, além de produzir os mesmos produtos do setor Biguá-Iguape, produz ainda um pouco de cana para consumo dos engenhos locais. Esta mesma estrada, ao chegar a Pariquera-Açú, através de uma outra derivante, atinge Cananéia, a uma distância de 42 quilômetros. Neste trecho, a chácara produtora de legumes desaparece e dá lugar apenas a algumas propriedades de galo sem maior expressão. Aparecem alguns pequenos sítios, sem expressão econômica, ao redor da vila do Itapingui, a 9 quilômetros de Cananéia. Desta pequena vila, em direção ao Sul, nesga um trecho da projetada BR-6, conhecida pela Rodovia do Litoral. Ao cabo de um ano de trabalho apenas foram rompidos 20 quilômetros, dos quais 12 transitáveis, estando agora este trecho em completo abandono. Mesmo assim houve várias tentativas de colonização, levadas a cabo por imigrantes japoneses que haviam comprado terras mais para o Sul, na esperança de que os trabalhos da estrada viessem a ter prosseguimento. Em face da paralisação da obra e ante a impossibilidade de retirar os produtos agrícolas, abandonaram as terras. Também de Itapingui nasce uma outra pequena estrada, em péssimo estado, que vai até à antiga Colônia de Santa Maria, hoje praticamente abandonada. Há um projeto na Câmara Municipal de Jacupiranga, município vizinho, para ligar esta cidade a Cananéia, passando pela Colônia da Santa Maria. A atual ligação de Jacupiranga com Cananéia deve-se aos interesses da Cia. Serrana que, até hoje poucos anos utilizava o porto de Cubatão para embarcar a sua produção de calcário. O trecho entre Jacupiranga e Cananéia tem 13 quilômetros. Na zona entre Pariquera-Açú e Cananéia, sobre o Litoral, temos apenas que registrar uma estrada térrea particular, que atravessa as terras da Cia. Esteio do Morro e que servia para o transporte e madeiras, provenientes das últimas matas do Ribeira. Para o Sul, a situação é calamitosa. Não existe uma única via de penetração por terra. Encontra-se em estudo a abertura de uma estrada ligando Jacupiranga a Ariri e vendo terminar diante a ilha de Cardoso, bem em frente do loteamento turístico do “Marujá”. Entre Ariri e a Colônia de Santa Maria chegaram a ser já abertos 12 quilômetros de estrada também totalmente abandonados. A ligação com a cidade paraense de Guaraqueçaba, através do Rio das Minas e Ariri foi estudada já pelo Dr. Tango, do DER, já há alguns anos.

A integração econômica da região lagunar Iguape-Cananéia só poderá tornar-se uma realidade naquele momento em que, a exemplo da estrada Biguá-Iguape, forem abertas novas vias de penetração em relação à Regis Bittencourt a par de aberturas de uma estrada litorânea, que poderia ser o embrião da futura BR-6, ligando Iguape e Cananéia sem passar por Pariquera-Açú.

Impõe-se ainda a construção de pontes, ligando Iguape e Cananéia ao continente. “O ferry-boat” que liga o continente à ilha de Cananéia, onde se localiza a cidade do mesmo nome, poderia com vantagem, ser transferido para a ligação ilha de Cananéia - Ilha Comprida, futuro centro de turismo.

### ***E – Transporte rodoviário e comunicações***

Cananéia e Iguape são servidas por 2 empresas de transporte coletivo. A “Viação 9 de Julho”, com 2 carreiras diárias entre São Paulo - Cananéia e São Paulo - Iguape, com passagem obrigatória em Pariquera-Açú. A linha Santos - Peruíbe - Pariquera - Açú - Iguape - Pariquera - Açú - Cananéia, é servida diariamente por um ônibus da “Empresa São Miguel”. O movimento da primeira empresa faz-se principalmente entre São Paulo - Registro e entre esta última cidade e Iguape ou Cananéia. Diretamente entre os pontos terminais, o movimento é pequeno. A segunda empresa, além de servir a zona lagunar,

serve também a zona bananal depois de passar por Registro (Juquiá, Biguá, Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri, Ana Dias, Itanhaém e Santos). Algumas pessoas, que possuem carro, preferem utilizar as linhas do Paraná, saindo no desvio para Pariquera-Açú, onde um carro as espera.

Iguape e Pariquera-Açú dispõem hoje de um sistema de táxis-perua. Embora precário representa um recurso nessas cidades isoladas. Como não há linhas diretas entre Iguape e Cananéia e as linhas de São Paulo e Santos servem separadamente as duas cidades, fazendo-se a conexão em Pariquera-Açú, sem a conexão horária a movimentação de pessoas entre as duas cidades é precária.

As comunicações telefônicas, embora precárias, estão asseguradas graças a um sistema de microondas que atingem São Paulo. O sistema é mantido pela Companhia de Telecomunicações do Estado de São Paulo, que dispõe de um gerador próprio em Cananéia. As comunicações são imperfeitas e não atendem as necessidades locais. A média de chamadas mensais é de 250 na 700 respectivamente de Cananéia e Iguape, das quais 10% para São Paulo e 30 % para Santos. A precariedade do sistema impôs às empresas com condições financeiras o estabelecimento de um sistema rádio próprio, com é o caso da Vigomar e da antiga Cia. Oceânica de Pesca. O telégrafo também é deficiente.

### ***F – Ferrovias***

A construção da ferrovia Santos-Juquiá foi, até certo ponto, uma das determinantes da queda do movimento no porto de Iguape. Todo o movimento do Alto e Médio Ribeira passou a ser feito por Juquiá em detrimento do porto de Iguape que, contudo, continuava a centralizar o fluxo comercial das regiões ribeirinhas do Baixo Ribeira. Entre os planos da Estrada de Ferro Sorocabana existem três de especial interesse para a região. O mais antigo prevê o prolongamento dos trilhos da chamada ferrovia da banana, desde Juquiá até o porto de Paranaguá, passando por Iguape e Cananéia.

Esta linha seria depois prolongada, a partir de Santos até ao porto de São Sebastião, onde em breve, segundo o projeto deverão chegar os trilhos da Central do Brasil. Trata-se de uma linha que pretende ligar os portos de nosso litoral com o de Paranaguá. O prolongamento dos trilhos da antiga Southern P. Railway faz parte de um projeto da EFS anunciado em sua publicação em homenagem ao IV Centenário de São Paulo. A par deste plano, mais recentemente e por imposição do abastecimento de calcário à COSIPA, a Estrada de Ferro Sorocabana está dando andamento a um plano que prevê a ligação da sua linha singela eletrificada de São Paulo – Julio Prestes – a Santos, com a Estrada de Ferro Santos Jundiá. Este ramal sairá de Paratinga para atingir a ESSJ em Piassaguera. Seu objetivo principal é o transporte dos calcários através da ligação Mayrink a Evangelista de Souza. Esta obra ficará em conexão com a Santos – Juquiá através da estação de Samaritá. O terceiro plano, o mais importantes ligado diretamente à necessidade do transporte do calcário para a COSIPA, prevê a ligação ferroviária da Alta Sorocabana - Ourinhos com o porto de Cananéia –, tendo em vista o entrosamento com a região Sul de Mato Grosso. O estudo elaborado em 1962 pelo engenheiro Vitor Aguiar, prevê o seguinte:

1) – B. Campos - Buri - Guapiara - Cananéia; 2) – Bauru - Barra Grande - Buri – Guapiara - Cananéia; 3) – Itatinga - Angatuba - Ligiana - Guapiara - Cananéia; 4) – Juquiá - Jacupiranga - Cananéia.

Do relatório inédito da EFS, de 16 de novembro de 1962, citamos o seguinte trecho:

“... Uma segunda etapa seria a construção da ligação Juquiá - Jacupiranga - Cananéia possibilitando o início das obras do porto de Cananéia que, uma vez concluída, possibilitaria a diminuição do movimento do porto de Santos, repetidamente congestionado o que mesmo com pequeno aumento das distâncias de transporte parece-nos ser econômico, pela redução possível de se obter nas taxas portuárias” atuais (57).

Basta olhar o mapa rodoviário e o mapa ferroviário de São Paulo. Salta logo aos olhos que estamos perante um esquema típico de período de economia colonial. Estradas e ferrovias dirigem-se para o porto exportador de Santos. Cananéia poderia constituir-se no porto para os produtos agrícolas da pouca explorada zona da Sorocabana e Sul do Mato Grosso.

---

<sup>(57)</sup> Relatório elaborado pelo engenheiro Vitor Aguiar, E.F.S. São Paulo, 1962, inédito.



#### 4 – POPULAÇÃO

Cananéia, 1950 <sup>(58)</sup>.

População presente			Não moradores presentes			Moradores ausentes <sup>(59)</sup>		
Total	H.	M.	Total	H.	M.	Total	H.	M.
5.804	2.994	2.808	47	28	19	72	40	32

População presente, por sexo e cor, 1950.

Totais	Branços	Pretos	Pardos	Amarelos
H. 2.994	1.892	119	954	5
M. 2.808	1.824	102	857	2

Pessoas presentes, de 15 anos e mais, por sexo e estado conjugal, 1950.

Totais	Solteiros	Casados	Desquitados	Viúvos
H. 1.793	730	971	—	88
M. 1.649	504	986	2	152

População presente, por sexo e nacionalidade, 1950.

Totais	Brasileiros Natos	Brasileiros Naturalizados	Estrangeiros	Sem Nacionalidade
H. 1.904	2.967	5	22	—
M. 2.808	2.797	2	9	—

Pessoas presentes, de 5 anos e mais, por sexo e instrução, 1950.

Totais	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
H. 2.513	1.121	1.390
M. 2.397	713	1.663

Pessoas presentes de 10 anos e mais, que possuem curso completo por sexo e grau de ensino, 1950.

Totais	Grau elementar	Grau médio	Grau superior	Sem declarar
H. 561	543	12	6	—
M. 331	318	13	—	—

População presente, por sexo e religião, 1950.

Totais	Católicos	Protestantes	Espíritas	Outras Religiões	Sem religião
H. 2.994	2.544	209	202	22	17
M. 2.808	2.401	187	186	16	18

Pessoas presentes, de 5 a 14 anos, 1950.

Total	Sabe ler e escrever
1.450	377

<sup>(58)</sup> Censo Demográfico do Estados de São Paulo, recenseamento geral do Brasil – 1950, IBGE, 1954.

<sup>(59)</sup> É curioso salientar que entre a população local constatamos que é norma só considerarem ausentes alquiles que abandonaram definitivamente o município, não estando portanto incluídos os que trabalham periodicamente fora ou mesmo permanentemente, desde que venham a casa de tempos em tempos – isto é válido para a zona rural.

População presente, por sexo e situação de domicílio, 1950.

<b>Totais</b>	<b>Quadro urbano</b>	<b>Quadro suburbano</b>	<b>Quadro rural</b>
H. 2.994	358	217	2.419
M. 2.808	400	203	2.205
5.802	758	420	4.624(79,6%)
<b>Para o subdistrito do Ariri:</b>			
H. 395	33	40	322
M. 357	38	30	289
752	71	70	611 (81,2%)

População presente, 1970 <sup>(60)</sup>.

	<b>Em 1960</b>	<b>População recenseada em 1970</b>			
		<b>Total</b>	<b>Quadro urbano</b>	<b>Quadro sub urbano</b>	<b>Quadro anual</b>
Cananéia	6.251	5.433	1.792	—	3.641 (66,9%)
Ariri	722	679	160	—	519 (76,3%)
Iguape	15.457	19.289	8.920	—	10.369 (67,0%)

A população total do município de Cananéia está em franca diminuição, de 6.251 indivíduos em 1960 passou para 5.433 em 1970, ainda menos que em 1950, 5.804 indivíduos. Em 1964 o Departamento Estadual de Estatística projetou com base nas séries históricas a população total do município para este mesmo ano em 7.452 indivíduos. Ao mesmo tempo verifica-se uma diminuição do quadro rural em comparação com o quadro urbano e suburbano, passando a população rural de Cananéia, de 79,6% –1950 a 66,9% – 1970 e a de Ariri de 81,2% – 1960 – a 76,3% - 1970.

Domicílios, 1970 <sup>(61)</sup>.

	<b>Total</b>	<b>Ocupados</b>				<b>Vagos</b>	<b>Fechados</b>
		<b>Total</b>	<b>Q. urbano</b>	<b>Q. suburbano</b>	<b>Q. Geral</b>		
Cananéia	1.392	1.228	392	—	836	4 0,3	160 11,4
Iguape	5.033	3.957	1.765	—	2.192	922 18,3	154 3,0
Baixada do Ribeiro	29,169	24.176	8.261	—	15.915	4.205 14,4	788 2,7
Estado	4.325.393	3.712.965	3.023.085	32.481	657.399	472.658 10,9	139.770 3,2

O número de domicílios “fechados”, ou seja, totalmente abandonados no município de Cananéia ultrapassa a média da região da Baixada do Ribeira e do Estado, o que aliado ao ponto de se ter constante que a população descreveu no último decênio, mostra claramente a tendência à migração da população para outras áreas. Já em Iguape, o número de domicílios “vagos” refere-se em boa parte aos domicílios que só são utilizados na época das férias uma de famílias locais que trabalhando em outras áreas mantêm o domicílio local, onde passam temporadas ou fim de semana.

<sup>(60)</sup> I.B.G.E. – *Sinopse Preliminar do Curso Demográfico, VII Recenseamento Geral, 1970, São Paulo, Rio de Janeiro – 1971.*

<sup>(61)</sup> IBGE – *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, VII Recenseamento Geral, 1970, São Paulo, Rio de Janeiro, 1971.*

Estimativas populacionais segundo a situação do domicílio para 1º/VII/65 e coeficientes de mortalidade e mortalidade para 1964 (62).

Município	População Estimada			Coeficientes <sup>(63)</sup>	
	Total	Urbana	Rural	Natalidade (1964)	Mortalidade (1964)
Cananéia .....	7.452	1.513	5.939	22,71	7,21
Iguape .....	15.718	3.937	11.781	29,54	11,70
Jacupiranga .....	16.081	2.187	13.894	32,80	7,02
<b>Pariquera-Açú</b> <sup>(64)</sup> .	7.025	1.558	5.467	104,43	35,83
Registro .....	16.771	2.317	14.454	38,30	10,40

Quadro da população de Cananéia, por profissões, relativo ao levantamento efetuado em 1920 <sup>(65)</sup>.

	Homens	Mulheres	Total
Agricultura .....	1.962	475	2.437
Gado .....	40	—	40
Pesca.....	—	—	—
Metalúrgica .....	1	—	1
Cerâmica .....	3	—	3
Alimentação .....	10	—	10
Vestuário .....	3	41	44
Mobiliário .....	1	—	1
Construção .....	22	—	22
Transporte marítimo .....	14	—	14
Correio .....	2	—	2
Bares .....	11	—	11
Comércio .....	87	2	89
Tropa – praças .....	8	—	8
Administração Federal .....	12	—	12
Administração Estadual .....	10	—	10
Administração Municipal .....	4	1	5
Religiosos .....	1	—	1
Judiciários .....	7	—	7
Médicos .....	2	—	2
Ensino .....	4	5	9
Ciências .....	3	—	3
Vivem de rendas .....	1	—	1
Rendas domésticas .....	6	19	26
Rendas mal definidas .....	25	1	26
Profissões não declaras .....			
De 0 a 14 anos .....	1.923	1.654	3.577
De 15 a 20 anos .....	183	452	635
De 21 a 70 anos .....	58	1.315	1.373
Totais .....	4.406	3.965	8.371

<sup>(62)</sup> Estimativas populacionais realizadas pela Seção, de Demografia Dinâmica, da Divisão de Estatística Demográfica do DEESP., segundo processo de cálculo que considera, além do saldo vegetativo, também o saldo migratório, procurando medir este através de coeficientes médios, encontrados com base no último período intercensitário (1950/1960).

<sup>(63)</sup> Dados sujeitos a retificação.

<sup>(64)</sup> Centro hospitalar da região.

<sup>(65)</sup> Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920, vol., IV População, Rio de Janeiro, 1930.

**Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por setor e ramo de atividade principal (1950)**

<b>Cananéia</b>													
<b>Totais</b>	<b>Agric. Pecuária e Silvicultura</b>	<b>Ind. – Extrativa</b>	<b>Indústria de transformação</b>	<b>Comércio Mercad.</b>	<b>Comércio de imóveis</b>	<b>Prestações serviços</b>	<b>Profissão</b>	<b>Atividades soc.</b>	<b>Adm. e justiça</b>	<b>Defesa</b>	<b>Atividades domésticas</b>	<b>Condições inativas</b>	<b>Transportes</b>
H. 2.099	922	544	41	70	2	24	1	11	43	9	118	276	33
M. 1.978	11	1	—	10	—	12	—	8	2	—	1.782	151	1
<b>Iguape</b>													
H. 5.550	3.178	756	205	151	1	85	11	42	42	19	377	474	193
M. 5.091	405	38	26	9	1	99	—	26	6		4.206	259	5

Comparando as estatísticas de 1950 com o quadro estatístico de 1920, em uma primeira abordagem vemos que a população, quer de homens, quer de mulheres, diminuiu substancialmente. O mesmo se pode dizer relação ao quadro de atividades profissionais. Neste não só se constata uma redução generalizada, com o desaparecimento de certas profissões, que com o declínio econômico de Cananéia não mais se justificaram. As estatísticas oficiais nem sempre evidenciam esta realidade, uma vez que parte da população que se encontra trabalhando não consta do quadro da população não presente. Através dos dados pesquisados e das informações obtidas chegamos à conclusão de que o caíçara só declara o “não presente”, no caso de o afastamento ser definitivo. A estatística eleitoral da região mostra bem esta distorção.

Composição da população de Cananéia em termos de população livre e escrava. Este quadro dá-nos uma idéia da importância que o município teve outrora e sua evolução demográfica até aos nossos dias (66).

<b>1765</b>	
Livres – brancos, mulatos e pretos .....	1.141
Escravos .....	413
<b>1776</b>	
Livres .....	655
Escravos .....	475
<b>1799</b>	
Branco .....	740
Pretos .....	435
Mulatos .....	498
<b>1803</b>	
Branco .....	457
Pretos .....	436
Mulatos .....	498
<b>1820</b>	
Branco .....	584
Pretos .....	461
Mulatos .....	691
<b>1828</b>	
Branco .....	251
Pretos .....	442
Mulatos .....	863
1876	
População geral .....	3.945
<b>1890</b>	
População geral .....	5.882
<b>1897</b>	
População .....	7.620
<b>1900</b>	
População geral (Recenseamento Federal) .....	7.334
População geral (Cálculo do Dr. Toledo Piza) .....	9.638
<b>1920</b>	
População geral (IBGE) .....	8.371
<b>1950</b>	
População geral (IBGE) .....	5.802
<b>1960</b>	
População geral (IBGE) .....	6.251
<b>1965</b>	
População geral Estimativa do Departamento de Estatísticas do Estado de S./Paulo .....	7.452
<b>1970</b>	
População geral (IBGE) .....	5.433

<sup>(66)</sup> Almeida, Antonio Paulino – “População de Cananéia “in Revista de História, n° 45, São Paulo, 1961 – pág. 205.

Cananéia, 1836-1837 <sup>(67)</sup>					
Homens e mulheres (livres)		Idades	Homens e mulheres (cativos)		
98	87	De 0 a 10	58	53	
112	101	de 10 a 20	65	70	
94	86	de 20 a 30	32	48	
88	78	de 30 a 40	29	37	
76	68	de 40 a 50	12	11	
59	45	de 50 a 60	23	13	
42	37	de 60 a 70	11	15	
28	32	de 70 a 80	8	9	
2	—	de 80 a 90	—	—	
—	—	de 90 a 100	—	—	

### Profissões <sup>(67)</sup>

Músicos .....	3
Carpinteiros .....	38
Ferreiros .....	3
Alfaiates .....	6
Calafates .....	20

<sup>(67)</sup> Muller, Daniel Pedro – Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo, segundo as leis de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837, Tipografia de Costa Silveira, São Paulo, 1838.

## 5 – AGRICULTURA

As terras limítrofes à zona lagunar não são de boa qualidade para a prática agrícola. Ao longo da zona lagunar estendem-se manguezais, pântanos e terrenos do tipo PH Podzólico Hidromórfico (68). Terrenos arenosos, a praga de formiga e outros fatores negativos desestimulam o caixara que habita às margens do sistema lagunar Iguape-Cananéia, a plantar. Para o interior as terras são melhores.

Segundo Geraldo Martins (69) a agricultura atingiu o auge em 1785. Entre as produções de maior interesse comercial indica o arroz e a mandioca. O arroz, “está de não para ano perdendo suas antigas qualidades”, diz o autor que certamente pretende referir-se ao arroz conhecido por “agulha de Iguape”, uma das qualidades mais conhecidas e apreciadas no início do século (70).

Arroz foi desaparecendo e “perdendo suas qualidades”. Em 1937 ainda se viam em Ariri, Cananéia e outras localidades da zona lagunar engenheiros de beneficiar arroz, mas aos poucos foram desaparecendo e hoje estão reduzidas a ruínas. Nessa época, segundo Geraldo Martins, ainda se encontrava além do arroz, laranja, cana, mandioca, banana, mamona, feijão e ainda outros produtos.

### Produção Agrícola em 1920.

<b>Arroz</b>		
	Número de estabelecimentos produtores .....	283
	Produção em toneladas .....	1.275,6
<b>Milho</b>		
	Número de estabelecimentos produtores .....	210
	Produção, em toneladas .....	587,9
<b>Feijão</b>		
	Número de estabelecimentos produtores .....	169
	Produção em toneladas .....	129
<b>Batata inglesa</b>		
	Número de estabelecimentos .....	8
	Produção em toneladas .....	4,6
<b>Mandioca</b>		
	Número de estabelecimentos .....	294
	Produção em toneladas .....	5.935,6
<b>Cana de Açúcar</b>		
	Número de estabelecimentos .....	154
	Produção em toneladas .....	2.096,4
<b>Café</b>		
	Número de estabelecimentos .....	74
	Produção em toneladas .....	24,4

### Produção Agrícola – 1956

Produto	volume	Unidade
Arroz	10.300	saco de 60 kg.
Banana	183.000	cachos
Feijão	1.000	60 kg.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

(68) Mapa de Solos do Instituto Agronômico de Campinas.

(69) Martins, Geraldo de Rezende. Cananéia Internacional, Rio de Janeiro, 1937.

(70) Verbete arroz da Enciclopédia Dicionário Internacional, Rio de Janeiro, 1917.

### Produção agrícola em 1964 <sup>(71)</sup>.

Unidade	Produtos	Área (ha)	Estimativa de produção
Fruto	Abacaxi	1	10.000
Saco de 60 kg.	Arroz	84	2.940
Tonelada	Cana de açúcar	10	330
Tonelada	Mandioca mansa	20	140
	Número de pés frutíferos		
Cacho	Banana	55.000	82.500

Apesar de disparidade dos dados estatísticos referentes à produção agrícola no município de Cananéia fica claro que a produção caiu em relação a 19820. Os dados apresentados devem ser tomados com cautela e apenas como indicativos, pois a exemplo das estatísticas de pescado, tivemos ocasião de verificar falhas nas estatísticas locais.

#### Aves domésticas, 1920

Galinhas .....	27.442
Perús .....	1.267
Patos .....	3.236
Abelhas	
Números de estabelecimentos .....	19
Números de colméias .....	168
Produção de mel – litros .....	259
Cera – quilos .....	173

#### Aves e colméias, 1950

Número de estabelecimentos .....	262
Galinhas .....	13.166
Patos .....	1.301
Gansos .....	38
Perús .....	274
Colméias .....	—

#### Gado, animais nascidos em 1920

Bovinos .....	42
Eqüinos .....	21
Ovinos .....	14
Asinina e muar .....	49
Suína .....	2.184
Caprima .....	124

#### Gado, animais nascidos em 1950

Bovinos .....	31
Eqüinos .....	4
Ovinos .....	1
Asininos e muares .....	319
Suínos .....	3.845

O rebanho bovino está aumentando, principalmente em decorrência de algumas pequenas fazendas onde se está tentando a pecuária.

<sup>(71)</sup> Dados fornecidos pelo Departamento de Estatística do Estado de São Paulo – ainda não publicados.



Ano	Rebanho bovino em Cananéia
1940	62
1950	127
1960	954

(Fonte: I.B.G.E.) – Recenseamento de 1940, 1950 e 1960.

Propriedades rurais do município de Cananéia, 1961 <sup>(72)</sup>

Área (hab.)			Nº de propriedades	Área total de classes
1	a	0,89	—	—
1	a	1,99	1	1,21
2	a	2,99	3	7,26
3	a	3,99	—	—
4	a	4,99	1	4,3
5	a	9	10	73,59
10	a	19	20	285,08
20	a	29	64	1.554,63
30	a	39	30	1.038,09
40	a	49	64	3.035,73
50	a	59	10	546,73
60	a	69	29	1.781,24
70	a	79	27	1.961,60
80	a	89	6	511,11
90	a	99	18	1.739,90
100	a	199	59	8.116,66
200	a	299	21	4.994,82
300	a	399	10	3.507,45
400	a	499	15	7.056,00
500	a	599	8	4.212,57
600	a	699	2	1.309,80
700	a	799	2	1.464,50
800	a	899	1	860,20
900	a	999	7	6.723,82
1.000	a	1.999	7	10.628,84
2.000	a	2.999	7	17.257,40
3.000	a	3.999	2	6.972,00
4.000	a	4.999	3	12.291,72
5.000	a	9.999	2	15.337,70
10.000	a	14.999	—	—
15.000	a	19.999	—	—
Mais de		20.000	1	23.207,20
Não declarada				136.480,88
Total			430	

O quadro evidencia a existência de pequena e média propriedade a par das grandes propriedades; 57.808, 62 ha. São partilhados por sete propriedades.

O fato de uma boa parte das propriedades agrícolas, entre as quais as de maior área, não serem racionalmente exploradas ou se constituindo em meras reservas aguardando a valorização dos terrenos, contribui também e decisivamente, para a baixa produção agrícola verificada.

O município de Cananéia não acompanha, em termos agrícolas, o desenvolvimento relativo que se vem verificando no Vale do Ribeira e o fato de encontrarmos apenas cinco arados registrados em 1940,

<sup>(72)</sup> Departamento de Estatística do Estado de São Paulo – fonte: Imposto Territorial Rural.

dois em 1950 e nenhum em 1960, a par da inexistência de tratores que estão aumentando em relação à área total do Vale do Ribeira, mostra que não se registrou uma mudança nas técnicas.

Segundo dados levantados no VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950 vol. XXV, tomo II, pág. 124 a utilização das áreas nos municípios de Cananéia e Iguape, apresenta a seguinte distribuição:

Lavouras							
Municípios	Estabelecimentos	Área total	Permanentes	%	Temporárias	%	%
Cananéia	262	43.316	368	0,8	1.441	3,3	4,2
Iguape	2.141	95.301	2.654	2,7	7.584	7,9	10,7
Região do Ribeira	7.694	415.659	12.433	2,9	26.586	6,3	9,2
Total	221.611	19.007.582	11.564.316	8,2	2693.317	14,1	22,4
		Pastagens					
Naturais	%	Artificiais			%		%
587	1,3	466			1,1		2,4
1.481	1,5	175			0,2		1,7
11.435	2,4	4.131			0,9		3,6
4.952.565	26,0	3.695.370			19,4		45,5

	Matas				Incultas	
Naturais	%	Reflorestamento	%	%		%
21.754	50,2	86	0,2	50,4	15.158	34,9
48.194	50,5	456	0,4	51,0	27.673	29,0
167.236	40,2	3.947	0,9	41,1	153.740	36,9
2.472.044	13,0	298.502	1,5	14,5	2.353.272	12,3

A comparação dos quadros de produção agrícola respectivamente para os anos de 1920, 1950 e 1964 mostra que a produção caiu. A queda da produção agrícola após a década de 20 corresponde ao fim da navegação costeira. Sem estrada e sem navios para escoar a produção, os agricultores abandonam os campos. Apenas os que lá permaneceram, continuaram a cultivar alguns produtos, mas para gasto pessoal. Com a abertura da BR-116, novos produtos são introduzidos, entre os quais o abacaxi sem espinho ou de areia, que promete transformar-se num produto de real interesse para a agricultura local. A bananicultura tem apresentado bom índice de desenvolvimento.

O palmito, que se encontrava em grande quantidade nos 50.000 he de florestas, naturais da região está desaparecendo. Durante vários anos foi cortado sem que se tratasse de o replantar. Recentemente o engenheiro Jorge Swierozynski iniciou o plantio de palmito na fazenda Esteiro do Morro, localizada entre Pariqueira-Açú e Cananéia. +

## 6 – COMÉRCIO E INDÚSTRIA

O movimento comercial da cidade de Cananéia é reduzido e na zona rural praticamente inexistente. Em Cananéia, a par de três casas comerciais de maior dimensão, constamos a existência de um sem número de pequenos empórios, que se dedicam à venda de bebidas. O movimento comercial é fraco.

### *Comércio de Cananéia*

<b>Ano .....</b>	<b>1968</b>
Agência de ônibus .....	2
Hotéis.....	3
Pensões – só alimentação.....	1
Barbearias.....	2
Escritórios imobiliários .....	3
Lojas de armazinhos .....	1
Farmácia .....	1
Armazéns mistos .....	7
Quitandas .....	2
Lojas mistas .....	4
Bares .....	14

Restaurantes .....	2
Agências bancárias .....	2

Fora da cidade, além de Ariri, encontramos dois mistos de pequena importância e dois bares. Ao longo das zonas ribeirinhas ao sistema lagunar encontramos algumas vendas em Guacici, São Paulo, Cubatão, Pedrinhas e Marujá. Os comerciantes locais, dispõem de canoa a motor – motor de popa variando entre 5 e 12 H.P. – comparam o pescado a dinheiro e vão, posteriormente, vendê-lo em Cananéia. Na volta levam mercadorias. Não encontramos o comércio de troca, como antigamente se fazia. O mesmo fenômeno ocorre na Ilha do Cardoso, Ariri, Vila Fátima e Ararapira.

O movimento bancário – não divulgado – era até recentemente, feito pela Caixa Econômica Estadual. Em 1970 foi inaugurada uma agência bancária. A não existência de uma rede bancária constituía-se num obstáculo ao desenvolvimento local. Já Registro e Iguape contam com uma rede bancária razoável. A primeira cidade com seis agências e a segunda com duas. – Indústria – O setor de Cananéia é incipiente. Apenas se registra o empreendimento da Vigorelli do Brasil S.A., um estaleiro de construção naval que toma o nome de Vigomar S.A., Este estaleiro, destinado inicialmente à construção de barcos de pesca e de turismo, em madeira, vem contribuindo para mudar a fisionomia local, pois além dos operários especializados que procurou em outras áreas, está dando emprego a mais de 100 pessoas da localidade e cerca de 50 de fora, com amplos reflexos em todas as áreas.

A industrialização do pescado, principalmente o descasque e beneficiamento do camarão destinado ao mercado exportador ou aos grandes mercados nacionais também merece destaque, não só pelo volume da sua produção, como pelo emprego de mão de obra, principalmente de mulheres e de menores, além de alguns homens. Contudo trata-se de uma atividade sazonal. Na época do camarão e apesar de um dos principais compradores não preparar em Cananéia, levando-o para São Sebastião onde o industrializa – CONFRIO – para exportação, principalmente, podemos contar cerca de 200 a 250 mulheres e jovens nas três principais indústrias de descasque de camarão, fator de alta importância para o meio, onde a falta de trabalho é uma constante. A industrialização de outras espécies, como o cação que, preparado, tem um paladar semelhante ao bacalhau, sendo muito mais barato e podendo substituir parte das importações desse peixe apreciado; a criação e posterior filetagem de bagre – peixe de baixo preço local, que na Amazônia está sendo exportado para os E.U.A. e Japão, depois de devidamente filetado e congelado –, o aproveitamento da tainha defumada no período frio, quando esse peixe aparece em grandes quantidades e com preço baixo, a criação, ou melhor, a engorda de siris e caranguejos, crustáceos hoje bastante procurados, poderia contribuir em muito para o desenvolvimento da região. A par industrialização de pescados do mar e uma vez que, segundo os técnicos, cabe às autoridades proibir a pesca na zona lagunar (73), área de reprodução das espécies, poder-se-ia pensar que implantação do plano de ostreicultura e de piscicultura (bagre, tainha, siri e caranguejo) elaborado pelo Prof. Takeshi Wakamatsu no decorrer dos trabalhos previstos pelo Convênio DAEE-USP (74). Deste modo, além de se encontrar um fator de riqueza, dar-se-iam condições para o aproveitamento da mão de obra da pesca artesanal, que não tenha condições de pescar no alto mar e que poderia se dedicar à piscicultura.

Paralelamente, e a nível nacional, impõe-se uma campanha de propaganda destinada a preparar o pescado, pois de nada vale aumentar a sua captura enquanto permanecem os tabus contra o pecado em geral e mesmo contra o crustáceo. Por um lado teme-se a falta de qualidade do pescado, tradicionalmente vendido já em más condições higiênicas e, por outro lado, não só não há o hábito de comer peixe, como a maioria das donas de casa não o sabe preparar. Mesmo no Litoral este fenômeno ocorre. Quem vai hoje a Cananéia, durante todo o tempo de sua permanência, apenas consegue comer peixe e camarão frito, pois não se conhecem outros modos de aproveitar o pescado ou os crustáceos. Este aspecto do problema é importante que seja posto em relevo numa época em que o setor produção, em todo o Litoral Paulista está se transformando com relativa velocidade em termos de produção global. Em 1942, 96,5% da capacidade

---

(73) Declarações do senhor Getúlio de Souza Neiva diretor do Instituto de Pesca de São Paulo “manter as entradas das baías e enseadas desobstruídas, permitindo livre trânsito ao camarão, na área de desova para a área de desenvolvimento, “O Estado de S. Paulo, 23 de maio de 1971, pág. 32” É preciso saber quanto peixe há no mar”. Pesquisa nesta área se impõe para que haja condições de se deliberar a respeito.

(74) Takeshi Wakamatsu – Culture Study Plan, March, 26/1971 – em anexo.

do pescado da frota de Santos, pertencia a barcos pequenos, da classe até 15 toneladas (75), enquanto os médios, até 30 toneladas, representavam 3,5%. Em 1952, as respectivas percentes passavam a cerca de 70% a 30% respectivamente. Em 1963 os barcos pequenos desciam a 37,3%. Os médios a 10,3%, enquanto os grandes de 30 toneladas para cima até mais de 400, cobrem 52,4%. Segundo dados do Instituto de Pesca, em 1967, os barcos pequenos atingiam 5%, os médios 65% e os grandes 30%. Verifica-se um aumento da frota pesqueira, média, que é a que atualmente vem recebendo os maiores incentivos de financiamento por parte da SUDENE. Boa parte destes barcos destina-se à pesca de camarão. A pesca em nosso estado está se tornando mais seletiva em função de mercado, principalmente do mercado externo. Os barcos pequenos e médios operam num faixa costeira a poucas milhas da costa, arriscando-se no máximo até o chamado – “Mar Novo”. Ao contrário, os barcos grandes operam geralmente na plataforma continental do Estado do Rio Grande do Sul, até ao Uruguai e Argentina, apoiando-se principalmente no porto do Rio Grande. Quando o barco não volta a Santos o pescado é transportado em caminhão até aos mercados do consumo do Paraná, São Paulo Guanabara e, congelado, a Salvador e Recife <sup>(76)</sup>: Os barcos menores poderiam vir a ser aproveitados para executar a tarefa de “enviadas”. Isto é, transporte do pescado entre o barco captador e porto. Este tipo de embarcação é muito usado na Europa. Quando um barco encontra um bom cardume avisa pelo rádio, pedindo o comparecimento das enviadas. Assim poderá continuar a pesca sem ter de abandonar o local uma vez lotado seu porão.

Em resultado do Decreto - Lei nº 221 de fevereiro de 1967, criando incentivos fiscais para a pesca, 35 projetos de captura e industrialização de pescado, no valor de Cr.\$589.361.475,00, estão sendo implantados no Litoral do Estado de São Paulo, o que já vem dando frutos em termos de uma maior captura e do aumento da tonelagem média das embarcações, embora a grande maioria não seja de grande porte, uma vez que a maior parte dos projetos refere-se à captura e industrialização do camarão, que exige pesqueiros de porte-médio, tipo mexicano.

O segundo problema de ordem geral que se coloca é o da descarga do pescado, até agora feita em condições anti-higiênicas. A falta de condições higiênicas não afeta apenas um ou outra das operações, mas praticamente todas, desde a captura ao consumidor. O porão da maioria dos barcos – principalmente dos pequenos e médios – não tem condições para transportar o pescado, pois não contém separadores. Além de o peixe ficar amassado sobre ainda cortes do gelo, mal triturado e até mesmo contaminado (77). A descarga é feita nas mesmas condições, ao que temos a acrescentar que a embalagem em caixas de madeira com vem sendo feita é prejudicial, pois tais caixas têm uma cubicagem muito grande, o que provoca o amassamento do produto. Até bem recentemente o pescado transitava da operação descarga para o consumidor sem frigorificagem. Felizmente as condições estão se modificando, o que é promissor no que toca à higiene do pescado e à racionalização de sua comercialização, pois a implantação de frigoríficos veio permitir a criação de estoques que garantem o abastecimento normal. A Cooperativa Mista de Pesca Nipo Brasileira, adquiriu em 1964 os frigoríficos da extinta FRIGOPESCA, com capacidade para 296 toneladas. Por sua vez a CENFRIO, empresa de frigorificagem de pescado com sede em São Sebastião, está às vésperas de instalar uma rede de pequenos frigoríficos de 12 toneladas no Interior do Estado, além de contar com o frigorífico central em São Sebastião. Entretanto, em matéria de frigorificação o aspecto mais importante é sem dúvida o plano do CEAGESP, ex-CEASA. Contudo, em relação ao CEAGESP, coloca-se um problema. A alteração recente de seus estatutos, veio permitir que além desta entidade ser um centro de frigorificagem de pescagem, tenha também capacidade jurídica para proceder à sua comercialização, com o que não concordam os atacadistas, razão pela qual compraram um terreno em São Paulo a fim de construir um entreposto próprio. A solução está ainda longe, decorrendo dos altos interesses em jogo. Presentemente o CEAGESP tem um frigorífico com capacidade para 500 toneladas de pescado e uma fábrica de gelo que produz diariamente 50 toneladas de gelo em barra e em

---

<sup>(75)</sup> Não é recomendável a prática da pesca em barcos com menos de 60 toneladas, Medida nesse sentido foi recentemente tomada em Portugal, devido ao fato de os barcos menores arrastarem muito próximo da costa, matando espécies em crescimento, ainda sem valor comercial.

<sup>(76)</sup> Projeto Pesqueiro do Estado de São Paulo, CEASA, 1965.

<sup>(77)</sup> Watanabe, Ko – “Aspectos Bacteriológicos do Pescado na Costa – Sul do Brasil in “Boletim do Instituto Oceanográfico, tomo XII, fasc. 3. ... “o gelo entregue aos barcos pesqueiros já está contaminado”... “520 bactérias por mil (água coletada no tanque antes de penetrar na máquina de fabricar gelo em escamas) e 30.000 bactérias por mil (gelo coletado momentos antes de ser espalhado sobre os peixes)”, pág. 91.

escamas. Além deste frigorífico, já em funcionamento, o CEAGESP tem um projeto de instalação de 12 câmaras em cidades do Interior, a saber:

<b>Cidades</b>	<b>Estocagem (toneladas)</b>	<b>Fabricação de gelo (toneladas)</b>
Araçatuba	30	10
Araraquara	30	10
Ribeirão Preto	40	20
Pinhal	12	5
Botucatu	8	2,5
Catanduva	40	20
Franca	12	5
Sorocaba	40	20
Marília	12	5
Olímpia	12	5
Leme	30	10
Itapetininga	12	5

Não fosse o fato de a localização das câmaras frigoríficas não ter obedecido a um critério, principalmente demográfico, não teríamos nenhuma crítica a apresentar ao projeto.

As bases para a racionalização da pesca, sua captura e distribuição estão lançadas.

Voltando ao levantamento das indústrias existentes em Cananéia cabe assinalar existência de uma pequena indústria de peixe seco e o projeto para instalar um forno defumador, projeto que tende a ser abandonado. Apesar do bom mercado que existe para o peixe seco – principalmente entre a comunidade japonesa de Registro – o preço que esse peixe alcança, mesmo sendo bom, não pode competir com o preço do peixe fresco. Atendendo a que perde mais de 50% do peso inicial, que abriga a um enorme gasto de sal – 1 quilo de sal para 3 quilos de peixe – a operação deixa de ser economicamente interessante. E ainda apresenta outra dificuldade. Para que o peixe seco seja de boa qualidade tem de ser usado sal bacteriológicamente puro, que não é fácil encontrar. Caso contrário o peixe será atacado por fungos, não apresentado grande durabilidade. O problema não se tem posto, pois como a procura é muito grande em relação à produção, o peixe seco é vendido rapidamente não ficando estocado, pelo que os fungos não se chegam a desenvolver. Apesar da restrição de ordem econômica, cumpre encarar o problema da secagem do peixe como fonte de renda. Queremos nos referir à seca e defumagem da tainha que, dada a abundância quando da sua safra, tem um preço irrisório, sendo que o pescador é abrigado a vendê-la de acordo com o preço oferecido pelos comerciantes locais e pelas lanchas de Santos que, nessa época percorrem todo o Litoral. A secagem da tainha durante a sua safra merece ser levada em conta, não só atendendo à necessidade de aumentar a capacidade econômica dos pescadores, como também atendendo à necessidade social de estocar bons alimentos. Para tal seria necessário pôr em prática um plano que teria de atender a dois pontos fundamentais: obter sal de boa qualidade e respectivo financiamento, e divulgar práticas sobre a salga e secagem do peixe. A este respeito foi já realizado um trabalho pioneiro no Amazonas, que contou com a cooperação da FAO e que já está apresentando resultados práticos <sup>(78)</sup>.

Certos problemas decorrentes de um futuro estrangulamento de infra-estrutura industrial pesqueira em Cananéia, poderiam vir a ser resolvidos com o encaminhamento de parte de sua produção pesqueira – para industrialização – às indústrias estabelecidas em Iguape que só funcionam durante a safra da manjuba. Seria possível estabelecer um calendário para a industrialização do pescado de acordo com o período de sua safra, o que resolveria o problema do desemprego sazonal em Iguape, daria melhores condições econômicas para as indústrias operarem.

Recentemente a imprensa da capital anunciou a recuperação de uma antiga unidade de industrialização de pescado em Iguape, divulgado que o plano prevê uma demanda de mão de obra acima de 1.000 pessoas e uma produção de alguns milhares de toneladas de pescado industrializado. Parece

---

<sup>(78)</sup> Botelho, Antonio Torres- Considerações sobre a industrialização do pescado na Amazônia, S.P.V.E.A., Manaus, 1959.

estranho tal fato, uma vez que as barras que dão acesso a Iguape são impraticáveis. Não sabemos como tal indústria poderá ser alimentada com o pescado mínimo necessário para trabalhar a custos de mercado. Cremos que se trata de mais um empreendimento fantasma, como tantos que se tentaram implantar em Iguape, pois a médio prazo não é possível pensar na desobstrução das barras ou de uma só, dado o alto custo de dragagem, além de que esta obra teria de estar entrosada com a regularização do curso do Ribeira.

A hipótese anteriormente enunciado, de aproveitamento da infra-estrutura industrial – salgas – para industrializar parte do pescado de Cananéia, refere-se apenas aos atuais equipamentos, talvez com algumas melhorias, mas não prevê grandes inversões. Também, a título de hipótese poderíamos pensar que, uma vez o município de Iguape se vem desenvolvendo mais a função da agricultura do que da pesca que, fora a manjuba, não representa muito, e, ainda ante a hipótese levantada pelo Dr. Álvaro da Silva Braga, de a manjuba vir a ser pescada na entrada da barra quando de sua passível migração, por barcos pesqueiros, poderíamos pensar exatamente no inverso, ou seja transferir para Cananéia parte da industrialização da manjuba. Estas hipóteses terão de ser devidamente estudadas, em termos de projeto de viabilidade, antes de se tomar qualquer decisão. As melhores condições da barra da cidade de Cananéia, a par dos fatores atrás já indicados, em princípio, indicam esta cidade como centro piscatória.

Outras pequenas indústrias em Cananéia que merecem destaque são: a olaria e a industrialização do palmito. A olaria, localizada atrás do morro de São João, emprega em média 6 homens, dependendo das encomendas, que variam muito ao longo do ano. Seus empregados, que recebem por produção, são na totalidade filhos de pescadores que preferem esta atividade à pesca, segundo declararam. A produção mensal da olaria é de cerca de 40.000 tijolos. O barro, retirado no próprio morro de São João, depois de moído – tração animal – é cozido em dois fornos.

Quanto ao palmito, que praticamente desapareceu da região, é agora cortado ao Sul da região lagunar principalmente na zona ribeirinha à baía do Paranaguá e industrializado, em parte, em Cananéia. A fábrica de conservas de palmito foi transferida para novas instalações. Trata-se de uma pequena unidade fabril, composta de tanque para cozer palmito, tanques de lavagem, autoclave, máquina para fechar latas e um motor gerador de farsa motriz. Emprega em média quatro operários, não cotando com os carregadores que contrata periodicamente para descarregar as barcaças que transportam o palmito desde Paranaguá, Vila Fátima, Ariri e Ararapira até Cananéia. O palmito industrializado em Cananéia, assim como o que é industrializado em Guaraqueçaba Paraná – é vendido principalmente no mercado de São Paulo.

O arroz, que outrora mantinha em funcionamento vários estabelecimentos de beneficiamento, agora é beneficiado fora do município. Em Cananéia existe apenas uma pequena unidade de beneficiamento, localizada um pouco adiante do campo de pouso, junto ao mar de Cananéia. Em Ariri ainda se encontra a antiga usina de beneficiamento da Cia. de Colonização Ariri. Embora abandonada há longos anos poderia facilmente ser recuperada. Durante nossas andanças pelo sistema lagunar, tivemos ocasião de encontrar vários engenhos de arroz, de melaço, e de pinga em ruínas. Um dos mais interessantes é o que encontramos na ilha do Cardoso, hoje totalmente em ruínas, localizado no chamado sítio da Cachoeira.

A indústria madeira, já teve grande desenvolvimento na região, bastando lembrar que os antigos estaleiros de Cananéia eram alimentados com madeiras da região e que nessa cidade já funcionaram duas indústrias de fabricação de barris e tonéis. A serraria que opera em Pariquera-Açú de propriedade da Cia. Agro-Industrial Esteiro do Morro, trabalhava com madeiras cortadas nas matas que essa empresa tem, localizadas parte no município de Pariquera-Açú, parte em Cananéia.

Recentemente foi proibida a derruba de árvores no município de Cananéia, se encarregado as atividades madeireiras da empresa. be ainda assinalar a presença de uma pequena serraria em Cananéia que trabalha principalmente com madeira de caixeta extraída no Paraná que é, levada para São Carlos, onde se encontra localizada a “John Faber”.

Matas .....	71.100 ha	(6% da região)
Em fase de desmatamento .....	6.200 ha	

#### **Estabelecimentos industriais localizados em Cananéia**

Beneficiamento de peixe fresco .....	4
Padaria .....	2

Entrepasto de pesca .....	1
Fábrica de enlatamento de palmito .....	1
Serraria .....	1
Estaleiro de construção naval .....	1
<b>Estabelecimento industriais localizados em Iguape</b>	
Padaria .....	2
Beneficiamento de arroz .....	2
Oficina naval da EFS .....	1
Serraria de EFS .....	1
Oficina mecânica .....	1
Oficina de ferreiro .....	12
Salgas .....	17

## 7 – TURISMO

Embora o turismo seja encarado com um certo ceticismo como possível fator de desenvolvimento da região, merece estudo detalhado. Alegam alguns conhecedores da região que se trata de uma zona insalubre e, portanto, imprópria para turismo. O mangue ocupa uma área de 11.500 ha., ou seja, 8,5% de área total do município de Cananéia, enquanto que os banhados, vegetação baixa, ocupam 2.700ha. À primeira vista parece realmente que a zona não é recomendável para a prática de turismo, mas não é esse o resultado de nosso levantamento.

A malária, que infelicitava toda esta zona até a bem pouco tempo, desapareceu por completo da região, graças ao Serviço da Malária, organismo público de alta eficiência. Ainda hoje se manifesta, de tempos em tempos, um ou outro caso em Matinhos, Estado do Paraná. Recentemente o Serviço de Erradicação da Malária e Profilaxia da Doença de Chagas propôs à sua congênere federal, responsável pelo Estado do Paraná, que as zonas de roçado fossem entregues aos cuidados do nosso serviço estadual. Problemas de ordem administrativa impediram que a medida fosse tomada. A fixação do homem determina a alteração das condições do meio. Fenômeno semelhante se passou na Baixada Santista, que é hoje uma zona salubre <sup>(79)</sup>.

As zonas ribeirinhas ao sistema lagunar são formadas por solos de má qualidade para práticas agrícolas. Contudo um pouco adiante do manguezal e dos banhados o terreno apresenta configuração firme.

A zona é rica em caça, potencialidade rica em pesca, centenas de quilômetros podem ser navegados por embarcações de turismo conjugando o sistema lagunar com a bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape e, ao longo do mar, a ilha Comprida apresenta-se com a forma de uma belíssima praia ao longo de 70 quilômetros. Quem percorre a pé, e demoradamente todo o nosso Litoral Sul sabe quanto a aproveitar. A praia de Fora, na ilha Comprida não é mais que continuação das praias da Una, da Juréia e, por sua vez continua na ilha do Cardoso, onde a praia, mar e floresta se casam. Dificilmente o turista encontra uma zona com tantos atrativos naturais.

As condições atuais não permitem ainda a efetiva instalação humana na ilha Comprida por falta de transporte, água pura e rede sanitária. Cabe às apoderarem praticamente de todos os terrenos marinhos desde Iguape até a extremidade Sul da ilha Comprida a tarefa de preparar a zona para receber os primeiros moradores, em conjugação com os poderes públicos locais. A colaboração do Estado podia ser dada através da manutenção permanente do ‘ferry-boats’ e a extensão de energia elétrica até à ilha, enquanto que a Federação poderia dar prosseguimento à abertura da chamada estrada do litoral, pondo o Litoral Sul na trilha do turista que desce a serra.

Caberá às autoridades locais estabelecerem um plano diretor para o turismo, começando por legalizar a situação dos loteamentos que em sua maioria se encontram em situação irregular. A maioria não tem registro e apenas dois loteamentos tem plano aprovado. Tal anomalia poderia ser sanada se as prefeituras locais estudassem caso por caso e dessem garantias ao comprador de que o terreno em causa efetivamente existe. Deste modo conseguiriam atrair grande número de compadres. A par deste problema,

<sup>(79)</sup> Opinião do Prof. Ary França.

de ordem jurídica, é necessário estudar um plano de distribuição de energia, água e esgotos, o que poderia ser conseguido pela criação de uma cooperativa ou empresa de economia mista da qual fizessem parte os compradores de terrenos, os donos das empresas loteadoras e as prefeituras de Cananéia e Iguape.

O turismo “rico” também poderá ser tentado. Cananéia, e Iguape são servidas por dois campos de pouso que, com pequenas obras de manutenção estariam em condições de atender às necessidades locais. O campo de pouso de Cananéia tem duas pistas; uma de 1.280m x 100 e outra de 1.050m x 100m.

A abertura da barra e a construção do porto virão desenvolver a navegação e pesca esportiva em torno das 21 ilhas que pontilham essa zona do Litoral.

O que pode caçar na região:

Capivara, pato bravo, garça, mão pelada, nos banhados da região de Cananéia no canal de Ararapira e na ilha Comprida;

Coati, paca, cutia, macaco, onça parda, jaguatirica, cateto, tatu, jacutinga, uri, queixada, veado mateiro, inhabú, na serra do Itapitangui;

Paca e cateto, na ilha Comprida:

Cateto, queimada, coatis, jacu, tatu, veado mateiro, na serra da Juréia.

Além da caça de mato e de banhado a região é também rica em aves, principalmente nas regiões ribeirinhas à Ribeira de Iguape. A ilha do Cardoso, com o fim de defender esse verdadeiro museu da fauna brasileira, foi transformada em Parque Nacional.

O que pode pescar: Além de três tipos de camarão: tainha, corvina, caranha, robalo, pescada amarela, parati, caratinga, cação e mangona – junto à barra – e sardinha de “água doce” – muito gorda –. No Ribeira de Iguape encontramos cercas de 50 espécies<sup>(80)</sup>: tainha cascudo, lambaris, acará, linguado, robalo, trairão, traira, e a conhecida manjuba. No alto e médio Ribeira foram colocadas nas águas alguns milhares de trutas “arco iris”, há cerca de 7 anos. Inicialmente foram colocadas nos tributários do Ribeira de Iguape que não tinham peixes. Contudo as trutas foram abandonando esses rios e a agora estão subindo o Ribeira. Por falta de levantamento é impossível de momento saber qual cálculo referente a essa espécie, “Salmo-Iridens”, importada dos Estados Unidos. Aliás, o mesmo acontece com as tilápias – que comem as lavras de mosquito –, importadas e colocadas no Ribeira pela “Light”. Os rios entre Iguape e Peruíbe, Una da Aldeia, Una do Prelado, Guaraú são também muito piscosos.

A pesca, a caça, os passeios no mar, ou no sistema lagunar conjugado ao da bebida do Ribeira de Iguape – que permite a navegação desde Xiririca até Iguape e daqui até Paranaguá - são riquezas potenciais a aproveitar pelo turismo. Há ainda a conjugar estes fatores com outras belezas naturais da região, sobretudo com as já famosas do Alto Ribeira. Cananéia, Iguape, Guaraqueçaba – esta última já no Paraná – são cidades históricas, cheias de tradições e lendas do velho Brasil. Algumas ruas de Cananéia ainda hoje são cobertas de cassas de ostras retiradas criminosamente dos sambaquis, mas que nos faz recordar o Brasil pré-colonial. Só recentemente, e graças aos esforços do Dr. Paulo Duarte, os sambaquis passaram a ser protegidos. Até bem recentemente o material que forma os sambaquis – casas de ostra – serviu à construção civil, e, mais recentemente para fazer farinha. Apesar da proibição de destruir os sambaquis tivemos ocasião de verificar que alguns sambaquis, os casqueiros, como são conhecidos, localizados na zona do rio Una do Prelado, têm sido violados.

Iguape é um centro religioso. Anualmente ocorrem á cidade milhares de peregrinos para tomar parte nas festas do Senhor Bom Jesus de Iguape, imagem que se encontra guardada na Matriz. A imagem, conta a lenda, foi encontrada á beira mar, na ilha Comprida. De 27 de julho a 8 de agosto a cidade torna-se um verdadeiro mar humano, faltando instalações, hotéis e tudo mais. A arrecadação da Igreja durante o período das festas é superior ao orçamento da Prefeitura local. Em Cananéia a festa religiosa mais conhecida é a de Nossa Senhora dos Navegantes. Entretanto não tem tradição. Data do início do nosso século a sua comemoração. “No ano de 1909, assumia o cargo de vigário da Paróquia de Cananéia, o padre Angelo Le Marchant. Logo que aqui chegou, fez grande amizade com os seus novos paroquianos, principalmente com o senhor Ernesto Martins Simões, que, na ocasião era provedor da Irmandade do SS.

---

<sup>(80)</sup> – Carvalho, J. Paiva e Andrade Ramos- “Contrição para o para o conhecimento da fauna do rio Ribeira e Iguape” in Boletim da Industria Animal, vol. n° 2 São Paulo, 1941.



Sacramento, passando a residir em sua própria casa. Certo dia, conversando sobre as tradições religiosas locais, contou o padre que na Bretanha celebrava-se como tradição. A festa dos pescadores que consistia em uma procissão ao mar, na qual tomavam parte pescadores da região com os seus respectivos barcos. Nessa época, em Cananéia, realizavam-se apenas duas festividades religiosas por ano, sendo a principal de S. João Batista, padroeiro da paróquia. Foi assim que pelos dois senhores foi idealizada e introduzida mais uma festividade no calendário da cidade – a festa de Nossa Senhora dos Navegantes – cuja data escolhida foi de 15 de agosto, consagrada pela Igreja como da Assunção de Nossa Senhora. Nos primeiros anos a festa careceu de importância, porque além da falta de propaganda, havia também a de embarcações para a procissão marítima, principal atrativo das festividades. No ano de 1931, foi ela celebrada com grande pompa, porque coincidiu com as festividades do 4º centenário da cidade. (81)

Apenas três hotéis, dois dos quais de má qualidade, uma pensão, três restaurantes, atendem ao movimento turístico que, de imediato poderia aumentar se fosse colocado um “ferry-boat” entre Cananéia e a ilha Comprida.

Se o aproveitamento do projeto Terminal Pesqueiro de Cananéia e a implantação de parques de ostreicultura, siri, caranguejo e piscicultura em geral, são fatores cuja importância se deve medir pelos resultados econômico-financeiros ao nível regional e mesmo nacional, assim com pelos resultados sociais, ao nível regional, estes podem ainda contribuir para o desenvolvimento do turismo local se devidamente aproveitados. Comer uma sopa de peixe num restaurante do Terminal Pesqueiro, comprar ostras ou siri, paralelamente ao turismo residencial que, aos poucos já se começa a implantar na região de Porto Cubatão, onde numerosas casas de turistas (pesca, caça, esqui náutico), já se erguem junto ao mar de Cubatão são fatores que merecem ser devidamente estudados e projetados. Bastou o simples fato de se ter aberto em Cananéia um bom restaurante, no acesso à cidade depois do “ferry-boat”, dotado de alguns quartos com boas condições, para que nos fins de semana, possam ser registradas algumas dezenas de turistas. O mesmo ocorreu com a abertura do Hotel Municipal, empreendimento dotado de piscina e de embarcações de turismo aí colocados pela Vigamar, entidade que explora o referido hotel. Na ilha Comprida, em plena praia do Norte, junto às casas dos pescadores ergue-se um pequeno hotel de madeira, explorado por um ex-pescador que, entre outros atrativos, oferece aos hóspedes a possibilidade de fora das refeições normais, solicitarem o peixe que quiserem sem nada pagar. Na ilha Comprida, do lado de Iguape, já se registram 3 pequenos hotéis e o início de um pequeno balneário. Contudo a área que potencialmente oferece mais condições para o turismo é a ilha do Cardoso, agora transformada em Parque Nacional. A ilha deverá ser aproveitada para o turismo, desde que um sistema de proteção aos recursos naturais da fauna e da flora seja estabelecido.

O clima pode se situar entre o tropical úmido sem estiagem e o temperado quente sem estiagem, regulando a temperatura média anual à volta de 21,5°. Em Cananéia as chuvas atingem anualmente a média de 1947 mm., aumentando para o Sul. Em relação à agricultura é interessante estampar o estudo de Angelo Paes de Camargo. “Quando se faz balanço hídrico isto é, se comparam as marchas anuais das medidas pluviométricas mensais com as médias da evapotranspiração potencial (que representa precipitação teoricamente necessário), num processo contábil, verifica-se que no Litoral praticamente não aparecem períodos com deficiências hídricas. Por essa razão, as plantas, no Litoral, vegetam continuamente e se apresentam verdes o ano todo. Culturas como a do milho podem, assim, ser feitas praticamente em qualquer época do ano, no Litoral e no Vale do Ribeira, sem necessidade de irrigação. Não há estação seca na região a ser corrigida. Hortaliças de Inverno também encontram condições muito favoráveis no Litoral, pela quase ausência do problema das irrigações. Entreposto, outras plantas existem que nela encontram seu verdadeiro habitat e podem encontrar condições de cultura econômica praticamente unidas nesta parte do território brasileiro. Entre elas podem ser citados os chás, a mexerica, a banana de exportação, o cacaueteiro e certas especiarias, como o cravo da Índia, a pimenta do reino, etc., que poderão constituir grande fonte de renda agrícola para a região” (82).+

---

(81) Informações prestadas pelo senhor Frederico Trudes da Veiga.

(82) Camargo, Angelo Paes de – “Os aspectos do clima do litoral paulista”, in Suplemento Agrícola de “O Estado de São Paulo” de 28/12/64;

Nota: – O quadro completo compõe-se de 7 Tabelas: 1) jovens com motor; 2) velhos com motor; 3) somatório de 1 e 2; 4) jovens sem motor; 5) velhos sem motor; 6) somatório de 4 e 5; 7) somatório de 1 + 2 + 3 + 4. Estas Tabelas dão a distribuição total da área II e por setor (12). Esta distribuição que, por sua vez, determina o tipo de pesca no setor e, sócio-econômica. Com a

## 8 – PESCA

Peixes e moluscos capturados segundo o período; porcentagem de pesca em relação às espécies e ordem de produção, referente à pesca artesanal, no período anterior ao início da pesca “Industrial”.

Período de ocorrência das espécies, segundo a informação de pescadores profissionais:

	<b>Cananéia: mar de Fora</b>	<b>Pontal de Leste</b>	<b>Ilha Ararapira:</b>	<b>Icapara:</b>
Bagre	Ano todo, mais no Verão	idem	idem	Mais no verão (dezemb.)
Betara	Ano todo, mais no verão	idem	idem	idem
Bijupirá	Peixe de água doce	—	—	—
Cação	Ano todo	Mais verão	Mais verão (muito pouco)	Mais jan. fev. março
Caçonete	Ano todo	Mais verão	Todo ano (muito pouco)	
Corvina	Ano todo	Mais verão	Todo ano (muito pouco)	Ano todo mais set.
Camarão 7 barbas	Ano todo	Ano todo	Não dá	Ano todo
Camarão legítimo <sup>(83)</sup>	Ano todo	Ano todo	Jan. março	Set. – fev.
Camarão rosa	Longe da costeira (maio – agost.)	idem	—	—
Camarão Ferro	No mar manso	idem	Outubro (para isca)	—
Caranha	Ano todo	Mais verão	—	Ano todo
Enxova	Inverno	Inverno	—	Ano todo
Galo	Ano todo	Mais verão	Ano todo (pouco)	Ano todo
Garoupa	Ano todo	Mais verão	Ano todo (pouco)	—
Goete	Ano todo	Mais verão	—	Ano todo
Linguado	No todo	Ano todo	Ano todo (pouco)	Ano todo
Manjuba	Dezembro (pouco)	Dez. (pouco)	Out. Nov. Dez.	Set. a abril
Misturado	Ano todo	Ano todo	Ano todo (pouco)	Ano pouco
Miraguaia	Verão	Mais verão	Mais verão	Mais verão
Mero	Verão	—	Mais verão (pouco)	Mais verão
Parati	Ano todo	Mais verão	Ano todo	Ano todo
Pescada amarela	Mais verão	Mais verão	—	Mais verão: janeiro
Pescadinha	Mais verão	Mais verão	—	Mais no verão: jan. fev. e mar,
Pescada cambucu	Mais verão	Mais verão	—	Mais verão
Pescada branca	Mais verão	Mais verão	—	Mais verão: janeiro
Pescada olhuda	Mais verão	Mais verão	—	Mais verão
Pescada foguete	Ano todo	Mais verão	—	Ano todo
Piraginha	Inverno	—	—	Ano todo
Pregereba	Ano todo	Mais verão	Ano todo (pouco)	Dez. jan. fev.
Raia	Ano todo	Ano todo	Ano todo (pouco)	Ano todo: mais janeiro
Robalo	Mais verão	Mais verão	Mais verão (pouco)	Set. nov. jan. fev. março
Sardinha	Mais verão	Ano todo	Ano todo	Set. a fever.
Sargo	Ano todo	Mais verão	Ano todo	Ano todo: mais Jan. e fev.
Sororoca	Inverno	Inverno	Inverno	Ano todo
Tainha	Inverno	Inverno	Inverno	Inverno: maio –

introdução de centro, o pescador “liberta-se do meio”, daí a divisão por setores passa a ter menor importância em favor da distribuição entre quem tem motor de centro e quem não tem.

<sup>(83)</sup> Março a 15 de setembro.

				Junho
Tortinha	Mais verão	Mais verão	—	—
Viola	Ano todo	Mais verão	Ano todo (pouco)	Ano todo
Xareu	Mais verão	Mais verão	Mais verão	Set. a Dezemb.
Xerelete	Mais verão	Mais verão	Mais verão (muita)	Set. a Dezemb.
Caranguejo	Nov. – Dez.	Nov. – Dez.	Nov. – Dez.	Ano todo
Lagosta	Verão (muito pouco)	—	—	—
Ostra	Ano todo	—	Ano todo (pouca)	Ano todo (pouca)
Siri	Ano todo	Ano todo	Ano todo (pouco)	Ano todo

#### Calendário de Pesca:

(Espécies que caracterizam os períodos)

Tempo frio – Tainha (maio – junho – julho);

Tempo quente – pescada Amarela (janeiro – fevereiro – março – ½ abril)

#### Espécies mais freqüentes:

##### 1. Em Iguape:

- Manjuba (out. nov. – dez. – jan. – fev. – março)

##### 2. Em Cananéia:

- Camarão legítimo <sup>(84)</sup> (março a 15 de setembro) ano todo;
- camarão ferro <sup>(85)</sup> (difícil de determinar) ano todo;
- camarão sete-barbas <sup>(86)</sup> (sempre) ano todo;
- camarão rosa <sup>(87)</sup> (maio – junho – julho e agosto).

Em Cananéia o camarão é mais abundante entre os meses de maio e julho, embora atualmente seja pescado o ano todo. Antigamente – antes da liberação de sua pesca (o que nos parece condenável) era pescado de abril a setembro.

#### Moluscos e crustáceos:

- Siri – ano todo;
- lagosta – muito pouco no verão;
- ostra – ano todo;
- caranguejo – novembro – dezembro.

Convém, contudo, pôr em destaque algumas particularidades.

#### Moluscos e crustáceos:

- OSTRAS – A coleta da ostra é feita apenas por um dado grupo de “pescadores”, enquanto que os chamados “pescadores profissionais” não participam da coleta, pois não é interessante em termos de rendimento para estes, o mesmo já não ocorre em relação ao siri e ao caranguejo, espécies que se capturam principalmente na mudança de lua, em grande quantidade e sem grande trabalho. O siri, 1965 aparecia em 2º lugar de produção e em 1º de freqüência de captura (12º do índice geral) e o caranguejo em 3º lugar de produção e 2º de freqüência de captura (22º do índice geral). O siri é capturado no ano todo, enquanto que o caranguejo é capturado principalmente em novembro e dezembro. A ostra, por sua vez, em relação à

<sup>(84)</sup> É o mais freqüente em Cananéia e de bom valor comercial; no Pontal, ilha do Cardoso, aparece mais de janeiro a março;

<sup>(85)</sup> Deteriora-se com muita facilidade, de menos valor comercial;

<sup>(86)</sup> De menor valor comercial;

<sup>(87)</sup> Só aparece ao largo da costa, de bom valor comercial;

Nota: Registra-se uma certa disparidade entre o calendário de pesca e a captura real das espécies o que, entre outros fatores, se deve às oscilações do mercado.

coleta, depende muito do consumo, que é maior no tempo quente. Enquanto as cheias se fazem sentir, o teor de salinidade das águas disse e além de outras conseqüências, o gosto da ostra altera-se e os bons conhecedores não a comem nesse período. Quanto à lagosta, que aparece em 4º lugar na produção e na captura (43º no índice geral), é esporádica. Apenas alguns exemplares são capturados ao largo da costa.

A captura do caranguejo e do siri é feita em toda a zona lagunar.

- Camarão sete-barbas – é pescado o ano todo;
- Camarão legítimo – é capturado o ano todo, o que é um dos males apontados, como causador do seu desaparecimento; os pescadores locais reclamam que passe a ser novamente proibida a sua pesca fora do período de 1º de março a 15 de setembro;
- Camarão rosa – capturado, por barcos, longe da costa;
- Camarão ferro – sem grande valor comercial, pois é facilmente deteriorável; é utilizado muito como isca.

O camarão mais capturado na região até 1965 era o legítimo, que aparecia em 12º da ordem de captura e em 4º na frequência geral de pesca. Atualmente deu lugar ao camarão sete-barbas que, em 1970 apareceu em 1º lugar e o legítimo em 4º, mas com uma enorme diferença. Contudo a captura, não é só do legítimo, como duas outras espécies (exceto o rosa) é muito maior ficando certamente entre os primeiros lugares das espécies capturadas. O que ocorre é que o camarão – em boa parte – não passava pelo Entrepósito de Pesca (em porcentagem muito maior que as outras espécies, que em parte também escapam às estatísticas), daí parte da disposição registrada.

Peixes:

- Sardinha – Aparecia em 3º lugar de captura e em 12º de frequência de pesca (44%). Sua produção é ainda maior e, a maior parte da captura, deve-se não a pescadores locais – os entrevistados – mas a pequenos barcos sardinheiros de Iguape que operam no mar de Cananéia, mar de Cubatão e mar Pequeno. A sardinha é lavada diretamente para Iguape ou para São Paulo (japoneses – que operam com barco próprio) e não é registrada em Cananéia. Por isso é que não aparece registrada em 1970. Temos a registrar dois tipos principais de sardinha, que caracterizam as épocas.
- Cação – Aparecia em 1º lugar entre as espécies pescadas e 15º e 5º em frequência da captura respectivamente entre todos os entrevistados e os que são proprietários de canoa a motor. Em 1970 passou para o 2º lugar. Ocorre que uma boa parte desta espécie de pescado é capturada pelos barcos pesqueiros que operam em Cananéia e pelo barco de pesquisa (pequeno) do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – Base de Cananéia.

## **Conclusão**

O calendário estampado deve-se a um levantamento de natureza empírica e a uma pesquisa com boa significação estatística – (embora varie de setor a setor e de grupo para grupo). Contudo um levantamento que nos dê com precisão os tipos de pescado, segundo a sua variação quantitativa ao longo dos 12 meses do ano, só poderá ser levado a cabo pelo Navio-Base do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. De qualquer forma os dados que dispomos são indicativos.

É curioso salientar que as espécies típicas do tempo frio: Enxova, Pirangica, Sororoca e Tainha, praticamente só foram registradas nesse período, com exceção da Piratinga, cujo ciclo se alonga um pouco. Contudo em relação aos pescadores com canoa motorizada, a Pirangica é capturada principalmente no tempo frio. Apenas 8,5 dos entrevistados do grupo b admite ter pescado essa espécie fora de tempo.

Quanto aos peixes de tempo, quente, o quadro é um pouco diferente, pois ocorrem, em boa parte dos casos, o ano todo, embora a captura se acentue no verão, período em que aparece maior quantidade e plenamente desenvolvidos.

**9 – Estatísticas: Pescadores, Pesquisa, Embarcações, etc.**

TABELA N° 1

Número de Pescadores em Cananéia, Iguape e Registro <sup>(88)</sup>.

Município	Anos	Número de Pescadores		
		Total	Colonizados	Não colonizados
Cananéia	1960	633	332	301
	1961		334	
Iguape	1960	2.400	573	1.820
	1961		580	
Registro	1960	268	268	—
	1961		269	
Estado	1950	5.052		
	1955	10.594		
	1960	12.882	4.701	8.181
	1961	12.656	4.353	8.303

---

<sup>(88)</sup> Inspetoria Regional do IBGE em São Paulo.

**TABELA N° 2**  
**Número de Pescadores por Municípios <sup>(89)</sup>**

Municípios	Total por Municípios	Pescadores matriculados na Colônia			Pescadores profissionais não filiados às Colônias		
		Total	Menores com menos de 18 anos	Adultos com 18 anos e mais	Total	Menores com menores de 18 anos	Adultos com 18 anos e mais
Cananéia	713	361	16	345	352	82	270
Iguape	2.705	690	175	515	2.015	70	1.945
Registro	357	357	56	301	—	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>3.775</b>	<b>1.408</b>	<b>247</b>	<b>1.161</b>	<b>2.367</b>	<b>152</b>	<b>2.215</b>

<sup>(89)</sup> Agências Municipais de Estatística e colônias de pesca. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

### Colônias de Pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo

<b>Nomes</b>	<b>Zonas</b>	<b>Localidades</b>
“José Anchieta”	Z – 12	Itanhaém
“Júlio da Conceição”	Z – 5	Peruíbe
“Veiga Miranda”	Z – 7	Iguape
“Bandeirantes”	Z – 9	Cananéia
“Sílvio Noronha”		Registro

As colônias de pescadores, entidade de proteção aos homens do mar, na verdade nunca tiveram grande êxito, pois da forma em que foram estruturadas estavam fadadas a ter uma posição secundária. Praticamente sem fundos e vivendo de uma cotização mínima, não tinham condições para atender aos seus objetivos. No anteprojeto do Código de Pesca lê-se “A organização dos pescadores em colônias não deu nem de longe os resultados esperados, por razões várias, entre as quais sobressai a falta de assistência técnica e financeira do governo a esses núcleos e o caráter paternalista a ela atribuído” (91). O anteprojeto previa, e seu artigo 10, a formação de cooperativas de pesca nos núcleos pesqueiros, princípios que não foi mantido no Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967 e que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e que dá outras providências. Ao invés da extinção das colônias de pescadores e criação de cooperativas, aquelas foram mantidas pelo diploma legal, através do Artigo 94 – “As Colônias de Pescadores, as Federações e a Confederação Nacional dos Pescadores, serão reorganizadas e as suas atividades regulamentadas por Alto do Poder Executivo”. Em seu parágrafo único prevê-se que as Colônias possam receber subsídios através das verbas da SUDEPE. No Artigo 96, que trata da revenda de equipamentos e da concessão de empréstimos, a para dos pescadores individualmente e das Colônias de Pescadores está previsto o empréstimo às Cooperativas de Pescadores, entidades que o Poder Público, segundo o item a do artigo 91 deverá estimular e criar nos núcleos de pesca ou junto às atuais Colônias de Pescadores. Assim as Colônias de Pescadores permanecem entidades de tipo profissional e assistencial. Por seu turno a matrícula, que cabe às Capitânicas dos Portos do Ministério da Marinha, só pode ser obtida, de acordo com o disposto no Artigo 28 com “autorização prévia da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca” ou de órgão com delegação de poderes.

Esta medida coloca praticamente nas mãos da SUDEPE a atribuição ou não da categoria profissional de pescador. O Decreto-lei apresenta uma novidade que é de prever a possibilidade de que o maior de 14 anos e com menos de 18, poderá embarcar como aprendiz de pesca, desde que devidamente autorizado pelo juiz competente, § 2º do Artigo 27. Os efeitos desta medida são muito importantes, pois possibilita a criação de uma verdadeira escola de pesca, a tende a um problema social e facilita a preparação de mão de obra.

No plano real a SUDEPE não vem dando maior atenção à pesca artesanal que, progressivamente, vem perdendo terreno para a pesca industrial, área aonde a autarquia vem dando toda a sua atenção e aboio. A falta de aboio à pesca artesanal já se vislumbra na pouca clareza com que é tratada nos textos legais. Na prática resulta com se estivesse ganhando tempo. Não se extinguem as Colônias de Pescadores, mas estas ficam aguardando por reorganização, enquanto que algumas áreas do litoral brasileiro, principalmente aquelas que mais têm recebido em termos de incentivos de pesca, ou seja, o Centro Sul, se caminha para o desaparecimento da pesca artesanal, encaminhando-se para uma profissionalização que, certamente, levará à criação de um sindicato de categoria profissional.

O levantamento permite-nos adiantar que o problema da mão de obra na pesca deve ser encarado de dois pontos de vista. Alquiles que classificamos como profissionais ou que poderiam ser aproveitados na pesca, de alto mar, constituem um contingente de mão de obra potencial a ser utilizado, uma vez que a pesca se desenvolva. Os pescadores-caiçaras, que são a maioria, não podem ser levados em conta com mão de obra profissional potencial. Estes, com o advento de novas técnicas pesqueiras estão condenados a desaparecer, uma vez que dificilmente poderão competir com a produção dos barcos pesqueiros. Daí a recomendação de que uma boa parte deste contingente humano deverá ser encaminhada para piscicultura e ostreicultura.

<sup>(91)</sup> Diário Oficial nº 67 de 8 de Abril de 1965, Ministério da Agricultura.

**TABELA N° 3****População referente da Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo <sup>(90)</sup>**

CENTROS	1961				1964				1968				1970			
	População total	Pop. Dependente da pesca	% sobre total	N° de pescadores	População total	População dependente da pesca	% sobre total	N° de pescadores	População total	População dependente da pesca	% sobre total	N° de pescadores	População total	População dependente da pesca	% sobre total	N° de pescadores
1 IGUAPE	15.797	9.600	60,1	2.400	16.832	10.820	64,2	2.705	18.332	9.000	49,1	2.250	19.124	8.000	41,8	2.000
2 CANANÉIA	6.841	1.932	28,2	633	6.603	2.142	32,4	713	6.255	2.444	39,0	611	5.433	2.480	45,6	620
TOTAL	22.638	11.532	50,9	3.033	23.435	12.962	55,3	3.418	24.587	11.444	58,7	2.861	24.557	10.480	42,7	2.620

<sup>(90)</sup> Diegues, Antonio Carlos – A Pesca no vale do ribeira, SUDELPA, São Paulo, 1971.



**Populações do Litoral S.V.L. DO ESTADO DE SÃO PAULO Distribuição Amostral (só pescadores) <sup>(92)</sup>**

**TABELA Nº 4**

ZONA	SETOR	Nº DE PESCADORES	ENTREVISTAS, HISTÓRIAS DE VIDA E QUESTIONÁRIO APLICADOS										A <sup>(94)</sup>	B <sup>(95)</sup>	
			1964		1963		1967		1968		1969				Total
			Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%			
A ZONA DO LITORAL DO ITANHAEM	1. Praia Grande	9	—	—	2	22,0	—	—	4	44,5	—	—	—	—	
	1. Manganguá	10	—	—	1	10,0	—	—	2	20,0	—	—	—	—	
	1. Itanhaém	125	—	—	12	9,5	—	—	14	11,0	—	—	—	—	
	1.2 (Itanhaém rio)	100 <sup>(93)</sup>	—	—	—	—	—	—	5	5,0	—	—	—	—	
	1. Peruíbe	80	—	—	4	5,0	—	—	14	17,5	—	—	—	—	
Total	.....	224	—	—	19	8,4	—	—	39	17,5	—	—	58	58	
A ZONA DO LITORAL DE UNA	1. Vila de Unas	20	—	—	—	—	—	—	3	15,0	—	—	—	—	
	1. a. Praia de Una	2	—	—	—	—	—	—	2	100,0	—	—	—	—	
	1. Porto do Prelado	2	—	—	—	—	—	—	2	200,0	—	—	—	—	
Total	.....	24	—	—	—	—	—	—	7	29,0	—	—	7	7	

<sup>(92)</sup> “Pescadores” – todos aqueles que pescam como meio principal de vida, independente de ter só essa função; <sup>(97)</sup> Des 83, 63 são questionários e construímos 56 tabelas.

<sup>(93)</sup> Número que não entre nos somatórios;

<sup>(94)</sup> Total sem repetição de amostra;

<sup>(95)</sup> Total com repetição de indivíduos já entrevistados em fase anterior, Cananéia 1967, 83 e 1969, 51 casos;

<sup>(96)</sup> Des 83, 60 são questionários e elaboramos 108 tabelas;

<sup>(97)</sup> Des 83, 63 são questionários e construímos 56 tabelas. Os entrevistados estão divididos em quatro grupos: jovens e velhos com embarcação om motor de centro e jovens e velhos sem motor de centro (pode ter embarcação, mas sem motor);

<sup>(98)</sup> Todos os 27 (21 ou 67 a 6 em 68) questionários, foram aproveitados e construídos 114 tabelas;

<sup>(99)</sup> Des 65, 53 são questionários e construídos 33 tabelas.

	1. Iguape, cidade Rocio	355	—	—	—	—	—	—	15	6,8	—	—	—	—
	2. Iguape Pontal	70	—	—	—	—	—	—	13	10,0	—	—	—	—
	3. Iguape Icapara	120	—	—	—	—	—	—	17	10,8	—	—	—	—
	4. Iguape — Estaleiro e <b>Jurumirica</b>	53	—	—	—	—	—	—	5	4,0	—	—	—	—
	5. Iguape Tombo das Águas – Continente, e Iguape – Barra do Icapara, Ilha Comprida	150	—	—	—	—	—	—	20	16,0	—	—	—	—
	.....	<b>730</b>	—	—	—	—	—	—	70	9,3	—	—	70	70
	.....													
C ZONA LAGUNAR – IGUAPE CANANÉIA	1. Carijo, Icaraú e Rocio (cidade)	230	10	4,5	30	13,0	31	13,5	—	—	20	8,6	—	—
	2. Prainha	20	1	5,0	4	20,0	3	13,0	—	—	2	20,0	—	—
	3. Guaraparis	15	—	—	4	26,5	4	26,5	—	—	2	13,0	—	—
	4. São Paulo, Guaxixi e Pissarro	25	1	1	6	24,0	8	32,0	—	—	4	16,0	—	—
	5. Ponta de Aroeira	20	—	—	3	15,0	4	20,0	—	—	4	20,0	—	—
	6. Estaleiro	30	—	—	4	13,5	4	13,5	—	—	2	6,5	—	—
	7. Pedrinhas	50	2	4,0	6	12,0	6	12,0	—	—	5	10,0	—	—
	8. Pedrinhas ? Morretinho	30	—	—	4	13,5	2	6,5	—	—	2	6,5	—	—
	9. Trincheira Moreninho	15	—	—	2	13,0	5	33,0	—	—	3	20,0	—	—
	10. Mar de Fora (Praia do Monte)	30	1	3,0	13	43,0	8	26,5	—	—	4	15,0	—	—
	11. Cubatão	25	—	—	3	12,0	3	12,0	—	—	5	12,0	—	—
	12. Restante do município	51	—	—	4	7,8	5	10,0	—	—	—	—	—	—
	.....	541	35	2,8	83 <sup>(96)</sup>	<b>13,3</b>	83 <sup>(97)</sup>	15,6	—	—	51	9,4	98	232
.....														
	1. Estrada da Barra — Andradas	5	—	—	2	40,0	4	80,0	—	—	—	—	—	—
	2. Andradas — Marujá	7	—	—	1	14,2	2	28,5	—	—	—	—	—	—
	3. Marujá	7	—	—	4	57,0	3	42,8	—	—	—	—	—	—
	4. Enseada da Baleia e Pontal Leste	29	—	—	—	—	4	14,0	—	—	—	—	—	—
	5. Lago, Pele e Camboriá	10	—	—	—	—	3	30,0	6	60,0	—	—	—	—
	6. Ipanema e Itacurussá	10	—	—	—	—	3	30,0	—	—	—	—	—	—
	7. Itacurussá — Barra	2	—	—	—	—	2	100,0	—	—	—	—	—	—
.....	70	—	—	7	10,0	21 <sup>(98)</sup>	30,0	6 <sup>(98)</sup>	8,5	—	—	34	34	
.....														

TOTAL GERAL (ZONA C) .....		1,361	25	1,1	90	6,6	104	7,8	76	5,5	51	3,7	202		336
D BAÍA PARANAGUÁ	1. Estirão do Ararapira	10	—	—	—	—	3	30,0	3	30,0	—	—	—	—	—
	2. Ararapira	30	—	—	4	13,5	4	13,5	4	13,5	—	—	—	—	—
	3. Vila Fátima	33	—	—	—	—	1	2,9	3	8,5	—	—	—	—	—
	4. Tibicanga	45	—	—	—	—	—	—	5	11,0	—	—	—	—	—
	5. Guaraqueçaba	150	—	—	—	—	—	—	10	6,5	—	—	—	—	—
	6. Superangui	109	—	—	—	—	—	—	—	—	9	9,0	—	—	—
	7. Ilha de Peças	150	—	—	—	—	—	—	—	—	9	6,0	—	—	—
	8. Ilha do Mel	75	—	—	—	—	—	—	—	—	10	13,5	—	—	—
	.....	595	—	—	4	0,6	8	1,3	25	4,2	28	4,6	65 <sup>(99)</sup>	—	—
TOTAL GERAL GLOBAL		2.204	13	0,6	113	5,0	112	5,0	147	6,6	79	5,5	332		466
.....															
.....															

## UM ESTUDO DE SOCIOLOGIA DIFERENCIAL - TABELA N° 5 Pescadores

LOCAL	COLONIZADOS	Que pagam quota <sup>(109)</sup>	Não Colonizados	Total <sup>(104)(110)</sup>	Verdadeiros profissionais	
					<sup>(107)</sup> Total	<sup>(112)</sup> %
Praia Grande (1968)	5	5	4	9	5	55,5
Mongaguá (1968)	2	1	8	19	2	20,0
Itanhaém (1968)	45	15	80	125	25	20,0
“ ? rio” <sup>(100) (108)</sup>	—	—	—	100	—	—
Peruibe (1968) <sup>(100)</sup>	65	25	25	80	20	25,0
Vila de Una (1968)	6	4	34	20	6	30,0
Praia de Una (1968)	—	—	2	2	1	50,0
Vila do Prelado (1968)	—	—	2	2	—	—
Iguape (1968)	200 (MANJUBEIROS: 1.500 EM 1967) <sup>(105)</sup>	40 <sup>(100)</sup>	350 <sup>(100)</sup>	750 <sup>(100)</sup>	60 <sup>(101)</sup>	8,0
Cananéia <sup>(102)</sup>	311 (3965)	90 (1965)	300 (1965)	611 (1965)	60 (1965)	9,8
—	311 (1965)	10 (1968)	300 (1965)	611 (1968)	80 (1967)	13,0
Cananéia <sup>(103)</sup>	301 (1965)	84 (1965)	240 (1965)	541 (1965)	150 (1970)	24,0
“ ”	301 (1968)	9 (1968)	249 (1968)	541 (1968)	80 (1967)	15,0
Ilha do Cardoso	10 (1965)	3 (1965)	60 (1965)	410 (1970)	100 (1968)	18,5
“ ”	10 (1968)	2 (1968)	60 (1968)	70 (1965)	—	—
“ ”	—	—	—	70 (1968)	10 (1968)	14,0
<b>TOTAL GERAL (68)</b>	<b>634 — 59,0 %</b>	<b>200</b>	<b>975 — 60,5%</b>	<b>1609</b>	<b>229</b>	<b>14,0</b>

### PESCADORES QUE PODEM VIR A PESCAR NO ALTO MAR

<sup>(100)</sup> Número aproximado; 256 são “mestres de redes”, normalmente trabalham com 2 companheiros;

<sup>(102)</sup> ? a ilha do Cardoso; Toda a área lagunar de Cananéia;

<sup>(103)</sup> ? Cananéia e Ilha Comprida, excluída a ilha do Cardoso;

<sup>(104)</sup> excluído a Zona B;

<sup>(105)</sup> expectativa aproximada; os “manjubeiros”, isto é, os que apenas pescam no período da manjuba não foram ?;

<sup>(106)</sup> os chamados “pescadores de rio”, em Itanhaém, não podem ser considerados pescadores, não foram comparados;

<sup>(109)</sup> pescadores de Iguape-Cananéia inscritos como contribuidores de INPS, (informação de agente do INPS, em Registro, 1968)

<sup>(111)</sup> informações obtidas em Colônias de Pescadores;

<sup>(110)</sup> Inscritos como pescadores: Capitania de Santos – 7-024 Sub Capitánias de Iguape, 1.1731 (este número se aproxima de nosso cálculo: 1.361, total de “pescadores na Zona lagunar de Iguape-Cananéia)

Sub Capitania de São Sebastião .....2.959

11.714

Segundo o cálculo do encarregado do Serviço de Matrícula de Capitania de Santos, destes, menos de 70% se encontram com a situação não regularizada, o que baixa o número de pescadores” em situação regularizando, no Litoral Paulista para:

Capitania de Santos – 2.100

Sub Capitania de Iguape: – 510

Sub Capitania de São Sebastião – 900

Total – 3.510

Este número pode variar em razão de recente Portaria da SUDEPE não permitindo a matrícula como pescador sem que o candidato tenha feito prova de ter como atividade principal e pesca; a partir dessa ordem as Capitánias e Sub-Capitánias só podem registrar como pescadores os que obtiverem o “visto” as SUDEPE. Como essa medida foi divulgada antes de ser posta em prática é natural que muitos “pescadores” em situação irregular tenham ocorrido às Sub-Capitánias para regularizar a sua matrícula, que não sendo visada anualmente, perde a validade ao fim de 3 anos.

Outras funções registradas na Sub-Capitania de Iguape:

Estivadores .....	2
Práticos .....	2
Arrais .....	7
Marinheiro .....	34
Moços .....	154
Carpinteiro Naval .....	8
Motoristas .....	17
Fogueiro .....	2
Outras profissões .....	7
<b>Total .....</b>	<b>233</b>

TABELA N° 6

LOCAL	Pescadores que podem vir a pesca no alto mar					
	Imediatamente <sup>(107)</sup> a curto prazo <sup>(112)</sup>					
	Total	%	Total	%	Total	%
Praia Grande (1968)	3	33,5	2 (1968)	22,0	5	55,5
Mongaguá (1968)	—	—	1 (1968)	10,0	1	10,0
Itanhaém (1968)	20	16,0	5 (1968)	4,0	25	20,0
“do rio” <sup>(100)</sup> <sup>(108)</sup>	—	—	— (1968)	—	—	--
Peruíbe (1968) <sup>(100)</sup>	10	12,5	8 (1968)	10,0	18	22,5
Vila de Una (1968)	4	20,0	2 (1968)	10,0	6	30,0
Praia de Una (1968)	—	—	—	—	—	—
Vila do Prelado (1968)	—	—	—	—	—	—
Iguape <sup>(100)</sup> (1968)	60 <sup>(101)</sup>	8,0	150 (1968)	20,0	210 <sup>(101)</sup>	28,0
Cananéia <sup>(102)</sup>	30 (1965)	5,0	100 1965)	16,5	130 (1965)	21,5
“ “	40 (1967)	6,5	100 (1967)	16,5	140 (1967)	23,0
Cananéia <sup>(103)</sup>	40 (1967)	7,5	40 (1967)	18,5	140 (1968)	26,0
“ “	60 (1968)	11,0	60 (1968)	18,5	160 (1968)	29,5
Ilha do Cardoso	—	—	—	—	<sup>(106)</sup>	—
” “	5	7,0	10 (1968)	14,0	—	21,0
					15	
TOTAL GERAL (68)	162	10,0	278	17,0	440	27,5

<sup>(101)</sup> Informação ao encarregado do Entrepósito de Pesca de Iguape;

<sup>(106)</sup> Os pescadores com família, de Cananéia, deslocaram-se para Santos onde pescam como embarcadores;

<sup>(107)</sup> Estimativa aproximada;

<sup>(112)</sup> Informações das Colônias de Pescadores, contada com pessoas do meio ligadas à pesca e, posteriormente por não ? no campo; considera-se “verdadeiro profissional” o pescador que além de só viver de pesca já é portador de uma certa tecnologia além de, e principalmente, pescar com uma certa frequência no mar aberto ou, pelo menos, junto à barra; o cálculo relativo ao item Que podem vir a pescar no alto mar foi realizado segundo o mesmo critério, mas os resultados indicado na coluna imediatamente, refletem um critério semelhante.

POPULAÇÕES DO LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO – UM ESTUDO DE SOCIOLOGIA DIFERENCIAL – EMBARCACÕES DE PESCA A MOTOR

TABELA Nº 7

TIPODE CÁNOAS, de Motor tipo- Motor tipo-	LOCAL								
	Praia Grande	Mongaguá	Itanhaém (68)	Pe	Iguap	Cananéia	PARANA		TOTAL
Motor de	5	—	20	6	30	35 em 1967	53 <sup>(120)</sup>	72 <sup>(119)</sup>	108-233 <sup>(117)</sup>
Motor tipo-	—	—	—	—	150	3 (1967/68/70)	10	16	253-278 <sup>(117)</sup>
TOTAL	5	—	20	6 <sup>(113)</sup>	180	38 em 1967	63	88	361-511 <sup>(117)</sup>
BARCOS, Motor à óleo ?									
10 h.P.	—	—	—	2	—	—	—	—	2
15 h.P.	—	—	1	—	—	—	—	—	1
20 h.P.	—	—	—	—	2	—	—	—	2
25 h.P.	—	—	2	—	—	—	—	—	2
39 h.P.	—	—	—	—	1	2	—	—	3
50 h.P.	—	—	—	—	—	2	—	—	2
52 h.P.	—	—	—	—	1	—	—	—	1
TOTAL	—	—	3	2	4	4 (68) 96 <sup>(119)</sup>	— <sup>(121)</sup>	—	13 (95 em

<sup>(113)</sup> Iguape – Informação da Sub –Capitania dos Portos de Iguape :

Embarcações inscritas na Pesca	Tonelagem Bruta	
1965 –	84	0
1966 –	56	
1967 –	10	

Os industriais de manjuba estão substituindo os motores de borba por motores de centro, desde o início de 1970 foram vendidos cerca de 65 motores de centro.

<sup>(114)</sup> incluindo a ilha do Cardoso;

<sup>(115)</sup> Não inclui o barco da Base Oceanográfica do Instituto da Universidade de São Paulo; inclui os 2 barcos da Companhia Oceânica – tipo japonês – que, essa empresa ora utilizava na pesca, ora no transporte de ostra de Paranaguá para Cananéia; inclui 2 barcos que a “Vigorelli” explora diretamente na pesca e não os que constrói; não se incluem os barcos destinados ao transporte do palmito de Paranaguá para Cananéia;

<sup>(116)</sup> 1963: canoas com motor de centro	–	2
1965: canoas com motor de centro	–	11
canoas com motor de popa	–	3
		14
1967: canoas com motor de centro	–	35
canoas com motor de popa	–	3
		38
1968: canoas com motor de centro –		47
canoas com motor de popa –		3
		50
1970 canoas com motor de centro: –		49
canoas com motor de popa –		3
		52

<sup>(117)</sup> Com o Paraná – (Área I e Área II);

<sup>(118)</sup> Das quais: 6 baleeiras e 1 bote;

<sup>(119)</sup> Grande parte dessa embarcações ficam na área no período da pesca do camarão, principalmente, em 1970, 37 pescaram em Cananéia por mais de três meses.

<sup>(120)</sup> Das quais: 2 baleeiras.

<sup>(121)</sup> Não involvimos Paranaguá

**TABELA 8****POPULAÇÃO DO LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO — UM ESTUDO  
DE SOCIOLOGIA DIFERENCIA****ARRASTÃO DE PRAIA**

<b>LOCAL</b>	<b>1964</b>	<b>1965</b>	<b>1967</b>	<b>1968</b>	<b>1969</b>
Mongaguá	2	2	2	1	1
Itanhaém	2	1	—	1	—
Cananéia	—	—	1 <sup>(122)</sup>	—	—
Pontal – Iguape	2	2	2	2	2
Pedrinhas	1	1	—	—	—
Pontal (Ilha do Cardoso)	1	1	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

---

<sup>(122)</sup> Experiência do técnico da forma Oceânica de Pescas; apenas funcionou alguns meses em 1967.

**Pescadores que entregam pescado no Entrepósito de Cananéia, segundo localização das vilas – 1970**

**Tabela nº 9**

VILA DE PESCADORES	Nº de pescadores	Tecnologia					Média de meses de captura/ ano	Produção med/mensal Kgs	Valor da produção méd/mensal Cr\$
		c/motor	%	s/motor	%	cercos			
<b><u>ILHA DE CANANÉIA</u></b>									
1.1 Cananéia	6	2	33,0	4	77,0	2	1,5	249,0	259,00
1.2 Carijo	28	3	10,7	25	89,3	4	3,5	95,0	80,00
1.3 Cubatão	4	0	0,0	4	100,0	0	1,0	80,5	155,50
1.4 Estaleiro	3	1	33,3	2	66,7	1	2,0	18,5	26,30
1.5 Guaxixi	10	1	10,0	9	90,0	1	3,0	80,0	110,00
1.6 Prainha	21	0	0,0	21	100,0	0	4,5	59,0	82,00
1.7 Rocio	20	2	10,0	18	90,0	7	3,5	112,5	145,00
1.8 São Paulo	25	2	8,0	23	92,0	1	3,0	47,5	70,00
Sub-total	117	11	9,4	106	91,6	16	2,5	90,0	115,0
<b>ILHA DO CARDOSO</b>									
2.1 Andradas	19	2	10,0	17	90,0	14	4,5	60,0	55,0
2.2 Camboriú	13	4	30,7	9	69,3	0	4,0	140,0	180,0
2.3 Pereirinha	3	2	70,0	1	30,0	3	5,0	256,0	267,0
Sub-total	35	8	22,8	27	77,2	17	4,5	167,0	167,0
<b>ILHA COMPRIDA</b>									
3.1 Boa Vista	10	0	0,0	10	100,0	0	2,0	34,0	37,00
3.2 Praia do Norte	11	6	54,5	5	45,5	0	4,0	75,0	66,00
3.3 Morretinho	21	8	38,0	13	62,0	17	5,0	220,0	203,00
3.4 Pedrinhas	9	3	33,0	6	66,7	1	1,5	70,0	90,0
Sub-total	51	17	33,3	34	67,7	18	3,0	99,7	99,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>203</b>	<b>36</b>	<b>18,0</b>	<b>167</b>	<b>72,0</b>	<b>51</b>	<b>3,5</b>	<b>107,0</b>	<b>119,5</b>



**Pescadores que entregam pescado no Entrepósito de Cananéia, que pescam no estuário mar de fora Ano –1970**

**Tabela nº 10**

VILA DE PESCADORES	Nº de pescadores	Tecnologia					Média de meses de captura/ ano	Produção med/mensal Kgs	Valor da produção méd/mensal Cr\$
		c/motor	%	s/motor	%	cercos			
1. MAR DE FORA									
1.1 Paria do Norte	11	6	54.5	5	45.5	0	4.0	75.0	66.00
1.2 Morretinho	21	8	38.0	13	62.0	17	5.0	220.0	203.00
1.3 Camboriú	13	4	30.7	9	69.3	0	4.0	140.0	180.00
Sub-total	45	18	40.0	27	60.0	17	4,5	145,0	149,50
2. MAR DE DENTRO									
2.1 Cananéia	6	2	33.0	4	77.0	2	1.5	249.0	259.00
2.2 Carijo	28	3	10.7	25	89.3	4	3.5	95.0	80.00
2.3 Cubatão	4	0	0.0	4	100.0	0	1.0	80.5	155.50
2.4 Estaleiro	3	1	33.3	2	66.7	1	2.0	18.5	26.30
2.5 Estaleiro	10	1	10.0	9	90.0	1	3.0	80.0	110.00
2.5 Guaxixi	21	0	0.0	21	100.0	0	4.5	59.0	82.00
2.6 Prainha	20	2	10.0	18	90.0	7	3.5	112.5	145.00
2.7 Rocio	25	2	8.0	23	92.0	1	3.0	47.5	70.00
2.8 São Paulo	19	2	10.0	17	90.0	14	4.5	60.0	55.00
2.9 Andradas	3	2	70.0	1	30.0	3	5.0	256.0	267.00
2.10 Pereirinha	10	0	0.0	10	100.0	0	2.0	34.0	37.00
2.11 Boa Vista	9	3	33.0	6	66.7	1	1.5	70.0	90.00
2.12 Pedrinhas									
Sub-total	148	18	12.0	130	88.0	34	3,0	96,0	114,0
TOTAL GERAL	203	36	18.0	167	72.0	51	3.5	107,0	119,50

**TABELA Nº 11****Canoas a motor, segundo informações do Entreposto, dezembro de 1970:** <sup>(123)</sup>

São Paulo .....	4
Boa Vista .....	1
Andradas .....	9
Itacurussá .....	2
Pereirinha .....	2
Pedrinhas .....	5
Carijó .....	4
Guaxixi .....	1
Morretinho .....	13
Camburiú .....	2
Prainha .....	1
Estaleiro .....	3
Rocio .....	2
Ilha Comprida.....	2
<b>TOTAL .....</b>	<b>51</b>

Canoas motorizadas de pescadores catarinenses que descarregam no Entreposto - 15

**TABELA Nº 12****Embarcações matriculadas em outros portos que operam em Cananéia, dezembro de 1970.** <sup>(124)</sup>

<b>NOME DO BARCO</b>	<b>PMM</b>	<b>V.M.M.</b>	<b>MESES DE CAPTURA</b>	<b>MÉDIA DE VIAGEM</b>
Amélia II	4.246	3.871	1	2
Amélia III	1.491	1.507	3	3,3
Canoa Amorosa	1.202,5	1.287,5	1	18
Anita	657	842	2	2,5
Canoa Aparecida	907	896	3	6
Aparecida II	602	659	3	5
Apolo II	125	100	1	1
Assai	2.533	2.432	11	5,5
Atlântico Sul	2.580	2.312	7	2,3
Aviana	30	21	1	1
Canoa Baiacú II	75	68	1	1
Caio II	2.645	3.602	1	3
Carioquinha	964	790	7	5,6
Barco Carlos	100,5	118	1	2
Barco Carmo	64,5	227	1	4
Barco Carmem	1.423	1.596	2	2
Casa Branca	36	112,5	1	1
Casa Linda	88	88	1	1

<sup>(123)</sup> A maioria, indicada segundo o local de pessoa das canoas e não em função do local de moradia do pescador; a diferença entre este cadastro e o resultado de nossa pesquisa (49 com motor de centro, em 1970), deve-se ao fato de que o pescador proprietário de canoas, principalmente dos setores mais distantes, ou no caso de um mesmo proprietário ter mais de uma canoa, entregar o pescado através de uma só canoa, daí, em parte, o viés, de 13 canoas a menos no Cadastro do Entreposto.

<sup>(124)</sup> Deste rol fazem parte 7 canoas dotadas com motor de centro de pescadores catarinenses, de um total de 15, de propriedade de pescadores catarinenses que operam em Cananéia em 1970. O total da pesca semi-industrial nesse período, 634.500kg, foi um pouco superior ao somatório do rol, 547.689.1kg., o que deve de fato de ser omitido a produção do barco laboratório do Instituto Oceanográfico da USP e algumas notas de desembarque, o que responde pela diferença de 87.311 kg.

Centenário	1.800	4.500	1	1
Cuecas	2.472	2.521	2	4
Dom Quixote	1.785	1.504	1	5
Elizabeth	2.298	1.619	9	4,3
Canoa Estrêla	43,5	49	1	3
Barco Estrela da Guia	2.067	2.162	2	4,5
Estrela da Manhã	232	186	1	2
Fátima	1.442	1.225	2	8
Floresta	201,5	257,5	2	2,5
Fortaleza	2.216,8	2.753,9	10	4
Fronteira	115	115	1	2
Garota	2.006,9	3.561	5	4
Canoa Gilmar	58	109	1	2
Canoa Girasol	54	54	1	1
Bote Godoy	353	416	3	2
Guma	2.389	4.656	7	2,3
Iracema	883,5	1.242	10	3,5
Irmãos Unidos	842	2.471	2	3
Ivan	389	418	3	5,7
Jandaia	1.474	1.472	2	4
Jandaia	1.753	1.610	1	5
Jardim Europa	220	318	2	4
João Teimoso	1.413	2.526	2	1,5
Barco José	24	24	1	1
Jumpoca	928	165	1	1
Lago II	2.148	1.961	1	1
Licínio	708	796	2	1
Linda Rosa	418	420,5	2	6,5
Luiz Carlos	4.108	3.283	2	8
Luso-Brasil	2.80	2.046	2	3
Luz do Dia	2.747	2.547	8	3,2
Mag-Jó	2.330	2.322	4	4,5
Mar Amarelo	550	624	3	2,4
Barco Marlin Negro	1.925	2.216	1	1
Mar de Prata	1.030,5	2.871	5	2,8
Maré Alta	502	1.586	1	1
Maria Goreti	2.947	2.593	6	6,7
Maria Lima	3.645	3.785	6	2,5
Maria Rita	3.485	2.443	12	6,4
Maria Stella	81	56	1	1
Miramar	1.170,5	1.013,8	2	—
Navegantes	2.399,3	2.711,7	10	3,6
Canoa Neuza	42	52,5	1	1
Nossa Senhora Aparecida	680	3.037	3	3,4
N. Senhora do Carmo	1.030	1.488	2	3
Paulistinha	1.218	1.269	2	11,5
Canoa Pedrinhas	178,5	356,5	1	1

Pepepesca	1.869	1.682	1	—
Pingo de Ouro	81,8	78	2	2
Pingüim	428	478	1	5
Pirata 22	46	276	3	3,4
Canoa Planeta	39	36	1	1
Primavera	607	617	1	14
Prudente	1.483	1.711	2	1
Rainha do Mar	677	612	4	5,8
Ramos	2.857	2.172	2	5,5
República	2.001,5	1.732	8	4,5
Rio das Graças	154,8	271	2	1,5
Barco Rio Negro	568	542,5	1	1
Rodrigues	177	187	1	3,5
Rosana	1.708	1.754	4	4
Roseira	65	142	1	1
Sá Maria	2.243,5	1.861,3	7	3,8
Santa Amália	22	41	1	1
Santa Catarina	1.227	1.245,3	2	11
Santa Maisa	3.390	2.054	1	6
Santa Rita	921	917,5	3	9,3
Santa Rosa	8,5	17	1	1
Santa Tereza	943	899	1	4
Santo Afonso	286	219	1	1
Santo Antônio	2.546	3.491	3	3,4
Santos	336	336	2	3,5
São Bento	123	137	2	1,5
São Lázaro	13	15,5	1	—
São Manoel	2.878	2.635	11	4,8
Saraivinha	1.911	2.131	6	2,5
Barco Sérgio Valdir	2.402,2	2.630,8	2	3,5
Sete de Setembro	822	657	2	5,5
Sobre as Ondas do Mar	1.166	1.183	2	11
Tânia Mara	1.401	1.571,5	6	3,2
Tatuira	1.598,7	1.612,4	3	4,7
Taia	3.338	3.142	2	2,5
Três Irmãos	1.141,2	962,4	7	2,9
Tupã	278	690	1	—
Valdez	596	586	2	6
Vanuza	22	15	1	1
Vendaval	2.915,8	2.900	4	7,5
Vicking	1.909	1.996	1	2
Vitória	341	273	1	1
Vilma	90	108	1	2
Yamar	3.464	2.723,5	2	9
Zalita	1.206,2	957,7	10	8
Zorba	1.329,7	1.101	6	3,5

## 10 – ESTATÍSTICA DE PESCADO

As estatísticas de pescado obtidas em diversos órgãos, não puderam ser aproveitadas.

Parte do pescado capturado não é registrado: outra parte, registrada, entra em outros itens: graúdo aparece registrado como peixe miúdo. Não é computado o peixe para o gasto do pescador e o que traz para satisfazer pedidos; uma boa parte do peixe e camarão vendido aos restaurantes e a turistas; o que é destinado à secagem ou à salga.

Produção de pescado em Cananéia <sup>(125)</sup>

1920 25 toneladas de pescado, compradas por lanchas de Santos.

1922 32.147 kg., dos quais 4.495 kg. de camarões, (Mercado Local).

1923 Produto que passou pelo antigo Mercado Municipal:

peixe fresco – 18.305 kg.

camarão – 5.177 kg.

### Produção de pescado em Cananéia nos anos de 1937, 38, 39 a 40 <sup>(126)</sup>.

Espécies	1937 (Em quilos)	1938 (Em quilos)	1939 (Em quilos)	1940 <sup>(127)</sup> (Em quilos)
Anchovas .....	107	170	—	—
Raia .....	11.135	11.653	1.213	608
Badejo .....	288	201	—	—
Bagre .....	26.005	26.505	2.003	110
Bicudo .....	47	—	—	—
Cação .....	6.050	6.623	2.953	342
Caranha .....	629	892	—	72
Carapitanga .....	—	—	175	—
Corvina .....	5.251	8.201	270	172
Galo .....	237	163	40	—
Garoupa .....	—	3.470	—	—
Linguado .....	170	107	—	53
Mero .....	1.560	1.636	—	—
Miragaia .....	1.740	1.947	1.947	—
Pampanes .....	118	91	—	—
Parati .....	12.753	12.000	1.119	2.277
Parú .....	8.305	7.503	629	378
Pescada amarela .....	26.004	25.404	2.037	2.584
Pescada .....	3.952	—	154	—
Pescada vermelha .....	400	—	—	—
Pescadinha .....	3.421	—	1.302	1.625
Prejereba .....	5.011	4.011	1.406	963
Robalo .....	12.058	13.004	2.824	2.318

<sup>(125)</sup> Almeida, Antonio Paulino de – Memória Histórica sobre Cananéia.

Vol. I, Coleção da Revista de História, XXVI, S. Paulo, 1963, pág. 83.

<sup>(126)</sup> Dados Fornecidos pela Colônia de Pescadores “Bandeirantes”, de Cananéia, publicados na “Gazeta do Sul” de 1º de Novembro de 1940.

<sup>(127)</sup> Produção de pescado até ao mês de Outubro.

Roncador .....	741	843	338	637
Saguá .....	41	214	—	—
Salema .....	454	259	—	—
Salteira .....	870	1.020	238	—
Sarga .....	1.500	1.600	11	—
Tainha .....	125.682	72.480	2.364	7.750
Viuvoca .....	1.660	1.760	—	15
Xaréu .....	32	—	—	203
Camarão .....	91.575	91.579	60.637	62.244
Total .....	356.359	293.335	81.648	83.348

**Pescado Capturado em Cananéia, segundo dados da antiga Inspetoria de Pesca <sup>(128)</sup>**

<b>Ano</b>	<b>Produção em kgs.</b>
1949 .....	215.043
1950 .....	179.316
1951 .....	238.890
1952 .....	242.894
1953 .....	316.642
	4.500
	(ostra, dúzias)
1954 .....	464.593
	54.400
	(ostra, dúzias)
1955 .....	360.057
	168.950
	(ostra, dúzias)
1956 .....	263.135
	185.300
	(ostra, dúzias)
1957 .....	256.357
	147.820
	(ostra, dúzias)

<sup>(128)</sup> Almeida, Antonio Paulino de – Memória Histórica sobre Cananéia, Vol. I, Coleção da Revista de História, XXVI, S. Paulo, 1963, pág 84.

**TABELA Nº 13**  
**Produção de Pescado – Kg**

<b>ANO</b>	<b>CANANÉIA</b>	<b>%</b>	<b>IGUAPE</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
1960	583.000 <sup>(1)</sup>	7,03	7.720.000 <sup>(3)</sup>	92,98	8.303.000	100,00
1964	747.851 <sup>(2)</sup>	18,79	3.233.800	81,22	3.981.651	100,00
1967	326.142	28,16	832.350 <sup>(4)</sup>	71,85	1.158.492	100,00
1968	456.167	24,54	1.420.792	75,47	1.858.959	100,00
1969	607.439	67,27	295.661	32,74	903.100	100,00
1970	918.286	65,62	481.113	34,38	1.399.399	100,00

<sup>(1)</sup> e <sup>(2)</sup> Fontes: IBGE DEE, CIBRAZÊM, “A Pesca no Litoral Sul de São Paulo”.

<sup>(3)</sup> Fonte: IBGE, para 1960/1961

<sup>(4)</sup> Fonte: Instituto de Pesca.

<sup>(132)</sup> Diegues, Antonio Carlos – A Pesca no Vale do Ribeira, SUDELPA, S. Paulo, 1971.

Captura por espécies em Iguape e Cananéia – em kgs

Tabela nº 14 <sup>(133)</sup>

Local Pescado	1964		1967		1968		1969		1970	
	Cananéia	Iguape	Cananéia	Iguape	Cananéia	Iguape	Cananéia	Iguape	Cananéia	Iguape
Camarão 7 barbas	—	—	—	—	67.375	—	320.349	—	962.373	3.311
Camarão legítimo	360.000	—	12.191	—	18.365	—	13.871	80	25.761	2.790
Tainha	50.131	—	40.565	9.150	47.367	2.590	47.639	987	37.865	542
Cação	112.000	1.630	36.155	4.540	47.096	6.720	40.339	2.362	61.702	10.169
Pescada	37.255	5.700	25.218	4.106	29.782	6.485	30.263	17.767	26.680	5.105
Pregereba	—	—	20.813	3.910	22.748	—	7.322	—	6.381	55
Corvina	—	—	25.559	—	25.609	2.965	22.191	267	7.863	1.111
Bagre	96.000	530	22.551	2.630	21.779	2.963	4.596	—	3.212	572
Robalo	22.565	5.350	9.710	20.860	13.808	4.000	8.545	3.450	8.138	5.379
Parati	17.000	3.750	6.068	7.350	13.391	—	16.021	88	631	88
Sardinha	50.000	—	43.314	5.560	50.487	10.360	—	5.960	60	10.571
Manjuba	—	3.190.000	—	765.564	—	1.359.781	—	262.956	—	438.491
Outros	2.900	21.640	73.998	8.680	105.324	7.262	96.300	1.744	43.620	2.939
TOTAL	747.851	3.323.080	316.142	832.350	456.167	1.402.792	607.439	295.661	918.286	481.113

<sup>(133)</sup> valores oficiais.



As estatísticas referentes à produção de manjuba também merecem reparo especial. Contudo temos de ter em conta que se trata de uma espécie sazonal, e sua produção varia ao longo de um ciclo ainda não bem determinado, o que tem reflexos sobre as estatísticas, não permitindo uma comparação em termos de ano para ano, sem que se leve em conta o seu ciclo. A estatística levantada pelo IBGE para o período de 1960/91 registra uma produção total de 5.586 toneladas para Iguape e 1.070 toneladas para Registro, o que dá um total de 6.656 toneladas. Por sua vez, os dados para a campanha de 1963/1964, fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, indicam 3.190 toneladas para Iguape e 500 toneladas para Registro, o que dá um total de 3.690 toneladas. Por seu turno as salgas declaram ter industrializado no período de 1963/1964 um total de 762 toneladas 132 quilos, número esse que está muito abaixo da realidade. O cálculo mais seguro nos parece ser o do Dr. Alvaro da Silva Braga, que calcula a produção anual da manjuba em cerca de 6 mil toneladas para todo o Ribeira de Iguape. A captura de manjuba, por razões já indicadas, está cada vez se centralizando mais em Iguape.

As estatísticas de pescado em Iguape recentem-se das mesmas, dificuldades que ocorrem em Cananéia. Segundo o cálculo do encarregado do Entrepasto, senhor Darcy Oliva, durante o chamado período quente a média de pescado que passa pelo Entrepasto anda a volta de 5 toneladas mensais durante os 3 meses principais, o que dá um total de 15 toneladas; nesse mesmo período passam pelo Mercado Municipal cerca de 3 toneladas mensais, o que dá um total de 9 toneladas. Calcula que nesse período são capturadas mais de 15 toneladas de peixe grosso que não passam pelo Entrepasto, o que dá um total anual de aproximadamente 39 toneladas de peixe graúdo, entre o qual se distingue o robalão, capturado em cercos e redes de espera; o robalo; a pescada amarela; o bagre, nas águas turvas. No tempo frio, o peixe que marca o período é a tainha, pescado que raramente passa pelo Entrepasto, ou é vendido no Mercado Municipal para atender à população local ou é vendido diretamente a comerciantes, fora a parte que é salgada e seca, que é vendida aos poucos ou consumida conforme as necessidades locais. No Mercado passam cerca de 6 a 8 toneladas nos 2 meses e no Entrepasto cerca de 6 toneladas, o que dá um total de aproximadamente 14 toneladas pelo cálculo mais alto. Falta ainda acrescentar a que é diretamente nas comunidades pesqueiras, fresca ou salgada e que é comercializada por outros meios, que sem dúvida deve tratar-se de uma parte considerável desse tipo de pescaria, mas que infelizmente não dispomos de dados. Para a produção de siri e caranguejo, pequena, também não se dispõe de estatísticas.

Além de todas as dificuldades que já colocamos em relevo em relação às estatísticas de pescado, cabe salientar que na Vila de Cubatão, Cananéia, se descarrega pescado que segue diretamente para os centros consumidores sem passar pelo Entrepasto de Cananéia, não sendo sequer registrado. Um caso típico é o da sardinha lagunar, que algumas vezes aparece nas estatísticas de pesca de Cananéia, boa posição, enquanto que em outros anos nem sequer é registrada. A chamada sardinha de mar de Dentro, que também é pescada no mar de Itapitangui e no mar de Cubatão ou é levada diretamente para Iguape, onde até há pouco tempo era industrializada, prensada e enlatada, ou era levada em caminhões para os centros consumidores. Também é utilizada na alimentação local. O camarão ferro, de muito pouca duração, que aparece em quantidades razoáveis na Barra do Ararapira, normalmente não é assinalado, pois devido às dificuldades de transporte, passa à categoria de “sem preço”. Recentemente um industrial-artesanal japonês passou a industrializá-lo, por secagem, em Superaguí. Se esta experiência der resultado será muito interessante, pois o camarão tipo ferro que abunda no mar de Dentro, passará a ter melhor preço.

Cabe ainda pôr em relevo uma experiência da CIBRAZEM, entidade federal que explora e dirige o Entrepasto de Pesca que, em 1969, chegou a vender uma média de 50kg. de cação industrializado “tipo bacalhau”, nos fins de semana. Essa experiência, de grande importância, não só ante o fato de que se trata de um processo de substituição de importações, onde o bacalhau importado aparece em primeiro lugar nas importações de peixe por parte do Brasil, tem uma importância local muito grande, dada a grande captura de cação nesta área. A experiência foi interrompida por meros problemas de ordem administrativa.

A venda de pescado no varejo, que hoje já passa pelo Entrepasto, no período de tempo quente e no período da tainha – tempo frio – chega a atingir, em alguns dias, 250kg, dos quais 70kg vendidos na peixaria do Entrepasto e cerca de 70kg. vendidos à beira da água, normalmente por encomenda aos pequenos pescadores artesanais. Este pescado, o que é vendido à beira da água, e o que é levado para casa, normalmente misturada e pequenos peixes sem valor comercial, não aparece nas estatísticas do pescado comercializado, o que, segundo os entendidos locais e nosso próprio ponto de vista, leva-nos a afirmar que o total da captura da pesca artesanal propriamente dita, incluindo todos os 12 setores da Área

de Cananéia, deverá atingir aproximadamente, no mínimo mais uns 30% sobre o seu valor atual. As fugas antigamente ainda eram bem maiores, mas na medida em que o pescado passou a ser um bem econômico em si, com preço definido e, na medida em que os comerciantes de pescado, principalmente aqueles que fornecem material de pesca, praticamente exigem que todo o pescado lhes seja entregue, as quantidades que fogem ao controle do Entrepósito são menores, resumindo-se praticamente à sardinha, ao pescado encomendado, ao pescado consumido pelos pescadores e suas famílias e ao que é industrializado sob a forma de peixe seco e salgado, que no tempo da tainha é considerável. Em relação à ilha do Cardoso e às outras comunidades isoladas, que trabalham mais com pescado salgado e seco, o problema é ainda mais acentuado, pois esse pescado não passa pelo Entrepósito e não é computado. Em resumo e, em relação a toda área da zona lagunar, podemos afirmar que as estatísticas referentes ao pescado artesanal, propriamente dito, refletem possivelmente cerca da metade da produção, embora em relação a Cananéia, a fuga apresente tendências a diminuir.

**TABELA Nº 15**  
**Cotação média dos preços de pescado nos anos de 1968-1969. <sup>(137)</sup>**  
**ENTREPOSTO DE PESCA EM SANTOS**

	<u>1968</u>	<u>1969</u>
Cação .....	1,50	1,50
Sardinha .....	0,27	0,20
Pescada .....	3,50	3,25
Tainha .....	1,50	1,00
Pregereba .....	0,80	0,90
Corvina .....	1,20	1,20
Bagre .....	1,50	1,35
Camarão 7 barbas .....	1,50	1,50
Caramão legítimo .....	5,00	5,25

**ENTREPOSTO DE PESCA EM CANANÉIA**

Cação .....	0,60	0,70
Sardinha .....	0,60	0,70
Pescada .....	1,00	1,20
Tainha .....	1,20	1,50
Pregereba .....	0,80	1,00
Corvina .....	0,90	1,00
Bagre .....	0,60	0,80
Camarão 7 barbas .....	0,45	0,60
Camarão legítimo .....	3,00	4,00

<sup>(137)</sup> Dados fornecidos pela SUDEPE – Agência de Santos.

**PREÇO MEDIO DO PESCADO <sup>(138)</sup> CANANÉIA – 1970**

**TABELA 16**

PEIXES	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
CAÇÃO MÉDIO	0,50	0,60	0,60	0,60	0,60	—	—	0,60	0,60	1,10	1,00	1,00
PESCADA AMARELA	2,13	2,30	2,46	2,20	2,20	2,20	5,00	2,20	2,50	2,60	3,00	3,50
TAINHA	1,46	1,50	1,50	1,50	1,20	0,93	1,10	1,50	1,50	1,55	1,50	1,90
PREGEREBA	0,93	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,15	1,30	1,35
CORVINA	0,56	0,70	0,70	0,60	0,70	0,70	0,70	0,75	0,80	0,90	0,80	0,80
BAGRE	0,40	0,33	0,26	0,20	0,40	0,40	0,40	—	0,50	0,60	0,65	0,50
CAMARÃO 7 BARBAS	0,65	0,80	0,70	0,76	0,75	0,76	0,80	0,83	0,81	0,95	1,00	1,00
CAMARÃO LEGÍTIMO	5,50	6,38	6,00	5,75	5,50	5,33	5,00	5,00	5,16	6,00	6,50	6,00

<sup>(138)</sup> DADOS COLHIDOS NO ENTREPÔSTO FEDERAL DE PESCA DE CANANÉIA

## ANEXOS

Observações e relatórios sobre ostreicultura e piscicultura na região de Cananéia. <sup>(140)</sup>

A Ostra: Já foi uma das maiores riquezas da região e, ainda o é potencialmente. Muito se escreveu sobre a cultura da ostra e seu aproveitamento na região lagunar. Vários relatórios foram elaborados, dos quais, um dos mais importantes é mantido reservado.

A produção de ostras foi tão grande no passado que antigamente as cascas eram utilizadas em construção. Bem recentemente foram empregadas como lastro das ruas, até a proibição de retirar caseas dos sambaquis ou “casqueiros”. As cascas foram ainda utilizadas na produção de aditivos a alimentos destinados a aves. A última moagem de casca de ostra, de propriedade de um espanhol, estava instalada na ilha Comprida.

A ostreicultura nunca mereceu a devida atenção. Já na década de 40, o professor W. Bernard, então diretor da Base Oceanográfica de Cananéia, do Instituto Oceanográfico da U.S.P., chamava a atenção para a necessidade da proteção da ostra, propondo uma série de medidas que nunca vieram a ser tomadas. Hoje, o progressivo desaparecimento da ostra de mangue é um fato constatado por todos. Em 1949, o prof. W. Besnard elaborou um relatório sobre a produção da ostra na região lagunar recomendando a proibição da coleta por um período mais ou menos longo, principalmente nas “jazidas” localizadas no mar de Cubatão; propunha a difusão de técnicas de coleta e sua fiscalização, pois para a obtenção de 1 exemplar adulto, com valor comercial, o caçara – segundo seus cálculos, sacrificava 20 ostras pequenas, ainda não completamente formadas. A proteção deve também abranger as larvas. Cada ostra põe cerca de 100 mil ovos no primeiro ano de vida. Os ovos, minúsculos, ficam ao sabor da corrente, depositando-se posteriormente nas raízes do mangue. São os ovos das ostras mais velhas que melhor resistem. Uma ostra de 4 anos pode pôr de 300 a 400 mil ovos por ano. A desova realiza-se de dezembro a março – período em que deveria ser proibida a captura –, Desses milhares de ovos, por cada ostra, apenas conseguem sobreviver cerca de 4 mil larvas, que se alimentam de plâncton e que, para sobreviver, dependem ainda do grau de luminosidade das águas, da riqueza de sais minerais, de farsa da maré e da salinidade. Quando a maré baixa a concha da ostra fecha-se, mas a ostra fica fora da água, impedindo o seu desenvolvimento, em virtude da descontinuidade da alimentação. A ostra pode viver até aos 4 anos; ao fim de 2 anos atinge um diâmetro de cerca de 7cm, tamanho ótimo para a comercialização. É curioso notar que o público consumidor prefere ostras maiores, mais velhas, o que além de ser antieconômico, não é recomendável, pois a ostra não é tão saborosa <sup>(141)</sup>. Em seu relatório <sup>(142)</sup> o professor W. Besnard põe em relevo a necessidade de construção de coletores, campo ideal para a fixação das larvas, desde que os parques sejam colocados em zonas “saudáveis”. O cientista francês chamava a atenção para a necessidade de se realizarem estudos a fim de serem localizados fundos ostreícola no mar de Cubatão – estudos mais tarde realizados por Gerard Guerin – e ainda recomendava a interdição da retirada do molusco de certas zonas desse mar. O ponto de vista do cientista francês foi criticado pelos Drs. Pedro de Azevedo e Emílio Varolli à época membros do D.P.A. em parecer desse departamento, datados de 7/1/50 e 5/2/50. Toda essa discussão girava em volta da concessão de uma área à firma Pescados Oceania do Brasil para coletar larvas em Cananéia. Em outubro de 1960, o diretor da Divisão de Proteção de Peixes e Animais Silvestres, do Departamento de Produção Animal da Secretaria da Agricultura, e executor de Acordo de Caça e Pesca no Estado de São Paulo, concedia à referida firma autorização para coletar larvas de ostras nas costas do mar de Itapitangui. Ao mesmo tempo autorizava a mesma firma a utilizar uma faixa de 500 metros de largura no mar de Cananéia, começando na foz do rio Babaçu e terminando na ponta da praia, par criação de ostras. No art. 2º da referida concessão o diretor do D.P.A. estabeleceu que na área acima citada, a coleta de ostras adultas para comércio fica determinantemente proibida até 31 de março de 1963, sendo, entretanto permitida a coleta de larvas

---

<sup>(140)</sup> Resolvemos estampar os relatórios sobre ostreicultura do senhor Gerard Guerin, dada a sua importância e ainda em face de não terem sido publicados. Tais relatórios, acredito, que poderão contribuir para melhor equacionar o problema da ostreicultura e piscicultura na região, além de se constituírem em elementos de apoio às hipóteses lançadas neste trabalho. Os relatórios do Prof. Takesi Wakamatsu, sobre a criação de ostras, inéditos, encontram-se no Instituto Oceanográfico da USP e no D.A.E.E.

<sup>(141)</sup> Informações do Dr. Tsugio Hatanaka, da Cia, de Pesca Oceânica.

<sup>(142)</sup> Besnard, W. – Relatório Preliminar sobre Ostras da Região de Cananéia Protocolado sob o nº 3539 do 19/10/49, D.P.A., Secretaria da Agricultura.

jovens até um centímetro de diâmetro<sup>(143)</sup>. A citada empresa, de acordo com denúncias publicadas à época pelos jornais de São Paulo especialmente O Estado de S. Paulo – passou simplesmente a abastecer os mercados de Santos, Guarujá, São Paulo e Rio de Janeiro, exaurindo completamente os bancos naturais localizados nos arredores de Cananéia” e acabando com a chamada “ostra de mangue”. Posteriormente passaram a apanhar ostras no Litoral Paranaense, na baía do Espinheiro e nas proximidades do porto de Paranaguá. Os caiçaras ganhavam por balde, que os levava a catar todas as ostras – grandes e pequenas –, chegando mesmo a arrancar raízes do mangue, o que, ao fim de algum tempo, levou ao desaparecimento relativo da ostra, cujo vazão na fauna biológica foi substituída pela craca.

As primeiras experiências da firma japonesa de fixar larvas em casos de ostras mortas não resultou, pois, a craca, seu pior inimigo, venceu a larva e fixou-se nas cascas velhas, utilizadas como coletores. Cascas de ostras velhas, depois furadas no centro, encimadas uma nas outras por um fio, presas a uma jangada de bambu. Por um lado, a craca não deixou fixar as larvas às ostras, por outro lado, destruía o bambu. Estas experiências à entrada do canal do Ararapira, onde suas águas fazem junção com a baía do Trapandé, foram realizadas em 1965.

A Cia. Oceânica, investiu uma boa soma em dinheiro principalmente em tanques de depuração. Para depurar as ostras de mangue, que antigamente eram levadas junto ao esgoto da cidade, a empresa construiu um filtro especial, que depura a água, deixando, contudo passar o plâncton, alimento da ostra, sem o qual ela morre. Esses problemas de ordem técnica foram objetos de estudos detalhados, assim como o da produção de pérolas<sup>(144)</sup>.

O problema da ostra prende-se diretamente à sua comercialização. Enquanto houver ostra de mangue na região, a ostra de criação, pelo seu custo, não pode competir com aquela. Este é o princípio que norteou a ação da Cia. de Pescas Oceânica<sup>(145)</sup>. Ora, é exatamente aqui que reside a razão de nossa crítica. O desaparecimento da ostra de mangue levou a um desequilíbrio biológico na fauna marinha lagunar, deixando campo livre para a reprodução da craca. A nosso ver, Besnard tinha razão, quando pretendia proteger a ostra de mangue para manter o equilíbrio biológico, a par do estabelecimento de coletores de fundo no mar de Cubatão. A Cia. Oceania, segundo estatísticas contestáveis, estava comercializando uma média de 8 toneladas mensais de ostra em casaca e alguns quilos de ostras em conserva. Além do mercado interno, exportava ostra em caixas, por avião, para a Argentina e Uruguai, sendo que tem outros mercados potenciais em vista: França e Alemanha. O mercado, quer interno, quer o externo, é bastante bom. O problema é produzir ostras e proteger o equilíbrio biológico da região lagunar.

O assunto merece a máxima atenção, pois se trata de maior fonte de riqueza potencial da zona lagunar. Trabalho sério foi levado a cabo neste campo por um técnico francês em ostreicultura, o senhor P. G. Guérin. O seu porque estava localizado a cerca de 2 mil metros, ao Sul do cais do "ferry-boat" na ilha de Cananéia. Hoje, esse parque está sendo explorado por um japonês e um outro francês que comprou as instalações. Durante vários anos enviou uma média de 70 sacos de ostras, de 2 em 2 dias, para São Paulo, Santos, Guarujá e Rio de Janeiro. O número de pessoas trabalhando no parque andava à volta de 9. O senhor P. G. Guérin tem planos para o estabelecimento de 4 parques de ostreicultura na região lagunar, devendo cada um deles ocupar 3 homens e 7 mulheres, além de um barco a motor e do respectivo motorista. Sua instalação, contudo, é muito cara, pois envolve empate de capital, o que recomenda que o Estado, atendendo à importância da ostreicultura, deva financiar o projeto.

Dada a importância vital que a ostreicultura representa para a região e mesmo para o Brasil – obtenção de divisas com a exportação – tomamos a liberdade de transcrever neste relatório parte de uma correspondência do senhor Gerard Guérin, resumo de suas atividades no que toca à ostreicultura em Cananéia.

“Resumo de minhas atividades em Cananéia de 1954 a 1964<sup>(146)</sup>. Durante minhas atividades, verifiquei que a melhor maneira de ser proteger as ostras, era a regulamentar a sua captura. Assim deveria

<sup>(143)</sup> Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28/3/61, nº 70, pág. 30.

<sup>(144)</sup> Lima, Flávio R. E. Vazolle, Ana Emília, “Experimentos de Cultura racional de ostras” in Boletim de Estudos de Pesca da SUDENE Recife, abril de 1953; “Sobre o desenvolvimento das ostras e possibilidades da ostreicultura nos arredores de Santos” in Boletim do GPPESP, nº 19 S.Paulo, 1962.

<sup>(145)</sup> “Visão”, 21 de agosto de 1964.

<sup>(146)</sup> Documento gentilmente cedido pelo senhor P. G. Guérin.

ser feita uma seleção para reprodução, dentro de uma área, a qual seria alugada a pescadores ou a particulares, evitando dessa maneira o desaparecimento completo das ostras naturais, ou seja, selvagens. Essa cultura seria fiscalizada, principalmente do ponto de vista sanitário. Deveria ser proibida a venda de ostras provenientes da região de Santos e São Vicente, pois estas são colhidas, muitas vezes, na boca do esgoto, que se encontram nas suas praias. A área de cultivo da ostra, deve estar localizada fora de qualquer aglomeração (no mínimo a uma distância de 2 quilômetros), isto para evitar a poluição das mesmas. Para facilitar a fiscalização, cada área ou centro produtor, deveria ser obrigada a expedir um certificado que acompanharia a mercadoria até ao consumidor”.

1954 – Fixação em Cananéia para estudo da ostra; procura de um lugar apropriado para a instalação de um parque. Primeiros ensaios na ilha Comprida, instalações experimentais até ao dia em que uma tempestade do Sul provocou um movimento de areias que destruiu meus trabalhos – pesquisas em outros lugares.

1955 – Instalação em Cubatão. Esta escolha visa evitar a travessia do braço do mar, e as panes do “ferry-boat”, que nessa época eram regulares. Parque sobre suportes e parque sobre areia lodosa. Ensaio de coleta de “naissain” na embocadura do rio Barbosa. Construção de uma pequena barragem de estacas. Resultado nulo. Ensaio sobre telhas cacarias e ripado de madeira. Pouco sucesso. O melhor suporte foi o de raiz de “paletuvio” (mangue). Ensaios de parques na ilha do Guarujá, na propriedade “Prado Jequitimar”. Construção de uma mureta de pedra para proteção dos parques. Resultados desastrosos em virtude das tempestades. Perda total. Em Cubatão, os moradores roubaram as ostras. Resultados sanitários duvidosos resultantes da proximidade de aglomerações. Outros ensaios na ilha do Guarujá, praia de Perereque. Uma enchente do rio levou os parques.

1956 – Instalação no sítio Mosquiteiro, bem batizado, os mosquitos são uma verdadeira praga. Saneamento do local, Parques sobre sebes elevadas, novos ensaios para coleta do “naissain”. Poucos resultados. O “paletuvio” (mangue) mostra-se sempre o melhor suporte. Construção de um rancho no mar para proteção das sebes, pois o sol provoca mortes. No fim de quatro meses rompimento das sebes, comidas pelos “terendens”. Novos ensaios de parques no chão, limpeza dos locais para tirar uma primeira camada de lodo e firmar o solo; plantação de ostras mantidas pela “rastelagem”. Malgrado isso, há a ação rápida da areia, destruição parcial pelos peixes, raias e outros, e também pelo óleo usado, nos navios da Cia. Serrana que até 1958, demandaram o porto de Cubatão.

1957 – Estudo de parques fechados e colocação das ostras sobre a areia. Bons resultados graças à proteção pelo fechamento contra destruidores. Facilidades de tratamento com o “rastelo”. A ostra não se enloda. Grandes facilidades para as pescas e separar. A sebe, entrando em parte no lodo, está protegida dos “terendens”.

Experiência em Angra dos Reis. O mercado do Rio de Janeiro, estando em crescimento, o ponto mais próximo com condições para a ostreicultura seria este. Escolha de uma praia onde exista um rochedo que sirva de aboio ao rancho. Envio de Cananéia de um caminhão com ostras, que devido a uma pane mecânica chega com 15 horas de atraso. As ostras foram colocadas na maré baixa; as areias desse local, muito escuras, absorvem muito calor. A maré sobe muito lentamente nesse local; a água atinge a temperatura de 35 a 38 graus centígrados. As ostras, que já estavam enfraquecidas, morreram.

1959-1960 – Continuação em Cananéia, onde os parques crescem pouco a pouco, de acordo com os diversos métodos de plantação.

Resultados comerciais – Minhas ostras têm muito boa aceitação. Forneço semanalmente hotéis, restaurantes e clubes, tanto de São Paulo como em Santos e do Rio de Janeiro. Tenho pedidos para Brasília, Goiânia, Belo Horizonte que até agora não pude satisfazer. Tenho a intenção de fazer um grande parque coberto onde as ostras melhorem suas qualidades. Fácil com algumas pessoas do Litoral visando ensinar-lhe a cultura da ostra, em locais próximos de suas casas. Poderia mesmo encarregar-se, mas sem responsabilidade, de ensinar a cultura. O que é indispensável ao desenvolvimento da ostreicultura é uma fiscalização eficaz, isto é, não permitir a comercialização de ostras sem o desenvolvimento necessário ou impróprias para o consumo.

O relatório apresentado pelo técnico dá uma idéia do pioneirismo em que se encontra a nossa ostreicultura. Em face das grandes possibilidades potenciais de produção, do seu valor comercial, quer no mercado interno, quer no externo e ainda aliado à possibilidade de fixar elementos da população local à sua produção, é aconselhável que o problema da ostreicultura seja novamente posto em pauta e se iniciem

experiências com novos parques, antes que a craca venha a dominar por completo as águas do sistema lagunar. Além dos mercados já citados, futuramente, com o advento do turismo e dos restaurantes da BR-116, o mercado para a ostra irá certamente aumentar. O problema não é de mercado, mas sim de produção.

Segundo relatório: <sup>(147)</sup> Tentei e fui bem sucedido na implantação de ostras num parque copiado em meus conhecimentos adquiridos na França. Por motivo de saúde fui obrigado a abandonar a ostreicultura.

Mais ou menos na mesma época, uma sociedade, com ajuda financeira do Estado, tentou a mesma experiência, mas sem sucesso. Esta sociedade depositava as ostras coletadas por caboclos, em águas poluídas pelos esgotos de Cananéia. O serviço sanitário avisado por várias reclamações, proibiu a saída destas ostras. Mas após um ano de silêncio as atividades recomeçaram, sendo que as ostras pescadas na baía de Paranaguá eram armazenadas em reservatórios de água poluída.

Nestas condições é de se esperar em breve o desaparecimento das jazidas naturais em Cananéia, bem como, no Rio e em Santos, assim como aconteceu na França no século XIX, onde eram capturadas cem milhões de ostras nas únicas jazidas de Concale. De todos estes exemplos, podemos concluir que não é mais uma exploração, mas sim, uma pilhagem e destruição. O Estado francês tentou então, renovar e estimular os meios de produção, ajudando a criação de parques e limitando a coleta: Porém, nenhum êxito, pode ser proveitoso se o Govêrno não fornecer uma ajuda não só financeira, bem como, administrativa.

É absolutamente necessário regular a pesca e a produção: regulamentar o tamanho; criar a vista sanitária obrigatória.

É preciso insistir no valor da consumação da ostra como alimento completo e mesmo remédio precioso para as crianças, adolescentes e velhos, época da vida, em que o organismo necessita sais de cálcio associados ao fósforo e a vitaminas. É um alimento de fácil digestão e fácil de assimilar.

Contrariamente ao que se pensa a ostra suporta perfeitamente o transporte. Os romanos que não dispunham, como nós, de modernos meios de transporte, levavam as ostras da costa da Mancha à costa do Adriático, onde eram colocadas em ostreiras antes da consumação.

A ostra conserva-se viva, enquanto tiver capacidade de alimentar-se com água que ela filtrou para extrair protozoários. As conchas hermeticamente fechadas guardam seu alimento por vários dias. Este fato é importante, pois incluí uma garantia par qualidade essencial dos produtos do mar. Enquanto que o peixe antes de chegar à cozinha, passa por diferentes temperaturas a ostra chega à mesa ao consumidor viva, tendo guardado todas suas qualidades, que fazem dela um alimento completo, saboroso e apurado que honra a refeição dos “gourmets”.

Há 14 anos que trabalho com as ostras. Na primeira viagem que fiz a Cananéia, encontrei o Professor W. Besnard e seguindo seus conselhos e meus conhecimentos na França, empreendi a ostreicultura no Brasil, durante os primeiros anos que fiquei em contacto com ele lamentava-se sempre da devastação das jazidas nativas. Se ele pudesse ver o que se passa, ficaria revoltado.

A zona de Cananéia e a baía de Paranaguá são as reservas que sobram das jazidas de ostras que existiam tanto na baía do Rio de Janeiro como em Santos, onde é testemunhada pelos sambaquis na região da ilha de Santo Amaro, entre Guarujá e Bertioga. O desaparecimento das ostras decorreu de uma exploração desordenada, colhida para ser vendida em sacos, sem respeitar o tamanho, conservação alimentar e sanitária e muitas vezes vendidas como calcário para alimentação do gado. A exploração das jazidas de ostras que sobram na região de Cananéia e Paranaguá, se não for regulamentada terminará da mesma maneira em pouco tempo.

Criei em Cananéia o primeiro parque ostreícola do Brasil. Tinha aproximadamente 1 milhão de ostras, quando vieram as enchentes do Ribeira, destruíram quase 50%, quando as águas lamacentas subiram até a embocadura do rio Pinheiro; 6 meses depois tudo tinha voltado ao normal.

De meu ponto de vista para defender os vestígios ainda existentes das ostras é preciso criar parques, por exemplo, na zona de Cananéia 3 ou 4, em terrenos à beira do mangue, onde estão as ostras

---

<sup>(147)</sup> Gerard Guerin, 1969.

naturais. Em cada parque deverá ser semeada uma área definida cada ano e garantida a proteção. O mesmo deverá ser feito na zona de Paranaguá.

Para defender e estimular os proprietários dos parques é necessário regulamentar o mercado da ostra. São vendidas em São Paulo de 2.500 a 3.000 dúzias de ostras por semana; 4.000 em Santos e Guarujá, 4.000 no Rio de Janeiro. Destas 90% provêm da zona de Cananéia e Paranaguá.

É muito fácil fiscalizar os comerciantes que revendem as ostras, pois a embalagem e o rótulo são uma garantia. Deve ser proibida a venda das ostras fora de suas conchas. A ostra entregue à consumação deve ter no mínimo 5 cm, na parte mais larga da concha. A consumação não está isenta de perigo se não for controlada. A ignorância, a imprudência ou o espírito de lucro que levam certos negociantes a desconhecer os princípios mais simples da higiene podem de um dia para outro arruinar o ostreicultor. A ostra é um alimento sadio e agradável, mas pode tornar-se um veículo de germes patológicos em particular de bacilos tifóides recolhidos por ela na água, ou no lodo dos parques, ou nos depósitos sujeitos a contaminação. É necessário, portanto, organizar um controle severo das explorações ostreícola e das operações que seguem à captura dos moluscos em jazidas naturais ou parques.

**OBSERVAÇÕES** – As ostras aglomeradas nas praias derivam dos óvulos que assentam sobre conchas já formadas e não podem alcançar o desenvolvimento normal; nesses lugares a água é muito pobre em “plâncton”.

Todas as embalagens, cestas, caixas, barris de conchas expedidas à consumação, devem estar munidas do rótulo sanitário, indicando o número do parque, o nome do expedidor e a data da remessa.

É preciso constatar o benefício de um parque sobre a reprodução nos arredores, numa área aproximada de 5 a 8km.; quando na época das enchentes do Ribeira um dos parques foi destruído pelas águas, que tinham subido até o rio pinheiros o repovoamento fez-se rapidamente graças aos 50% de ostras que tinham sobrevivido e se espalharam na área.

Para o estabelecimento dos parques é preciso escolher uma área fora de qualquer aglomeração. A água do mar não é bacteriológicamente pura, mas é reconhecido que ela não contém micróbios patológicos ao homem, em particular o temível bacilo de Ebert, nem de seus primos, “paratyphiques”. Cada parque deve ter sua carta sanitária:

### ***Criação, Purificação, Expedição.***

O parque e as concessões deverão ser submetidas ao exame das comissões de visitas encarregadas de verificar a semeadura do parque e a conservação das jazidas naturais e do bom estado sanitário da criação e das instalações. Cada parque terá seu caderno sanitário e seu caderno de expedição. Cada entrega deverá ter os dois documentos, ambos com a data da expedição de cada volume. Para garantir o êxito dos parques é necessário defender o ostreicultor, pois se ele tiver que concorrer com a ostra natural, não poderá lutar. Somente aos ostreicultores que tiverem o parque inscrito é que poderão vender ostras. Terão que aceitar as regras de produção e as regras sanitárias acima descritas.

Além dos pontos de vista defendidas pelo técnico francês, a possibilidade de desenvolvimento da ostreicultura na região lagunar de Cananéia merece especial atenção atendendo principalmente a dois fatores: condições reais de produção do meio a absorção de uma parte da mão de obra hoje ligada à pesca e que com a construção do terminal Pesqueiro de Cananéia ficará numa situação marginal. Em complemento, a ostreicultura, a par da piscicultura, poderá vir a tornar-se um forte elemento motivador de futuro afluxo de turistas.

A ostreicultura, tal como o provam os numerosos sambaquis existentes na região, é uma atividade já muito antiga. Hoje se encontra em total decadência e as medidas tomadas até agora pelas autoridades competentes merecem restrições. Em face da destruição sistemática a que vem sendo submetida a ostra, esta a exemplo do palmito, vem desaparecendo na região lagunar de Cananéia, sendo que, em maior quantidade, é capturada na baía do Paranaguá de onde é transportada por barco até Cananéia, aliás a exemplo do palmito. Cabe aqui um parêntesis para adiantar que uma boa parte da população ribeirinha, por nós pesquisada, vive de coleta: ostra, palmito, caixeta e lenha para venda; peixe para alimento e para venda; caça para alimento. Não se pensa em manter o equilíbrio quer da fauna marítima, quer da flora. Essa mentalidade é comum aos moradores da região, independentemente do seu nível econômico. Apenas uma exceção pode ser apontada. Quero-me referir ao repovoamento de palmital realizado na fazenda Cia. Esteio do Morro, entre Pariquera-Açú e Cananéia. Não só o palmital, plantado, provou, como o resultado



econômico é compensador e mais será em breve, quando as reservas naturais, agora limitadas à região banhada pela baía de Paranaguá, se exaurirem por completo.

Contudo o problema da ostra é diferente. Urge incentivar a criação de parques, mas sem perder de vista a necessidade de preservar a ostra natural ou de mangue com o objetivo de defender equilíbrio biológico em relação ao seu inimigo natural que é a craca. Este ponto de vista não é compartilhado pelos produtores comerciais que vêm na ostra natural, sem custo de formação, um “concorrente”. “Para o êxito dos parques é necessário defender o ostreicultor, pois se ele tiver como concorrente à ostra natural, ele não poderá lucrar”<sup>(148)</sup>. Parece-me que estamos perante um falso dilema. O problema poderá ser resolvido se atendermos para os dois setores. Antes de tudo impõe-se a criação de uma legislação especial com vistas à comercialização da ostra: tamanho, certificado de sanidade. Exigindo-se um tamanho mínimo para a venda, automaticamente o caçara deixará de apanhar ostras pequenas, pois não encontrará mercado legal. Assim a ostra de mangue aparecerá, durante alguns anos, em menor quantidade, e permitirá o reequilíbrio biológico em desfavor da craca. Nesse mesmo período, com o auxílio do Estado, seriam iniciados parques experimentais que dentro de pouco tempo, uma vez constituídos, teriam condições para suportar a concorrência da ostra natural. Economicamente a medida é altamente recomendável, pois o mercado potencial da ostra é imenso, mesmo no exterior, onde a Argentina e Uruguai podem ser indicados como futuros compradores. Convém chamar a atenção para a exportação de “conserva de ostra”, que aproveita ostras pequenas, atividade que devia ser proibida.

Ser economicamente a medida é recomendável, do ponto de vista social impõe-se. É óbvio que com a construção do Terminal Pesqueiro de Cananéia uma parte da população que vive da pesca, principalmente os pescadores mais idosos, que não têm canoa motorizada, e que dificilmente se irão adaptar ou ter condições de emprego no novo empreendimento – causas sociológicas e econômicas –, poderão, em parte, ser canalizados para a ostreicultura racionalizada. Aos poucos a ostreicultura pode tornar-se um dos polos de desenvolvimento regional, a par da pesca oceânica, que é um pólo à dimensão do Estado.

A ostreicultura, a par de outras razões, e provada a existência de um bom mercado potencial, recomenda-se, pois como empreendimento complementar ao Terminal de Cananéia.

Para por em prática tal empreendimento cabe realizar o seguinte:

1. Entrar em contato com os órgãos competentes a fim de se criar legislação determinando o tamanho mínimo da ostra e instituindo o certificado de consumo.
2. Solicitar a cooperação do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, a fim de que se encarregue de criar um parque experimental em Cananéia, que poderá servir de modelo para outros e a particulares interessados.
3. Solicitar autorização às autoridades competentes para instalação do parque experimental de ostreicultura e de piscicultura em geral na área compreendida entre o sítio do Pereirinha, na ilha do Cardoso – e a ilha a Casca, tal como se recomenda no relatório do Prof. Takeshi Wakamatsu, “Cultura Study Plan”, em anexo.
4. Solicitar autorização às autoridades competentes e obter a posse das terras de mangue em volta da área lagunar para o estabelecimento de um plano de industrialização da ostreicultura e piscicultura em geral.
5. O parque experimental deverá funcionar como centro de capacitação, isto é: deverá manter grupos permanentes, percebendo salário mínimo, que, depois de devidamente instruídos poderão solicitar a posse precária de uma área para iniciar um projeto próprio; paralelamente, o parque experimental poderá igualmente preparar mão de obra para atuar em parques que venham a ser criadas pela iniciativa privada.
6. A equipe técnica do parque experimental deverá dar assistência técnica permanente aos parques de ostreicultura e piscicultura em geral que se venham a criar na região.

Cabe pôr em relevo que o I. O possui atualmente estudos completos sobre o valor nutritivo das ostras em geral e de Cananéia, em que estas últimas se mostram as melhores, além de um bom levantamento sobre o plâncton na zona lagunar, o que é grande importância, pois assim de um ponto de

---

<sup>(148)</sup> Guerin, relatório anexo.

vista da alimentação das ostras, é possível desde já cientificamente indicar a localização dos futuros parques. Cabe, contudo levar em conta a construção do futuro Terminal Pesqueiro de Cananéia, pois a navegação motorizada irá alterar o meio biológico do ponto de vista da produção de ostras. Assim é recomendável escolher áreas fora da influência do Terminal Pesqueiro.

Em relação ao desenvolvimento do turismo, a ostra a par do camarão, a piscicultura em geral, assim como a manjuba em Iguape (menos), poderá ser um dos cartazes de atração, a exemplo do que ocorre nos centros recreativos da Europa, que, no caso dos litorâneos, são conhecidos entre outras causas, pela excelência de suas ostras, seus peixes, etc... Haveria que, paralelamente, divulgar receitas para preparar convenientemente esses “produtos do mar”.

Em relação à ostreicultura na região de Cananéia o relatório mais recente e completo deve-se ao Dr. Tekeshi Wakamatsu “Nota sobre as possibilidades de ostreicultura na baía de Cananéia” em publicação da Comision Assessora Regional de Pesca para el Atlantico Sudoccidental – CARPAS / 5 / d. Téc. – (V período de secciones, Marcel Plata, 22-26 de Marzo de 1971), Oficina Regional de Pesca para América Latina – Rio de Janeiro.